

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Ana Margarida Piani Ferreira

**DA TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO À
DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO EM SÃO
FRANCISCO DE ASSIS-RS**

Santa Maria, RS
2020

Ferreira, Ana Margarida Piani
Da territorialização do agronegócio à
desterritorialização das Escolas do Campo em São
Francisco de Assis-RS / Ana Margarida Piani Ferreira.-
2020.
153 p.; 30 cm

Orientadora: Ane Carine Meurer
Coorientador: Cesar de David
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2020

1. Território 2. Agronegócio 3. Educação do Campo 4.
Soja I. Carine Meurer, Ane II. de David, Cesar III.
Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, ANA MARGARIDA PIANI FERREIRA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Ana Margarida Piani Ferreira

**DA TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO À DESTERRITORIALIZAÇÃO
DAS ESCOLAS DO CAMPO EM SÃO FRANCISCO DE ASSIS-RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Geografia**.

Orientadora: Ane Carine Meurer
Coorientador: Cesar de David

Santa Maria, RS
2020

Ana Margarida Piani Ferreira

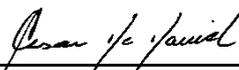
DA TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO À
DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO EM SÃO
FRANCISCO DE ASSIS-RS

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Área de Concentração em
Análise Ambiental e Dinâmica
Espacial, da Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para obtenção do
título de **Mestra em Geografia**.

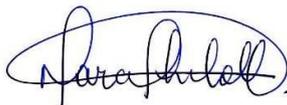
Aprovado em 27 de agosto de 2020:



Ane Carine Meurer, Dra. (UFSM)-Videoconferência
(Presidente/Orientadora)



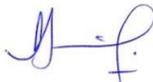
Cesar de David, Dr. (UFSM)- Videoconferência
(Coorientador)



Marcelo Cervo Chelotti, Dr. (UFU-MG)- Videoconferência



Eduardo Schiavone Cardoso, Dr. (UFSM)- Videoconferência



Angelita Zimmermann, Dra. (UFSM)- Videoconferência

Santa Maria, RS
2020

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus, por tanta força, coragem e sabedoria!

Sou grata à Universidade Federal de Santa Maria e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, por oportunizar mais esta etapa na minha vida de estudante.

Sou grata aos Mestres: Cesar de David, Ane Carine Meurer, Bernardo Sayão, Meri Bezzi, Valeska Fortes e Jorge da Cunha, pelo conhecimento e atenção.

Sou grata à Secretária Liliane Bonilla, por me ajudar na documentação.

Sou grata aos professores das minhas bancas: Benhur Pinós da Costa, Eduardo Schiavone Cardoso, Juçara Spinelli, Angelita Zimmermann, Marcelo Cervo Chelotti, Valmi Vieira e Cesar de David.

Sou grata aos conterrâneos, Cesinha e Alexandre, pelas caronas.

Sou grata às pessoas que entrevistei, deram-me a visão concreta da teoria.

É sempre difícil nomear pessoas, já que, nessas ocasiões, não é raro que haja esquecimentos lamentáveis.

Fui beneficiada pelo acolhimento de amigos, como Ivanio Folmer, Rodrigo Borges, Angelita Zimmermann, Daniela Froelich, Tavares e Isabela Mello que, várias vezes, me emprestaram seu apartamento em Santa Maria e, com ele, o conforto de muitas conversas e estudo.

Fui agraciada de colegas de Leitura Dirigida, almoços, Cursos e viagens como: Anna Christine Kist, Altair Groff, Mirieli Fontoura, Daniele Codevilla, Débora Soares, Elis Botton, Claudinei Gengnagel, Gabriella Eldereti e outros.

Fui muito ajudada pela minha Orientadora, Profa. Ane Carine Meurer, meu Coorientador Prof. Cesar de David e pelos meus anjos terrestres, Angelita e Ivanio. Esses últimos meses foram gastos na difícil tarefa de organização técnica e material da dissertação, trabalho pesado, mas venci.

Contei, nesses dois últimos anos, com o olhar amigo e a compreensão de minhas colegas da EEEF Laerte Jobim, Lígia Oliveira, Rita da Luz, Carmem Janete, Leí Pilar e Édes Marlene, que me incentivaram em todos os momentos

da produção desta dissertação.

Tive, entre os colegas, aqueles com quem mais frequentemente convivi, o amigo Humberto Petrarca e os estudantes com quem o diálogo foi mais frequente, como: Airton Guites, Daniela Wagner e Eliane Munhóz.

Amparei-me na presença reconfortante do meu marido Dorival Gomes; como em outras oportunidades, foi companheiro de idas e vindas a Santa Maria e não deixou de apoiar as minhas ideias, trazendo-me assim, uma ajuda insuperável.

Tomei emprestado o tempo de companhia do meu filho Pedro Peruffo que, mesmo na sua quietude, deu conforto e presença nas madrugadas de escrita.

Recebi apoio, compreensão e amor da minha família, que apesar de não entender os motivos de eu estar sempre inovando, me deram o suporte da caminhada.

Entreguei meu pai, Euclides Ferreira, ao infinito AMOR de Deus; a ele, que esteve presente nas etapas iniciais, e a minha mãe Silda Piani Ferreira, que partiu após a minha Defesa, *in memoriam* dedico, sentidamente, este Mestrado.

Ana Margarida Piani Ferreira

São Francisco de Assis

Inverno de 2020

RESUMO

DA TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO À DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO EM SÃO FRANCISCO DE ASSIS-RS

AUTORA: Ana Margarida Piani Ferreira

ORIENTADORA: Ane Carine Meurer

COORIENTADOR: Cesar de David

A abordagem sobre território, que vem se constituindo desde a Geografia Tradicional até a atualidade, tem contribuído com a reflexão necessária frente aos desdobramentos que o projeto capitalista de produção agrícola determina sobre o campo brasileiro. Desse modo, a presente pesquisa procurou discutir a territorialização do agronegócio no território assisense, sua relação com a agricultura camponesa, a agricultura capitalista e a Educação do Campo; o objetivo geral partiu de compreender as transformações do território e da Educação do Campo a partir da expansão da soja em São Francisco de Assis, numa escala temporal de 1985 a 2020. Com os dados coletados através do campo e das entrevistas com agricultores do município, somados aos referenciais teóricos, conseguiram-se especificamente: caracterizar os sujeitos e a historicidade do município; investigar as transformações no território; descrever e identificar as mudanças na Educação do Campo com a territorialização do agronegócio e a permanência do jovem no campo deste território. Metodologicamente a pesquisa foi estruturada numa abordagem dialética. Nos movimentos de resistência, das lutas, das disputas pela terra, as relações camponesas e capitalistas, continuam acontecendo; no movimento do vivido, do sentido, a luta pelas escolas e pela Educação do Campo é uma realidade que pode colaborar para o processo de fortalecimento de territorialização dos camponeses. Desse modo, acredita-se que a Educação do Campo pode/deve discutir a necessidade da ampliação de políticas públicas em defesa da biodiversidade, do cuidado com as águas e ecossistemas, em ações que resistam contra as formas de privatização das florestas, da água, do extrativismo e da exploração no campo brasileiro.

Palavras-chave: Território. Agronegócio. Educação do Campo. Soja.

ABSTRACT

FROM THE TERRITORIALIZATION OF AGRIBUSINESS TO THE DETERRITORIALIZATION OF FIELD SCHOOLS IN SÃO FRANCISCO DE ASSIS-RS

AUTHOR: Ana Margarida Piani Ferreira
ACADEMIC ADVISOR: Ane Carine Meurer
CO-ADVISOR: Cesar de David

The approach on territory, that makes up since Traditional Geography to the present moment, contributes with the necessary meditation facing the outcome that capitalist project on agribusiness determines on Brazilian field. This way, this research discusses the territorialization of agribusiness in São Francisco de Assis, its relation with peasant farming, capitalist agriculture and Field Education; the main goal started from understanding the transformations on territory and from Field Education and from soybean expansion in São Francisco de Assis in a temporal scale from 1985 to 2020. With data collected in the field and the interviews with agriculturists plus the theoretic referentials we got specifically: characterize the subjects and the municipality history; investigate the transformations in the territory; describe and identify the transformations in Field Education with the agribusiness territorialization and the young person staying in the field. Methodologically the research was structured in a dialectic approach. In the movements of resistance, fights and disputes over land, the relations between peasants and capitalists occur yet; in the movement of life, sensation, the fight over schools and over Field Education is a reality that can collaborate to the process of strenghtening of the peasant territorialization. This way, we believe that Field Education can/must discuss the necessity of amplification of public policy in defense of biodiversity, care with water and ecosystems, in actions that resist privatization of forests, of water, of extractivism in the Brazilian field.

KEYWORDS: Territory. Agribusiness, Field Education. Soybean.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização de São Francisco de Assis – RS.....	34
Figura 2 - Plantio direto lavoura de soja no 3º distrito Boa Vista, de São Francisco de Assis.....	45
Figura 3 - As contradições dos territórios	50
Figura 4 - (A) Festa da Comunidade e Jogos da Juventude Rural no 4º distrito Beluno (B), troca-troca de sementes na Comunidade da Picada do Padre, 1º distrito (C-D).....	55
Figura 5 - As diferentes reorganizações do território de São Francisco de Assis/RS	61
Figura 6 - Lavoura de soja no 5º distrito, Passo do Goulart.....	62
Figura 7 - Uso do solo do território de São Francisco de Assis em 2000	63
Figura 8 - Lavoura de soja na Localidade do Pinheiro Bonito, 4º distrito Beluno de SFA.....	62
Figura 9 - Lavoura de soja no 4º distrito, Pinheiro Bonito de SFA	64
Figura 10 - Uso do solo do território de São Francisco de Assis em 2020	76
Figura 11 - Escola Estadual Rural Castro Alves, no 3º distrito, Mato Grande.....	92
Figura 12 - Escola Municipal Dom Manuel, no 4º distrito, Engenho Velho.	94
Figura 13 - Escola Estadual de Ensino Fundamental Roque Gonzales (Picada do Padre. 1º distrito)	95
Figura 14 - Escola Estadual de Ensino Médio João Aguiar (Vila Kraemer, 5º distrito)	95
Figura 15 - Escola Estadual de Ensino Médio João Octávio Nogueira Leiria Toroquá, 2º Distrito).....	96
Figura 16 - Sala de aula multisseriada, 1º e 2º anos dos anos iniciais	97
Figura 17 - Sala de aula anos finais.....	98
Figura 18 - Transporte escolar chegando com os/as professores/as na Escola Estadual de Ensino Médio João Aguiar e os alunos os esperando na porta do ônibus	99
Figura 19 - Mapa de Localização das antigas e atuais escolas do campo de SFA	104
Figura 20 - Risoto, almoço, churrasco e jogo de baralho na Festa da Soja, Pinheiro Bonito, 4º distrito de São Francisco de Assis.....	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução do plantio de lavouras temporárias de Soja, 2006 a 2018	48
Quadro 2 – Paralelo entre Agricultura Camponesa x Agricultura Capitalista	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Desterritorialização das Escolas do Campo 1985-2015 em São Francisco de Assis-RS.....	65
Gráfico 2 - Representação das lavouras temporárias de soja no Brasil	65
Gráfico 3 - Representação das lavouras temporárias de soja no RS	66
Gráfico 4 - Representação das lavouras temporárias de soja em SFA	71
Gráfico 5 - Evolução da área plantada Lavoura de Soja 1999-2018 em SFA-RS.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Escolas Municipais Rurais em São Francisco de Assis-RS em 1985.....	39
Tabela 2 - Renda, Pobreza e Desigualdade em FA.....	39
Tabela 3 - Área plantada das lavouras temporárias em São Francisco de Assis- RS	66
Tabela 4 - População residente urbana e rural, no município de SFA – RS – em 2010	80
Tabela 5 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os municípios e distritos – RS – 2010.....	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFRVJ	Casa Familiar Rural Vale do Jaguari
CIESA	Centro Integrado de Educação Superior de Alegrete
CNTTR	Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
EEEF	Escola Estadual de Ensino Fundamental
EMATER/RS	Empresa Assistência Técnica e Extensão Rural do RS
EPIs	Equipamentos de Proteção Individual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NVCC	Nova Veneza Comércio de Cereais
PLATEC	Planejamento Técnico rural e urbano
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
SFA	São Francisco de Assis
SINGA	Simpósio Nacional da Geografia Agrária
SMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	27
2 FORMAÇÃO TERRITORIAL DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	35
2.1 LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DO TERRITÓRIO.....	35
2.2 O RURAL TRADICIONAL	38
2.3. PARADIGMAS DO CAMPO: AS TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO EM SÃO FRANCISCO DE ASSIS.....	43
2.3.1. AGRICULTURA CAMPONESA E AGRICULTURA CAPITALISTA NO TERRITÓRIO ESTUDADO	52
3. TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO	60
3.2. AMPLIAÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL E A DIMINUIÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA.....	65
3.3. SÃO FRANCISCO DE ASSIS E A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DA SOJA.....	77
3.4. QUEM SÃO OS SUJEITOS DO CAMPO ASSISENSE	84
4 DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO.....	90
4.1. O TERRITÓRIO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	90
4.2. AS ESCOLAS DO CAMPO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	95
5. ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA	113
5.1. O JOVEM COMO SUJEITO E SUAS PERSPECTIVAS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO CAMPO.....	113
5.2. A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO POSSIBILIDADE DE POTENCIALIZAR O TERRITÓRIO CAMPONÊS	118
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
7 REFERÊNCIAS	133
APÊNDICE A - ROTEIROS DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (AOS AGRICULTORES E PRODUTORES DE SOJA).....	140
APÊNDICE B - ROTEIROS DE ENTREVISTA (AOS DEMAIS ENTREVISTADOS).....	141
ANEXO A - TABELA COM AS ESCOLAS MUNICIPAIS DESATIVADAS DE 1985 A 2011.....	143
ANEXO B - TABELA COM AS ÁREAS DE SOJA PLANTADAS NO MUNICÍPIO DE SFA	147
ANEXO C - MAPA COM DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESCOLAS	

1 INTRODUÇÃO

A fim de contribuir com os estudos sobre agricultura capitalista x agricultura camponesa, Educação do campo, Juventude Rural do campo e as transformações do território em São Francisco de Assis (SFA), com a expansão da cultura da soja, foram elencados aspectos que refletissem mais fortemente as condições da realidade atual no território.

Dada a amplitude do tema, embora tendo uma linha de preocupações que fizeram parte dessa pesquisa de mestrado, ressaltamos que a intenção não foi realizar um levantamento quantitativo de todos os aspectos que poderiam ser pesquisados. Deu-se, então, a escolha de algumas variáveis, com as quais priorizamos entender como a realidade e as transformações territoriais, educacionais e econômicas aconteceram a partir da inserção da soja no município, em que foi possível, partindo do contexto investigado, compreender nossa questão principal: que transformações a expansão da soja trouxe no espaço rural de São Francisco de Assis, na reestruturação produtiva e na Educação do Campo desse território?

A compreensão do espaço geográfico, entendido como anterior à formação do território (RAFFESTIN, 1993), historicamente modificado pelo processo de acumulação técnico-cultural, carrega no tempo histórico os traços da sociedade que o produziu ou reproduziu.

Ao trazermos em discussão a agricultura, aqui em destaque a cultura da soja, é fundamental, também, olharmos e conhecermos os sujeitos que habitam esse território, pois a observação isolada desses aspectos pode conduzir a uma realidade descontextualizada daquela encontrada pelos agentes/atores, confundindo as relações que esse ator produz no território.

Nesse conjunto, as condições da reestruturação do espaço rural e as modificações sofridas podem ser sentidas nos aspectos econômicos, políticos, sociais, educacionais e culturais, já que estão diretamente interligados, nos quais é possível reconhecer

[...] a especificidade do novo e sua definição estrutural e funcional; as combinações com os fatores herdados e o seu movimento de conjunto, governado pelos fatores novos, presentes localmente ou não e, também, os ritmos de mudanças e suas combinações (SANTOS, 1994, p. 129).

Tais fatores são determinantes para a tomada de consciência no sentido de educar/formar jovens e a população local, de modo a problematizar sobre o respeito consigo mesmo, no reconhecimento do seu próprio “eu” como primeiro território, na preservação das águas e do solo, na proteção à fauna e à flora, no reconhecimento ao tratar a terra com ética, valorizando-a como energia vital, de morada, de pertencimento, de construção de valores.

Ao ocuparem o poder que emana do território, os sujeitos do campo podem não somente buscar a produção de renda para viver, mas articular a própria permanência e sustentação no campo para o fortalecimento na mobilização e organização às amplas lutas que permeiam o espaço rural, necessários à manutenção da vida, dos recursos naturais e da garantia de produção de alimentos.

Quanto ao recorte temporal da pesquisa, foi considerado o período de 1985 a 2020, destacando-se as duas últimas décadas como ápice da expansão do agronegócio na região. Estatísticas mais remotas, aqui apresentadas, foram usadas para legitimar e mostrar o retrato das transformações consideradas relevantes, tanto na agricultura, como na Educação do Campo de São Francisco de Assis.

As transformações territoriais e econômicas, durante esse espaço de tempo, indicaram que o campo passou por modificações muito rápidas, desde a maneira de plantar, de colher, do que passaram a produzir e como essa produção impactou no modo de ser dos agricultores, fazendo com que o território mostrasse as diferenças na Agricultura e na Educação do município. Assim, ao final desse período analisado, percebemos que, enquanto continua acontecendo o avanço tecnológico da agricultura, a Educação do Campo passa por adequações, conforme o movimento requerido pelo modo de produção capitalista.

Este estudo parte da perspectiva de que os atores/sujeitos, enquanto se educam dialeticamente, formam uma identidade coletiva,

[...] considerar que a educação das pessoas é um processo quer dizer que ela acontece em um movimento dialético que envolve tempos, transformações, contradições, historicidade a ser compreendida e trabalhada (CALDART, 2012, p. 127-128).

Justifica-se a realização desta pesquisa devido a sua contribuição social

para o desenvolvimento do território de São Francisco de Assis, uma vez que se buscaram aprimorar os dados e fornecer subsídios aos órgãos gestores municipais e aos próprios agricultores, no sentido da reavaliação do seu papel desenvolvido como sujeitos do campo.

É importante destacar que, em São Francisco de Assis, a agricultura familiar/camponesa ainda ocupa um espaço muito forte no território, pois muito do que ela carrega hoje é herança da imigração europeia que, encontrando condições geográficas e climáticas, foram territorializando as terras do município.

Frente a essas proposições, o objetivo geral é *compreender as transformações do território e da Educação do Campo a partir da expansão da soja em São Francisco de Assis*. Como objetivos específicos, buscaram-se:

- a) Caracterizar os sujeitos e a historicidade do território de São Francisco de Assis;
- b) Investigar as transformações econômicas, sociais, culturais, ambientais e educacionais do município, com a expansão da soja no território;
- c) Descrever as mudanças no cenário educacional, com a desterritorialização das Escolas do Campo assisenses;
- d) Identificar a relação da Educação do Campo com a territorialização do agronegócio e permanência do jovem no campo neste território.

Compreendemos que o presente estudo poderá fazer diferença para todos os envolvidos nessas comunidades rurais, pois devido à relevância do tema, leva a entender as consequências da expansão da soja no território, na organização e distribuição de renda, como influencia no modo de viver, nas relações sociais e como a educação do campo é percebida pelos indivíduos que ali vivem, sobretudo, nos espaços mais atingidos pela modernização econômica, com a territorialização do agronegócio.

Assim sendo, tal pesquisa contribuirá na construção de bibliografia voltada à temática central, podendo outros alunos, com interesse sobre o assunto, também discutir e sentirem-se estimulados na continuidade da mesma.

Desse modo, pelo tema central abordado e seus objetivos, observa-se das partes para o todo e investiga-se do todo para as partes, num movimento de reflexão dialética, em que nada é finito, as ideias apresentam-se em contradição, dado que a realidade estudada está sempre em modificação, não

correspondendo de forma absoluta. Foram consultadas e estudadas bibliografias e documentos que fundamentaram as reflexões e discussões das categorias já elencadas (RAFFESTIN, 1993; CALDART, 2012; HAESBAERT, 1997, 2004; FERNANDES, 2000, 2006, 2012a, 2012b; ELIAS, 2003; SANTOS, 1985a, 1985b, 1994, 2006, 2008), como aparece na estruturação dos procedimentos adotados, nos quais buscamos, no movimento das relações sociais, incluir a história, considerando que “[...] a história é uma totalidade em movimento, um processo dinâmico cujas partes colidem continuamente para produzir cada novo momento” (SANTOS, 1985a, p. 53).

Metodologicamente, a pesquisa está estruturada em etapas. Inicialmente, realizou-se o levantamento de bibliografias sobre a temática escolhida, proporcionando aprofundamento teórico por meio dos referenciais bibliográficos, como documentos, livros, dissertações, teses, artigos e publicações, contemplando assuntos relacionados ao tema abordado, podendo, com isso, definir o método para a elaboração desta escrita.

Portanto, fizeram-se necessárias a inserção e a participação da pesquisadora nas áreas diretas em estudo, em ambientes onde possuíam essas discussões, para tentar responder as indagações e compreender a realidade estudada, o que, conforme Minayo (2013, p. 70) a observação participante ajuda o pesquisador “[...] a vincular os fatos às suas representações e a desvendar as contradições entre as normas e regras e as práticas vividas cotidianamente pelo grupo/instituições observado”.

Neste sentido, Gil (1999) aponta sobre a definição do método, definindo-o como uma direção para se chegar a um determinado desfecho. A metodologia de pesquisa é um processo utilizado para planejamento, organização, implementação e relatos das atividades adotadas e realizadas para atingir o que foi proposto pela pesquisa, de modo a comunicar os resultados da investigação.

O método selecionado foi o dialético, por possibilitar a análise e compreensão da dinâmica constante da transformação dos fatos, o movimento do vivido, nada é definido e tudo está interligado, os fenômenos não podem ser analisados de forma isolada, tudo o que existe se relaciona, em tudo há uma ação recíproca. O método dialético fundamenta-se na argumentação, na discussão e no confronto das ideias. Sua escolha nessa pesquisa é justificada

porque “[...] a dialética é um método de pesquisa que busca a verdade por meio de formulação adequada de perguntas e respostas, até atingir o ponto crítico do que é falso ou verdadeiro” (OLIVEIRA, 2002, p. 67).

É por meio da dialética que “[...] os pesquisadores confrontam suas opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições, e contradições e tentam [...] elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo” (LEFEBVRE, 1983, p. 171).

O método dialético faz com que se possa, através de argumentações e discussões, entender a forma dinâmica e sistêmica dos fatos e que esses sejam analisados conjuntamente, sem que haja um isolamento dos fenômenos.

Assim, de acordo com a complexidade do tema abordado pela pesquisa, o método dialético parece ser o mais adequado por sua natureza dinâmica, argumentativa, holística e do caráter de movimento que atribui aos fatos.

Segundo KONDER (2008, p. 56-57), a dialética possui três leis fundamentais, que são:

1) lei da passagem da quantidade à qualidade (e vice-versa); A primeira lei se refere ao fato de que, ao mudarem, as coisas não mudam sempre no mesmo ritmo; o processo de transformação por meio do qual elas existem passa por períodos lentos (nos quais se sucedem pequenas alterações quantitativas) e por períodos de aceleração (que precipitam alterações qualitativas, isto é, “saltos”, modificações radicais).

2) lei da interpenetração dos contrários;

A segunda lei é aquela que nos lembra que tudo tem a ver com tudo, os diversos aspectos da realidade se entrelaçam e, em diferentes níveis, dependem uns dos outros, de modo que as coisas não podem ser compreendidas isoladamente, uma por uma, sem levarmos em conta a conexão que cada uma delas mantém com coisas diferentes. Conforme as conexões (quer dizer, conforme o contexto em que ela esteja situada), prevalece, na coisa, um lado ou o outro da sua realidade (que é intrinsecamente contraditória). Os dois lados se opõem e, no entanto, constituem uma unidade (e por isso essa lei já foi também chamada de unidade e luta dos contrários).

3) lei da negação da negação.

A terceira lei dá conta do fato de que o movimento geral da realidade faz sentido, quer dizer, não é absurdo, não se esgota em contradições irracionais,

ininteligíveis, nem se perde na eterna repetição do conflito entre teses e antíteses, entre afirmações e negações. A afirmação engendra necessariamente a sua negação, porém a negação não prevalece como tal: tanto a afirmação como a negação são superadas e o que acaba por prevalecer é uma síntese, é a negação da negação

A fundamentação da metodologia dialética, em cada ação desenvolvida nesta pesquisa, apresentar-se-á adequando-se aos objetivos já estabelecidos anteriormente, à bibliografia adequada, às entrevistas, às narrativas, às observações e percepções da construção do território em questão.

Nesse sentido, foram analisadas as principais culturas desenvolvidas neste território, utilizando-se dos dados da produção da soja e, concomitantemente, como foi acontecendo o processo de fechamento das escolas do campo, ao longo das transformações estruturais ocorridas no município, com profundo impacto na vida social e no território.

Numa segunda etapa passou-se à coleta de dados estatísticos com o Escritório da Empresa Assistência Técnica e Extensão Rural do RS (EMATER/RS), com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria da Agricultura e Secretaria da Educação do município.

A terceira etapa contou com o trabalho de campo, realizado nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2019; deu-se fundamentalmente pelo conhecimento empírico dos processos envolvidos, na observação direta do território, através da visitação na propriedade de alguns agricultores, utilizando-se de um questionário semiestruturado, por meio de entrevistas (Apêndice A), com perguntas fundamentais para a pesquisa que se pretendia realizar, bem como de conversas informais, a fim de buscar informações adicionais.

O contato direto, entrevistas, relatos informais, fotos e observações contribuiu para uma construção teórica mais sólida. O trabalho de campo serviu para confirmar os processos gerais e o entendimento da totalidade.

Mais tarde, no mês de maio, junho e julho de 2019, o estudo foi ampliado, por meio de entrevistas individuais e perguntas organizadas (Apêndice B), foram ouvidos os seguintes sujeitos: o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), o Prefeito Municipal, o Gerente Comercial da Nova Veneza Comércio de Cereais (NVCC), recebedora de grãos e o Técnico em Agropecuária conveniado ao banco do Escritório de Planejamento Técnico rural

e urbano (PLATEC).

As entrevistas foram acontecendo conforme disponibilidade de cada um e em lugares pré-estabelecidos. As questões apresentadas a eles relacionaram-se às atividades produtivas apresentadas no município, a importância do setor agrícola no território assisense, os projetos desenvolvidos pelos órgãos competentes para o desenvolvimento da agricultura e pecuária, as perspectivas de fortalecimento dos agricultores familiares e o incentivo para os jovens permanecerem no campo.

Além disso, a pesquisadora inseriu-se em encontros, seminários, rodas de conversa e trabalho de campo, apresentando aos atores/sujeitos da investigação a proposta da pesquisa a ser feita, divulgando as reais motivações do estudo em curso. Procurou-se captar informações sobre o perfil dos agricultores, da propriedade, da mão de obra, da utilização de financiamentos e assistência técnica, da tecnologia empregada para a produção.

As entrevistas também contaram com a participação de sete pequenos produtores de soja (área de até 180 hectares), cinco grandes produtores (área de mais de 500 hectares), dois representantes da EMATER e duas professoras de escola estadual do campo.

As paisagens foram sendo fotografadas, desvelando-se a realidade dominante das lavouras de soja, surgindo as interrogações: Para onde teriam ido os donos daquelas propriedades hoje constituídas como taperas¹? O que teria acontecido com as escolas existentes? Que destino tiveram/têm os prédios escolares?

Esse estudo passou, então, a analisar as metamorfoses ocorridas no município de SFA, inclusive do Pampa. Com o crescimento da agricultura capitalista, o processo de desterritorialização rural tende a acontecer, a população, com isso, reterritorializa-se constantemente nos meios urbanos, incluindo-se aí uma conseqüente reorganização dos espaços escolares existentes.

Para uma melhor apresentação, o texto está estruturado em sete partes, as quais tentam responder aos questionamentos da autora:

¹ “**Tapera** é uma palavra de origem indígena que significa ‘casa velha’ ou ‘aldeia abandonada’. [...] O termo tapera é utilizado em algumas regiões do Brasil como um sinônimo de ‘lugar feio’ ou ‘espaço abandonado e destruído’, por exemplo: ‘A fazenda de meu vô está uma tapera’” (TAPERA..., 2015, s./p.).

A primeira parte traz a introdução, a justificativa, a problemática central, os objetivos e, os procedimentos metodológicos que foram utilizados para o desenvolvimento da investigação;

O capítulo II traz a Formação Territorial, a localização, apresentando o rural tradicional, no qual tentamos mostrar a dinâmica do território antes e depois da expansão da soja, as relações entre Agricultura Camponesa e Agricultura Capitalista;

O capítulo III traz o contexto da expansão e a Territorialização do agronegócio em SFA;

O capítulo IV fala sobre a desterritorialização das escolas do campo;

No capítulo V, As Estratégias de resistência, são levantadas discussões sobre: A Educação do Campo como potencializadora do território camponês e a sucessão geracional;

No capítulo VI, têm-se as considerações finais;

Na última parte, as referências, os apêndices e anexos.

2 FORMAÇÃO TERRITORIAL DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

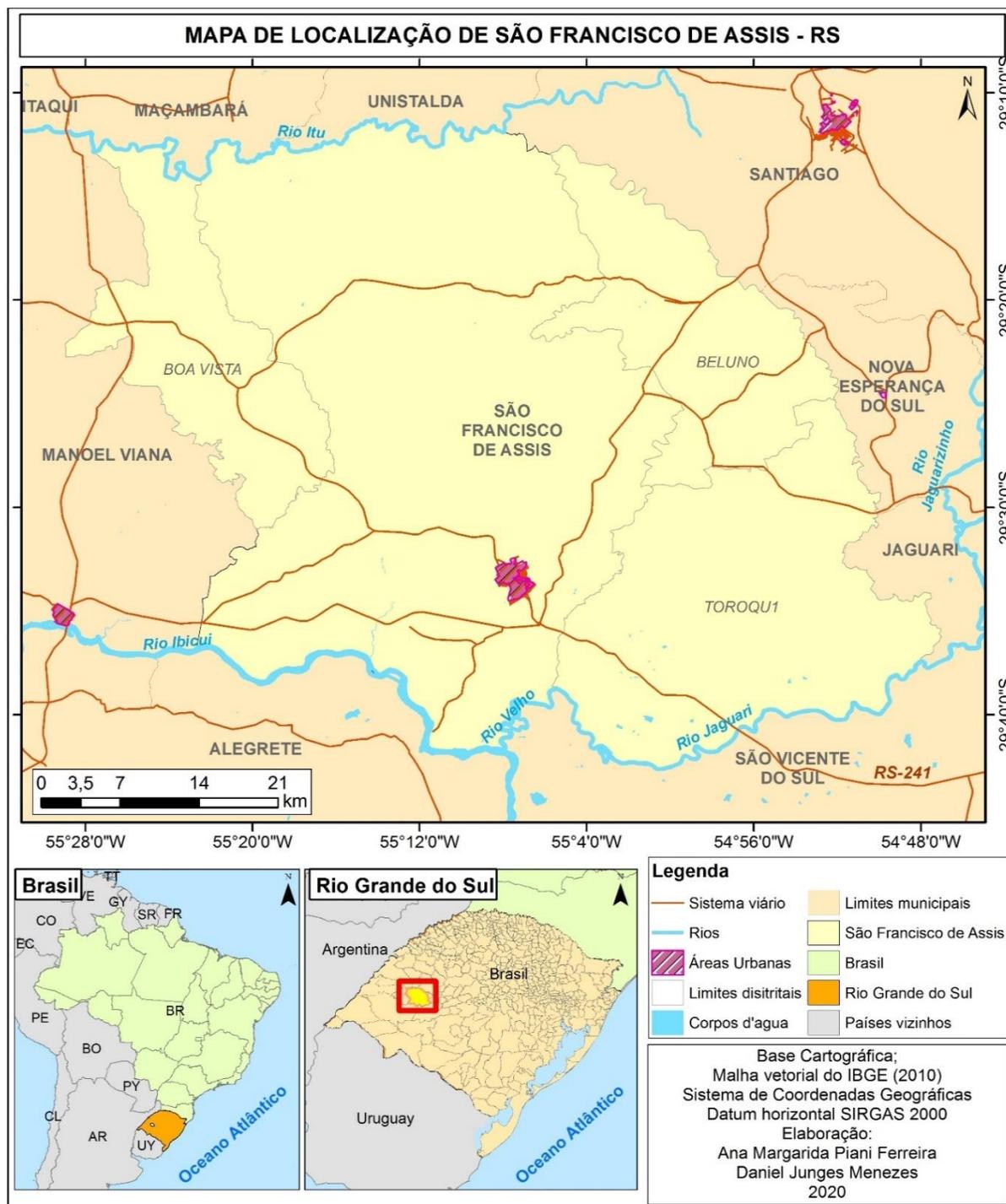
Emancipado em 1884, o município está situado a 420 km da capital gaúcha. Encontra-se na Região das Missões, fronteira oeste, zona de transição entre o Planalto e a Depressão Periférica ou Central. A cidade está situada a uma latitude de 29°33'01" sul e a uma longitude 55°07'52" oeste. A altitude é de 151m². Tem uma área territorial de 2.508,453 km². Possui uma população de aproximadamente 20.000 habitantes (2019).

2.1 LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DO TERRITÓRIO

O município de São Francisco de Assis está inserido na Mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense, na Campanha Ocidental e apresenta como limites: ao norte, com o Rio Itu e os municípios de Santiago, Maçambará e Unistalda; ao sul pelos rios Jaguari e Ibicuí e os municípios de São Vicente do Sul e Alegrete, a leste pelo Arroio Piquiri e municípios de Jaguari e Nova Esperança do Sul e ao oeste com o município de Manoel Viana (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), conforme apresentação no mapa a seguir, Figura 1, onde situamos geograficamente o município, considerando sua localização, distritos e limites.

² Dado encontrado no site da Prefeitura de SFA; difere dos dados do IBGE que aponta uma altitude de 125m.

Figura 1 - Mapa de localização de São Francisco de Assis – RS



Fonte: Elaborado por Ana Margarida Piani Ferreira e Daniel Junges Menezes, com base em dados do IBGE, 2020.

De acordo com Mósena (2006), a divisão político-administrativa dos distritos coincide com as características geológicas e geomorfológicas de cada um. A sede do município, que compreende o 1º distrito, caracteriza-se pela formação Santa Maria; o 2º distrito Toroquá e o 3º distrito Boa Vista são

caracterizados por planícies e coxilhas; o 4º distrito Beluno, conhecido como a região serrana do município, coincide com o Rebordo do Planalto, de topografia irregular; e o 5º distrito Vila Kraemer, com topografia de coxilhas. A oeste do município predominam grandes e médias propriedades, enquanto nos setores leste e nordeste são expressivas a presença das pequenas propriedades, ou seja, os denominados setores coloniais (PIRES; BEZZI, 2005).

O clima é subtropical, a temperatura no verão chega aos 38°C e torna-se negativa no inverno. A imprevisibilidade climática deve-se ao paralelo 30° e ao fato de o município encontrar-se num ecótono³, numa região de transição entre a Serra e o Pampa. A serra aparece numa faixa mais estreita no 5º distrito Vila Kraemer, distribuindo-se em menor parte pelo 1º distrito Sede expandindo-se pelo 2º distrito Toroquá e no 4º distrito Beluno, onde se encontram, em pouca quantidade, uma parte de coxilhas e planícies.

As características geomorfológicas⁴ e edáficas⁵ do município possibilitam sua divisão em basicamente duas áreas distintas. Há uma região serrana, com resquícios da Mata Atlântica, explorada predominantemente por pequenos agricultores, com predomínio da colonização italiana, com forte presença da fumicultura, sendo, em alguns casos, a principal atividade da propriedade.

De importância econômica, há ainda o cultivo do milho, feijão, hortigranjeiros e fruticultura, destacando-se também produtos da Agricultura Familiar que fornecem alimentos para a Merenda Escolar das escolas municipais e estaduais. Essas, no entanto, são atividades que, apesar do potencial de crescimento, são desenvolvidas em poucos estabelecimentos.

A outra parte consiste em áreas planas, com predomínio de campos arenosos, característicos do Bioma Pampa, de exploração da pecuária de corte extensiva (que é bastante expressiva), onde predominam propriedades de médio e grande porte, nas quais se desenvolve produção de cereais, como o arroz, milho, trigo e aveia e se encontram as lavouras comerciais, mais fortemente as

³ “Um **ecótono** é uma região resultante do contato entre dois ou mais biomas fronteiriços. São áreas de transição ambiental, onde entram em contato diferentes comunidades ecológicas - isto é, a totalidade da flora e fauna que faz parte de um mesmo ecossistema e suas interações” (O QUE..., 2014a, s./p.)

⁴ Que se refere, pertence ou é próprio à geomorfologia, parte da geografia física que descreve o relevo terrestre atual com base no estudo de sua evolução.

⁵ Relativo ao solo, especialmente às suas características físicas e químicas (SIGNIFICADO..., 2020a).

da soja.

O comércio e a prestação de serviços estão em pleno desenvolvimento, contudo o potencial turístico é inexplorado, podendo ainda ser muito oportuno em um tempo futuro.

A ocupação territorial de SFA esteve, num primeiro momento, fortemente ligada à expansão da pecuária bovina e ovina. Essa pecuária extensiva estava intimamente ligada ao plantio de pastagens, sendo, por décadas, a mais importante atividade da região.

A intensificação do capitalismo no campo, nesse território, foi um processo em curso, sobretudo a partir da década de 1990, quando começaram a compra de terras pelos estrangeiros, a fim de plantar eucaliptos e soja. A territorialização do agronegócio deu-se pela difusão do modelo produtivo agrícola, caracterizado pela modernização da produção das lavouras; o modo de uso da terra voltou-se para a ampliação e concentração de renda, tendo como objetivo a acumulação de capital.

Mudaram-se, assim, consideravelmente, o perfil agropecuário assisense e as relações sociais de produção até então predominantes no campo, com isso o município passa a produzir novas formas de economia e da reprodução da vida dos camponeses.

2.2 O RURAL TRADICIONAL

No início do século XX, era relevante o contexto e o número da população que vivia no campo, a nível de Brasil, estados e municípios. Pelos relatos informais e conhecimento empírico da pesquisadora, em São Francisco de Assis as famílias eram numerosas, as propriedades constituíam-se, à época, em sua maioria, por camponeses. Refletia-se um campo de atividades rotineiras, simples, com pouco desenvolvimento e nada moderno. Embora houvesse localidades com fazendas, a lida era com pouca mecanização e sem modernização.

Em relação à sua organização estrutural, historicamente devido a sua área territorial, originou-se em torno dos criadores de gado e, também, de importantes territórios dos imigrantes europeus, a exemplo dos italianos e alemães, destacando-se como atividade principal a plantação de alimentos para

o autoconsumo da família.

A sede do município era muito pequena, duas principais avenidas cortavam a cidade que surgiu à beira do Arroio Inhacundá. O comércio era incipiente, atendido na maioria por libaneses que aqui se estabeleceram.

Na sua pesquisa sobre a História de São Francisco de Assis, o historiador Valdevi de Lima Maciel (2012, p. 07-08) narra que,

[...] A produção agrícola era assim computada, em quilos: feijão, milho, arroz, batatas, trigo, farinha, alfafa, fumo preparado. As principais indústrias eram, a pastoril, agrícola e a de madeiras, das quais provinha o maior comércio no município, sendo, no entanto, a pecuária a sua grande riqueza. Funcionavam dois engenhos a vapor, de serrar madeiras, beneficiar arroz, construção de veículos e ferraria, de Fausto Leitão, na costa da serra, sendo o maior do município; e ainda outro de beneficiar arroz, de José de Sá Alves, na costa do Jaguari-mirim; 10 moinhos para milho, trigo.

As características do relevo, aliadas às características da colonização, foram fatores determinantes para o estabelecimento da agricultura familiar/camponesa no município, principalmente na Região Serrana, no 4º distrito Beluno, onde, pelos relatos orais de seus familiares, a pesquisadora destaca que “[...] havia, no interior do município, atividades como sapataria, marcenaria, madeireira, muitos armazéns e moinhos para moagem de grãos, destacando-se ainda a produção de vinho e os alambiques⁶ para fabricação de cachaça” (S.P.F., AGRICULTORA, RELATO INFORMAL, 2020).

A agricultura era praticada com pouca tecnologia, valendo-se da abertura periódica de novas áreas de roças, nas quais realizavam o cultivo por um ou dois ciclos, tendo um período sem plantas, deixando a terra repousar, o que possibilitava o ressurgimento da vegetação nativa.

Na entrevista realizada com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de SFA, ao fazer uma relação com o tempo presente e o passado, ele relembra:

Na zona rural tinha uma diversidade de produção, era praticada a Agricultura Familiar o excedente era vendido para tirar um extra. Vendiam o queijo, o salame, mel, feijão, ovos, rapadura, vendiam o que sobrava. Traziam para comercializar na cidade e levar o que faltava.

⁶ “Aparelho de destilação, que separa os elementos voláteis dos fixos: alambique de cachaça [...] composto pela caldeira, com a matéria a ser destilada; pela tubulação, que conduz os vapores, e pelo condensador, que resfria esses vapores tornando-os líquidos” (SIGNIFICADO..., 2020b, s./p.).

Tinha a tuia, os moinhos coloniais, o pilão para o preparo do arroz e da canjica, a cana para fazer melado, cachaça, rapadura. O alimento era saudável, feito artesanalmente. A pecuária era de corte, só para comer e vender, da carne bovina era feito o charque e dos suínos, fritava toda a carne armazenando nas latas junto com a banha, porque não tinha luz elétrica no campo (PRESIDENTE DO STR/SFA, ENTREVISTADO-2019).

Pode-se ver que era uma forma de vida bucólica⁷, própria do lugar⁸ que habitavam, os transportes eram raros, duas linhas de ônibus cortavam as estradas do meio rural, as pessoas vinham até à cidade comprar mantimentos, remédios, receber a aposentadoria, comprar roupa nova para ir às festas da igreja na sua comunidade e resolver negócios. As crianças quase nunca ou raramente saíam do campo, a não ser para estudar nas escolas perto ou na própria comunidade.

A escola e o professor vivenciavam outro contexto rural. Num tempo bem remoto, o professor aposentado Valdir Paiva Tourem conta como aconteciam os primeiros ensaios escolares:

Nas fazendas havia uma professora alfabetizadora, que lecionava para os filhos dos fazendeiros e os filhos dos peões. Nas casas dos colonos passava um professor itinerante⁹, que fixava morada pelo tempo suficiente para alfabetizar as crianças e jovens da redondeza (V.P.T., PROFESSOR; RELATO INFORMAL, 2019).

E continua na mesma fala, “[...] depois, quando terminavam o primário¹⁰, quem podia, vinha morar na sede do município, onde havia um colégio particular e mais tarde duas escolas estaduais” (V.P.T., PROFESSOR; RELATO INFORMAL, 2019).

Com o passar dos anos, foram surgindo muitas escolas no interior do

⁷ Bucólica “Que faz referência ao campo; relacionado com o modo de vida ou com os costumes do campo [...] Que se relaciona com a natureza ou com o modo de vida natural” (SIGNIFICADO, 2020c, s./p.).

⁸ Lugar: “[...] é uma categoria muito utilizada por aqueles pensadores que preferem construir uma concepção compreensiva da Geografia. Grosso modo, o lugar pode ser definido como o espaço percebido, ou seja, uma determinada área ou ponto do espaço da forma como são entendidos pela razão humana. Seu conceito também se liga ao *espaço afetivo*, aquele local em que uma determinada pessoa possui certa familiaridade ou intimidade, como uma rua, uma praça ou a própria casa” (PENA, 2020a, s./p.).

⁹ Itinerante: “Diz-se da função que necessita alterações ou deslocamentos constantes de local em local: atividade comercial itinerante [...] Pessoa que se desloca ou que viaja com frequência: os itinerantes chegam hoje” (SIGNIFICADO... 2019, s./p.).

¹⁰ Primário – “O ensino primário, educação primária ou instrução primária constitui o primeiro estágio da educação escolar de diversos países, sendo normalmente realizado por crianças com idade a partir dos seis anos” (ENSINO..., 2020, s./p.).

município; havia dezenas delas, os/as professores/as moravam nas casas das famílias de algum aluno, ou no próprio colégio, por causa da distância da sede; São Francisco de Assis é um dos maiores municípios em extensão rural do RS. De acordo com documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), de SFA (Anexo A), as escolas no campo, em 1985, chegaram a um número expressivo de 103 escolas municipais e 07 escolas estaduais, assim distribuídas na Tabela 1:

Tabela 1 - Escolas Municipais Rurais em São Francisco de Assis-RS em 1985

São Francisco de Assis-RS	1º distrito Sede	2º distrito Toroquá	3º distrito Boa Vista	4º distrito Beluno	5º distrito Vila Kraemer
Escolas Municipais	19	31	10	23	20
Escolas Estaduais	02	02	01	01	01

Fonte: SMEC SFA, 2020. Adaptação da Autora.

A escola marcava o território, pois se consolidava como o espaço do saber. As turmas, na maioria, eram multisseriadas e a merenda, a limpeza do pátio, das salas de aula, o controle da secretaria, a direção, o mapa da merenda, as grades curriculares eram tarefas executadas pelo/a professor/a, que acumulava todas essas funções.

Ao final do ano letivo, eram feitas as provas finais, a fim de testar a aprendizagem dos educandos; as referidas avaliações eram planejadas e reproduzidas (por mimeógrafo) pela equipe da SMEC e levadas para os docentes aplicarem como exame final.

O contexto das avaliações era totalmente urbano, sem considerar o meio em que viviam os educandos.

Conforme experiência vivida, a própria pesquisadora inseriu-se neste contexto quando, no ano de 1986, após o término do Curso Magistério, foi professora na Escola Municipal de 1º grau Incompleto Adroaldo Funck, localidade dos Apertados, 1º distrito, onde lecionou para 04 meninos, turmas multisseriadas, 2º, 3º e 4º anos do Ensino Fundamental.

Nessa localidade, não passava linha de transporte municipal, morava na casa de um aluno; lá não havia luz elétrica, a água era puxada por uma bomba a gasolina e, para vir passear em casa, na cidade, tinha que pegar carona de

algum morador da região ou seus familiares irem buscá-la. Ali permaneceu entre os meses de julho a dezembro de 1986 quando, ao término do ano letivo, prestou vestibular e, no ano seguinte, foi transferida para o meio urbano a fim de ingressar no Curso de Pedagogia no Centro Integrado de Educação Superior de Alegrete (CIESA).

As Escolas Rurais, no município, eram, na sua maioria, distantes da Sede, e os docentes deslocavam-se até as escolas ou moravam na comunidade.

Com a emancipação político-administrativa do município de Manoel Viana, nos meados de 1990, o qual foi desmembrado do 3º distrito Boa Vista de São Francisco de Assis, o campo passou por uma reorganização territorial, até então o município possuía uma área total de 3.906,3 km².

São Francisco de Assis não só perdeu território, também sofreu sérios impactos econômicos e sociais. As áreas de maior e melhor produtividade das lavouras de soja, que apresentavam solo favorável de planície e coxilhas, bens patrimoniais, várias escolas, maquinários, renda, ficaram sob jurisdição do outro município.

Assim, restaram muito poucas escolas no 3º distrito Boa Vista, atribuindo-se a essa causa um maior despovoamento nesta área, resultando num campo de poucos moradores e crescente expansão das lavouras comerciais. Atualmente há apenas uma escola estadual que abrange desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

Aos poucos, o município retomou o crescimento, na distribuição de renda, pobreza e desigualdade. Os cidadãos assisenses foram evoluindo financeiramente, com o passar do tempo, como mostra a Tabela 2:

Tabela 2 - Renda, Pobreza e Desigualdade em SFA

RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE – SÃO FRANCISCO DE ASSIS – RS			
	1991	2000	2010
Renda per capita	239,95	353,50	553,81
% de extremamente pobres	23,59	13,80	8,55
% de pobres	53,82	36,77	17,06
Índice de Gini¹¹	0,56	0,57	0,54

¹¹ ÍNDICE DE GINI: “É um indicador que mede o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Mede o grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima) [...]” (SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL, 2019, p. 20).

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013), adaptado pela autora (2020).

A renda per capita¹² média de SFA cresceu 130,80% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 239,95, em 1991, para R\$ 353,50 em 2000, e para 553,81, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,50%. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 53,82% para 17,06% em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,56, em 1991, para 0,57, em 2000, e para 0,54, em 2010 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013, s./p.).

Apesar dos índices de pobreza no município terem melhorado, ao considerar-se os dados da tabela acima, os relatos orais dos agricultores e pela própria vivência da pesquisadora, enxerga-se que em SFA poucos foram/são os que detêm maior riqueza/latifúndio, a maioria ainda continua num processo emergente para classe média.

Mesmo com esse desenvolvimento, não são raras as famílias que ainda vivem em situação de miserabilidade, tanto na zona urbana, como na zona rural, acentuando a desigualdade social e o avanço destrutivo do capital no campo.

Por isso, a fim de compreender a agricultura local, fez-se necessário refletir sobre o funcionamento da economia mundial e regional e suas imbricações nos sistemas, apresentando os territórios camponeses e os territórios capitalistas, mostrando suas inter-relações e suas conflitualidades, mais detalhadamente em São Francisco de Assis.

2.3. PARADIGMAS DO CAMPO: AS TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO EM SÃO FRANCISCO DE ASSIS

De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (2017, p. 18):

Decorridos 20 anos das primeiras ações concretas do Estado,

¹² “Renda familiar é o somatório da renda individual dos moradores do mesmo domicílio. A Renda domiciliar per capita é calculada dividindo-se o total de renda pelo número de moradores de uma residência” (COMO..., 2020, s./p.).

conquistadas a partir da luta dos agricultores e agricultoras familiares, é possível avaliar os avanços e as dificuldades pelo qual passa o setor. Dentre os avanços, destaca-se a produção de 70% dos alimentos consumidos no País.

Um dos grandes desafios que acompanha os sujeitos do campo está em fortalecer as políticas de apoio para produção da agricultura familiar/camponesa, de modo a proteger e garantir a soberania e segurança alimentar, considerando a função social desse setor, reconhecendo sua contribuição nas diferentes maneiras de produzir, como: agroflorestal, agroecológica, extrativista e convencional, dentre outras.

Para Shanin (2008, p. 25-26),

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o da acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida, são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades, está a natureza de economia camponesa.

Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que os territórios capitalistas se expandiram, os territórios camponeses ficaram relegados a segundo plano. Conforme Fernandes (2012a, p. 746) “[...] as relações de produção capitalistas destroem as relações de produção não capitalistas”. Fernandes também define território camponês como,

O território camponês é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de produção familiar e local de resistência da família, que muitas vezes pode ser constituída de mais de uma família. [...] pode ser o sítio, o lote, a propriedade familiar ou comunitária, assim como também é a comunidade, o assentamento, um município onde predominam as comunidades camponesas (FERNANDES, 2012a, p. 744).

Para Zimmermann (2014, p. 46):

De acordo com Fernandes (2009, 2012), tratar do território camponês é uma tarefa difícil. É necessário abandonar a noção comumente difundida nas instituições de ensino, que toma o território como espaço de governança, ou seja, refere-se ao território como espaço de gestão do Estado, nos níveis federal, estadual e municipal. Segundo o autor, abandonar essa noção é fundamental e ponto de partida para pensar outros territórios, frações daquele. Desse modo, podemos analisar tipos de territórios que se confrontam permanentemente, porque são espaços em que essas relações sociais se realizam como unidades,

com características próprias, resultantes das diferentes relações sociais que os produzem.

Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que, enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, os camponeses organizam seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida.

No cenário brasileiro, o Estado do RS, nas últimas décadas, veio sobressaindo-se na produção agrícola, a exemplo da produção de grãos. Grande parte desse crescimento veio acompanhada pela revolução tecnológica que se instituiu no campo, objetivando a produção em larga escala e a redução de custos, assim como alterou o modo de vida camponesa que, “[...] não é organizada pelas necessidades do mercado, como é uma unidade capitalista, é um modo de existência social viabilizado por um modo de produzir” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 09).

Assim, sem dúvida, o instrumento principal para a modernização da agricultura foi a utilização do uso das máquinas, dos novos insumos químicos e biotecnológicos, capazes de substituir os naturais, trazendo mudanças significativas tanto nas atividades humanas, que sofreram redução na divisão do trabalho, bem como na terra, aumentando o rendimento da produção, voltada para a indústria e para a exportação. A terra então, passou a ser vista como taxa de lucro, transformando-se a cada dia em terra-mercadoria.

Paulino e Almeida (2010, p. 21) explicam a permanência histórica do camponês na terra, ou seja,

[...] é precisamente o fato de não visar o lucro de sua atividade econômica, mas a reprodução do grupo familiar, mesmo quando é dono da propriedade jurídica da terra, que permite respostas adaptativas às crises, recorrendo até mesmo ao trabalho acessório não agrícola e à migração.

A terra, sendo um bem natural, não pressupõe trabalho, apesar de facultar a extração direta de mais valia, a terra não é reprodutível, quanto maior a demanda, maior será sua valorização, que se converte em renda, a renda tem que expressar riqueza, constituir valor, e só o trabalho cria valor, ao dividir-se a terra, diminui-se o poder nela inserido. Isso evidencia-se na fala de Saccol

(2018, p. 26),

É necessário ressaltar que o conceito de modernização não está associado apenas à mecanização e à tecnificação da agricultura. Esta pode estar definida, também, como um processo de modificações nas relações sociais de produção, pois se destina, principalmente, ao mercado, ou seja, o objetivo principal passa a ser o lucro e, conseqüentemente o acúmulo de capital.

Nesta perspectiva, Denise Elias (2003, p. 88), em seu livro *Globalização e Agricultura*, ressalta o quanto a biotecnologia agrícola, intensificada pela globalização, vem mudando as concepções de produção:

A engenharia genética propiciou o melhoramento genético das plantas e dos animais; criou novas espécies de plantas mais resistentes às intempéries, às pragas e doenças; diminuiu o ciclo produtivo de algumas culturas, viabilizando maior número de safras; adequou algumas plantas a solos adversos etc., além de ser vetor para a eficiência dos demais insumos modernos (fertilizantes, inseticidas etc.).

Para os produtores que já caminhavam nesta direção, essas inovações foram consideradas como um processo de renovação da agricultura e da economia, quando o setor agrícola passou a reagir positivamente, pois dessa forma

[...] as transformações do setor agropecuário, que já se processavam de modo notável com o uso das inovações mecânicas e físico-químicas, com a difusão da biotecnologia procederam-se de maneira muito mais acelerada, causando metamorfoses radicais nessa atividade, que passou a realizar cada vez mais calcada na lógica da produção industrial (ELIAS, 2003, p. 89).

Conseqüentemente, isso permite entender que,

[...] a modernização da agricultura vem proporcionando novos rumos no espaço rural, dando uma nova cara à produção agrícola e ao agronegócio, o capital impõe um modelo produtivo monocultor, levando o pequeno agricultor a acreditar que a policultura não garante mais sua sobrevivência, e pior: o conduz ao endividamento devido à compra de máquinas; em conseqüência, um grande número de produtores acabou perdendo seus espaços de produção, seu pedaço de terra, seu território (ZIMMERMANN, 2014, p. 48).

Nesse contexto, nas últimas décadas, o município de São Francisco de Assis e a região no entorno se destacam como uma faixa estadual das que mais transformações vieram sofrendo, afirmando-se num dos principais corredores de

expansão do agronegócio.

Por esse viés, vale analisar que a opção pelo agronegócio, em favor do desenvolvimento do capital, faz com que o Brasil seja um dos países que utiliza a maior quantidade de agrotóxicos do mundo, paralelo a isso a disseminação do uso das sementes transgênicas nas culturas mais relevantes, como a soja.

Na fala de um agricultor assisense, fica explícita

A soja é toda transgênica, a semente vem de longe; oriundas da região celeiro do RS, porque as sementes produzidas nos solos de maior altitude nascem com mais capacidade de germinação. Antes de plantar a semente já recebe um hormônio que serve como enraizador (D. S. M. L., ENTREVISTADO, 2019).

Para uma maior produção, conforme questões 12 e 13 da entrevista (Apêndice A), os agricultores foram enfáticos em dizer que usam sementes de soja transgênica, utilizando-se do plantio direto para o cultivo das lavouras, o que favorece o reaproveitamento da palhada e diminui a erosão, fazendo a correção do solo, “[...] soja tradicional, sem nenhuma transgenia, São Francisco de Assis não tem”, afirma o Gerente Comercial A.E.V. B. (2019).

Vale lembrar que degradação ambiental e exclusão social e produtiva são ocorrências que afetam também as cidades e o conjunto da sociedade. Apesar dos malefícios, o produtor rural tornou-se dependente das multinacionais, que detêm a tecnologia para a produção das sementes, conforme destaca Hespanhol (2008).

Ao mesmo tempo, não há poder de escolha, ou compram as sementes dos representantes das grandes multinacionais, ou pagam royalties¹³. Representantes da empresa que desterritorializa o camponês. Representantes da empresa que aprofunda a relação entre capital e trabalho.

Isso é considerado na fala:

[...] ao comprar as sementes, já vem com o royalty imbutido. Nos armazéns/silos, tem um fiscal da Monsanto, que também fiscaliza

¹³ Royalties: “[...] é o termo utilizado para designar a importância paga ao detentor ou proprietário ou um território, recurso natural, produto, marca, patente de produto, processo de produção, ou obra original, pelos direitos de exploração, uso, distribuição ou comercialização do referido produto ou tecnologia [...] No caso de tecnologias e patentes, por exemplo, a empresa multinacional americana Monsanto cobra royalties dos agricultores que fazem uso das sementes desenvolvidas pela empresa, utilizando tecnologia transgênica para que suas sementes sejam resistentes ao herbicida Roundup, que é fabricado pela mesma empresa” (ROYALTIES..., 2016, s./p.).

comumente as lavouras [...] O destino da safra quando vai para o porto de Rio Grande, se não for transgênica, tem que ir separado, [e ainda] [...] O Brasil é o pioneiro dessa técnica (GERENTE COMERCIAL A.E.V. B., 2019).

O oprimido (empresa local) incorpora a perspectiva do opressor (empresa transnacional), desconhecendo as questões sociais e políticas que estão implicadas em sua ação como representante do capital transnacional. A Empresa ocupa, no território assisense, o lugar de representante desse poder econômico (muito embora saibamos que não é só isso) e reproduz o discurso do agronegócio, da inovação e do progresso. Oprime sem dar-se conta de que também é oprimida.

Na figura 2, temos uma plantação de soja transgênica, com plantio direto.

Figura 2 - Plantio direto lavoura de soja no 3º distrito Boa Vista, de São Francisco de Assis



Fonte: Pesquisa de campo, 2019. Registrado pela autora.

Nas áreas onde houve plantio direto, o desenvolvimento foi melhor devido à maior capacidade de resistência das plantas ao estresse hídrico. Os produtores inseridos na agricultura capitalista têm visões diferenciadas quando do aumento da produção, pouco se preocupam com os impactos quanto ao meio ambiente, e por outro lado, comemoram positivamente o lucro, a renda e o aumento do capital.

Assim considera o ex-Secretário da Agricultura de SFA, E. B. (2019),

[...] a Agricultura familiar/camponesa produz a maior parte dos alimentos, mas é a agricultura empresarial/capitalista que rende mais, traz mais retorno no volume de capital. A agricultura sempre visa lucro e é do que o agricultor mantém a propriedade.

A exemplo disso, o Técnico em Agropecuária conveniado ao banco¹⁴ da PLATEC afirma:

O aumento da produção da soja, alavanca as vendas no comércio local, negócios como compra de automóveis e maquinários (tratores, colheitadeiras, caminhonetes), roupas, mercados, escrituras (compra e venda de terras); a construção civil (casas, reformas, silos); fretes (caminhoneiros, óleo diesel, oficinas, peças) (J. A. A., ENTREVISTADO, 2019).

Foi possível avaliar, nas entrevistas, que nem todos os produtores possuíam maquinários para a produção e colheita, o que os tornava dependentes de terceiros. A dependência dos outros ocorre, pois se parte de uma perspectiva individualista e não alternativa que poderia estar associada a uma cooperativa, associação entre outras que se organizam. Esse fator onera e aumenta o tempo da produção, pois além de alugar máquinas, ainda precisam esperar até que os outros terminem de colher suas safras.

Assim percebe-se o confronto na fala do Gerente Comercial da NVCC:

Se o produtor não tem estrutura para plantar, quer dar o passo maior que a perna, compra máquinas, faz financiamentos absurdos, arrenda terra, não sabe o custo para produzir, investe mal, usa o dinheiro para comprar carros, casas...ele vai à falência. Tem que saber quanto está gastando, quanto vai colher por ha, porque o banco vai dar corda e quando vê o banco puxa a corda e tira tudo (A. E. V. B., ENTREVISTADO, 2019).

Na visão de outro agricultor, o papel do banco é:

[...] os produtores ficam reféns dos financiamentos. O banco tem investimentos que vem de fora, capital estrangeiro que aposta na agricultura brasileira. Mesmo assim, os produtores continuam insistindo na plantação de soja, por ser, entre outras culturas, a mais lucrativa de todas (D. S. M. L., ENTREVISTADO, 2019).

No entanto, em 2020, este dado não foi confirmado, quando a safra chegou ao fim e o cultivo da soja no Estado já com 100% colhido, indicou que a produtividade média foi de 1.793 quilos por hectare, e a produção chegou a 10.693.367 toneladas, com perdas de 45,8% em relação à produção esperada (EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2020). Este fato

¹⁴ Técnico em Agropecuária conveniado ao banco é o sujeito que “[...] encaminha os projetos das lavouras ao banco e presta assistência aos agricultores como: projeto de financiamento, cálculo da área plantada, insumos, adubação...cuidados da lavoura em si” (RELATO INFORMAL, J. A. A., 2019).

confirma a visão dos entrevistados anteriormente, apesar da soja dar mais lucro, se não tiver capital, o agricultor vai à falência.

As solicitações de vistorias de Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO¹⁵) nas lavouras que utilizavam a política de crédito rural seguiam ocorrendo no Estado. Até 27 de maio do ano corrente, já tinham sido realizadas 10.271 vistorias de Proagro em lavouras de soja por técnicos da Emater/RS-Ascar. A totalidade de solicitações em culturas e hortigranjeiros chega a 18.017 vistorias; os números vêm sendo contabilizados desde 01 de dezembro de 2019, por conta dos danos devido à estiagem (EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2020).

Por meio das entrevistas, percebeu-se que, mesmo a agricultura local sendo (re)forçada pela continuação do plantio da soja transgênica, uso de insumos e sementes, mercadoria, organização da propriedade nos moldes da agricultura industrial, até entre os pequenos agricultores, esses sofrem a imposição de preços e a perda de parte de sua produção familiar, devido à subordinação de seus produtos ao mercado capitalista.

Ao mesmo tempo, com a acentuada modernização da agricultura acontecendo no território, começaram a aparecer os resultados negativos, como o esvaziamento populacional do campo, os contratos intermináveis com os arrendatários, o desemprego do homem no espaço rural em consequência das tecnologias empregadas nas lavouras; a compra de terras dos pequenos e médios produtores, pelos grandes latifundiários; a destruição das áreas de mato e campo nativo, a poluição das águas, a intoxicação dos produtores pelo mau uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e a subordinação a que ficam os agricultores reféns do capital.

É, pois, essa unidade dialética entre a expansão do latifúndio e da unidade camponesa, entre trabalho assalariado e trabalho familiar camponês, e entre a territorialização do monopólio capitalista e a monopolização de frações do território dominado pelos camponeses que marca a estrutura agrária do Brasil (OLIVEIRA, 2005, p. 505).

Há, sobretudo, um discurso que empodera e faz acreditar que, sem o

¹⁵ PROAGRO: “[...] administrado pelo Banco Central do Brasil, foi instituído por meio da Lei nº 5.969, de 11.12.1973 e visa exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas a operações de crédito, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam as lavouras” (PROAGRO..., 2020, s./p.).

capital, seria impossível sobrevivermos (nós, população), esquecendo que quem, efetivamente, mesmo que tenha diminuído, ainda nos alimenta é o camponês.

Apresentam-se, então, em oposição aos territórios do agronegócio, as relações sustentadas pelo trabalho familiar, como na agricultura camponesa, as quais veem na produção de outras culturas a garantia de renda para seu sustento. “Embora subordinadas ao sistema capitalista, continuam existindo e se garantem por meio do trabalho familiar, pela cooperação entre vizinhos, pelas associações e outras formas não capitalistas” (ZIMMERMANN, 2014, p. 49).

Assim, o grande desafio dessas famílias agricultoras é manter seu território. Além disso, ocorre uma transformação capitalista da agricultura, havendo uma especialização da mesma para a monocultura (BRUM, 1988).

No território assisense, a agricultura, desde a década de 1970, voltou-se à reprodução do capital. Conforme observado no quadro abaixo, no período de 2006 a 2018, as plantações de soja obtiveram ainda maior relevância, quando ocorreu o crescimento mais significativo dessa monocultura. É o que podemos ver no quadro a seguir.

Quadro 1 - Evolução do plantio de lavouras temporárias de Soja, 2006 a 2018

PRODUTIVIDADE DE SOJA EM SÃO FRANCISCO DE ASSIS-RS		
ANO	ÁREA EM HECTARES	PRODUTIVIDADE/SCS
2006	21.000	1.560 KG/HÁ-26
2016	43.000	2.610 KG/HÁ-43,5
2018	45.000	3.000 KG/HÁ-50

Fonte: EMATER-RS (2018). Adaptação da autora, 2020.

Conforme exposto, notou-se que, nos últimos anos, no município, não aconteceram estiagens, o que proporcionou ganhos de investimentos e colheita farta, como o solo assisense é arenoso, qualquer estresse hídrico¹⁶ daria uma baixa da produtividade e, conseqüentemente, da produção por hectare, já que a agricultura precisa de muita água para desenvolver-se. “Os produtores vêm aproveitando os tempos de produtividade máxima, refletindo na melhoria da renda. Apesar do endividamento por parte deles, há circulação do capital em toda a região” (R. V., ENGENHEIRO AGRÔNOMO DA EMATER/SFA,

¹⁶ “O estresse hídrico - também chamado de escassez hídrica física - é um termo utilizado para designar uma situação em que a demanda por água é maior do que a sua disponibilidade e capacidade de renovação em uma determinada localidade. Trata-se de uma expressão elaborada para representar uma situação grave que pode ser ocasionada tanto por fatores naturais quanto por fatores socioeconômicos” (PENA, 2020b, s./p.).

ENTREVISTADO, 2019).

Toda a região vinha se beneficiando da expansão da soja, o que não se efetivou em 2020. Segundo a Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, essa é a pior seca desde a safra 2012/2013:

“Historicamente, a cada dez anos, em sete deles nós tivemos algum comprometimento do potencial produtivo das lavouras e das pastagens em função de alguma restrição hídrica. Apesar disso, desde a safra de 2012/2013 para cá, não tivemos uma estiagem que causasse um prejuízo maior na nossa produção”, afirmou o secretário em exercício da pasta, Luiz Fernando Rodrigues Júnior (SECA..., 2020, s./p.)

A instabilidade climática, ocorrida em 2020, e as frustrações nos resultados alcançados apontam a um cenário de incertezas entre os produtores em relação à área a ser plantada na próxima safra (EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2020).

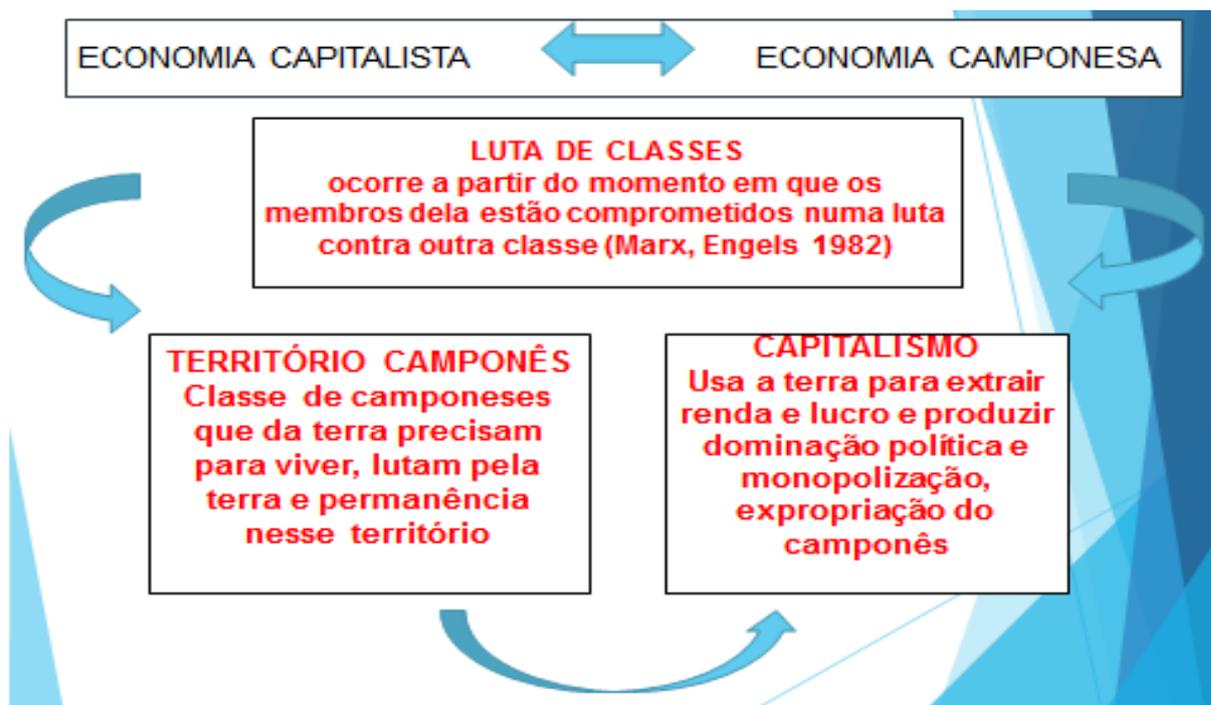
2.3.1. AGRICULTURA CAMPONESA E AGRICULTURA CAPITALISTA NO TERRITÓRIO ESTUDADO

Na territorialização do agronegócio, enquanto o capital avança vorazmente, também acontece a exploração do trabalho das populações desfavorecidas, em muitos casos aumenta a destruição ambiental e a concentração de riquezas. Fazendo frente de resistência a esses modelos, encontram-se pequenos agricultores, indígenas, quilombolas, sem-terra, escolas do campo, mulheres camponesas e juventude rural.

Dessa forma, podemos afirmar que coexistem, no território, contradições e conflitualidades entre os capitalistas e o campesinato; enquanto no segundo a força do trabalho é o seu maior valor, não a acumulação de capital; para a primeira é a acumulação de riqueza, a exploração do trabalho a razão da sua existência. “De um lado, a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro, e produzir dominação política; do outro, a classe dos camponeses que da terra precisam para viver. O resultado tem sido um território em disputa!” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 58).

Os dois modelos, camponês e capitalista, criam territórios distintos, pois têm concepções muito diferentes e contraditórias entre si. É o que se apresenta na Figura 3, as lutas entre si.

Figura 3 - As contradições dos territórios



Fonte: Adaptado pela autora, de Paulino e Almeida (2010).

Enquanto para os camponeses a terra é o lugar de moradia, de vida, da cultura, da igreja, da escola, para o agronegócio, o valor dado à terra é o valor de mercadoria.

O território, visto como referência identitária, valor, dimensão cultural, manifesta-se pelas perspectivas idealistas; ali se desenrola a vida de um grupo ou de um conjunto de pessoas, socializado e culturizado, pois tudo que se encontra em torno do homem é dotado de um significado.

Nesta linha de raciocínio, Paulino e Almeida (2010) também refletem sobre as conflitualidades existentes entre agricultura camponesa e agricultura capitalista.

Quadro 2 – Paralelo entre Agricultura Camponesa x Agricultura Capitalista

AGRICULTURA CAMPONESA	AGRICULTURA CAPITALISTA
Modo de existência social viabilizado por um modo de produzir	Organizada pelas necessidades do mercado

Criatividade e multiplicidade em situações de crise, não descamponização, mas resistência	Sistema de categorias economicamente vinculadas entre si: preço, capital, salário, juros, renda
Ausência de custos materiais de produção, salários e juros sobre o capital	Visão empresarial Dominação da agricultura pelo capital industrial
Ausência do camponês, não significa ausência de conflito	Territorialização do monopólio capitalista, expulsão da unidade camponesa, diminuindo a população rural
Tendência de ganhos na unidade familiar existe, uma vez que ela se encontra integrada ao mercado	Sobrelucro realizado no mercado, a renda fundiária é um lucro extraordinário obtido acima do lucro médio
Para a produção, além da energia humana, há ciclos naturais com tempos variáveis e independentes do trabalho (semeadura, capina...)	Quanto menos tempo para produção do bem, maior será a mais-valia
M-D-M mercadoria/dinheiro/mercadoria, circulação de mercadoria para satisfação das necessidades da família, ponto de equilíbrio; produção limite=satisfação	=D-M-D= dinheiro/mercadoria/dinheiro, investe nos setores mais lucrativos, visando o máximo de retorno possível
Terra como concepção de liberdade, pedaço de chão, realização de sonhos	Terra e trabalho para o outro, transferência de riqueza

Fonte: Adaptado pela autora, de Paulino e Almeida (2010).

Nos territórios onde a agricultura camponesa é mais desenvolvida, há menos perdas e impactos ambientais, já no agronegócio, o modelo proposto é baseado em incentivar/preparar trabalhadores no projeto de desenvolvimento das demandas da agricultura capitalista, sem considerar a vida da terra e a biodiversidade ambiental como bens universais, uma vez que, “[...] sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio” (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Nesse sentido, vão acontecendo os movimentos dialéticos e contraditórios entre esses modelos, pois enquanto o agronegócio oprime e expulsa os pequenos: “A agricultura familiar promove a manutenção do homem no campo e configura uma atividade que proporciona o atendimento da demanda por alimentos em nível local e, até mesmo, regional” (SACCOL, 2018, p. 33).

São Francisco de Assis caracteriza-se pelo forte aumento da estrutura

fundiária do agronegócio, promovendo, com isso, o desenvolvimento das atividades produtivas do meio rural do município pelo aumento do capital. Mesmo com a venda das terras para as multinacionais e para produtores de outras cidades, nem sempre esses investimentos trazem retorno para o município, revela o Prefeito na sua fala quando reconhece que,

A tendência é vir mais gente, foi vendida muita terra. Só que os grandes investidores nem moram aqui. Destacam a guia do produto e levam para onde quiserem. Compram adubo, remédio, insumos, pagam o ICMS noutra prefeitura, tem os filhos estudando fora, compram roupas, tem o lazer todo noutra município como Santiago, Jaguari e Nova Esperança do Sul. Desgastam a terra aqui em SFA, mas investem em outro território (P. S., PREFEITO MUNICIPAL, ENTREVISTADO, 2019).

Percebe-se que quem efetivamente faz com que a economia do município seja impulsionada, tendo os maiores investimentos no município, ainda são os pequenos, os peões, os camponeses.

Neste cenário, a vida, a saúde, o trabalho, a renda e as culturas dos povos do campo, da floresta e das águas, sofrem impactos, agravando as situações de desigualdade e, como consequência deste avanço da agricultura capitalista, acontece cada vez mais o processo de desterritorialização¹⁷.

Há interesse internacional sobre o monopólio dos bens naturais para exercer o controle sobre: terra; alimentos; nutrição animal; energia; florestas/madeiras; minérios; e da água. O Brasil, pela abundância desses bens naturais e de terras agricultáveis (férteis para a agricultura), está no centro deste interesse mundial, sendo disputado por grandes empresas (Bunge, ADM, Nestlé, etc.), fundos de pensão e governos de países ricos, especialmente daqueles que possuem poucas terras agricultáveis e precisam de reservas para a produção futura de alimentos. É importante frisar que parte expressiva do parlamento e do atual governo interino defende a abertura total das terras brasileiras ao capital internacional, sem se preocupar com as consequências desta medida (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2017, p. 16).

A liberalização ou o incentivo às políticas de internacionalização do espaço de vida nacional renega que “o território é primeiro um valor”, pois “[...] a

¹⁷ Para Haesbaert (2004) é o movimento pelo qual se abandona o território, pode abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sumir. O autor acredita que todo o movimento de desterritorialização leva a uma nova territorialização. Mesmo em oposição, estão em relação de reciprocidade, dialética entre os dois movimentos, relacionada a um contexto social, um processo de precarização e exclusão territorial, é o movimento de construção de um novo território. Para criar algo novo é necessário romper com o território existente.

existência, e mesmo a imperiosa necessidade para toda sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece claramente estabelecida” (BONNEMAISON; CAMBRÉZY 1996, p. 10).

Assim propõe Haesbaert (2004, p. 337):

As redes surgem como novos elementos na configuração dos territórios, sendo possível falar de território-rede. Para o autor, é necessário compreender o convívio entre territórios-área e territórios-rede, sendo os últimos “marcados pela descontinuidade e pela fragmentação que possibilita a passagem constante de um território ao outro.

O território se estrutura em rede, através de múltiplas escalas, que se estendem do local ao global, espacialmente descontínuos, mas intensamente conectados e articulados entre si. As redes se fazem presentes na articulação do processo histórico, econômico, social e cultural no território do campo de SFA; enquanto os produtores daqui se movimentam e investem em outros territórios, os produtores de outros territórios estão inseridos aqui, produzindo disputas territoriais tanto pela terra como pela permanência nela.

Conforme Haesbaert (2004, p. 95):

Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. Segundo o autor, o uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo.

Sob essa concepção “[...] enquanto espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do território unifuncional proposto pela lógica capitalista hegemônica” (HAESBAERT, 2004, p. 95).

Nota-se que, em SFA, o território está tornando-se unifuncional no momento em que é dominado por poucos e por só uma cultura. Esta é a marca do capitalismo que, ao mesmo tempo que retira do trabalhador o seu suor, leva-o a não identificar sua cota de participação nas mercadorias em circulação, ele deixa de valorizar o tempo vivido, de identidade, diferente do território

multifuncional do camponês, que estabelece uma relação com a terra, com os animais, com as plantas, com os vizinhos. Juntos se relacionam, conversam, trocam, divergem, convergem.

O pertencimento ao território não se consolida sem que se compreenda a sustentabilidade e solidariedade no campo, a democratização da posse e do uso da terra, vistas como medidas fundamentais “[...] para fazer o enfrentamento ao latifúndio e ao agronegócio, que sustentam o atual modelo de desenvolvimento rural, que é altamente concentrador, excludente e degradador” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2017, p. 54).

As lutas pela reterritorialização ou para manter o próprio território encontram respaldo na reforma agrária, sendo um dos pilares centrais nas pautas das discussões sindicais.

No contexto do campo, a resistência representou sempre o movimento de luta pela terra. Caso não tivesse havido essa resistência, provavelmente muito mais terras teriam sido vendidas no Brasil.

Embora em SFA não haja conflitos relevantes, nem movimentos de lutas pela terra, acontecem os movimentos de disputa pelas melhores áreas agricultáveis, os produtores de soja ensejam as terras dos pequenos agricultores, chegando a oferecer maior percentual de pagamento. Entretanto, para Santos (2006, p. 118) “[...] nada é levado em conta, exceto a busca desenfreada do lucro, onde quer que se encontrem os elementos capazes de permiti-lo”.

Neste sentido, a agricultura familiar/camponesa

[...] deve ter papel estratégico nas agendas políticas nacionais e internacionais, que extrapola os interesses apenas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras familiares, e vai além da garantia do direito à terra, assegurando produção de alimentos saudáveis, proteção da biodiversidade e garantia de inclusão e qualidade de vida das pessoas, demandas impossíveis de serem respondidas pelo agronegócio (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2017, p. 54).

Com a expansão das lavouras de soja, a produção de outras culturas vai diminuindo, sendo necessário fazer linhas de enfrentamento, a fim de que os agricultores/camponeses continuem no campo, já que eles garantem a disseminação da cultura, promovem uma agricultura saudável, guardam

sementes a fim de garantir à família a perpetuação dos costumes e tradições, demonstram identidade e pertencimento à terra.

Historicamente, a agricultura contra hegemônica aqui denominada de agricultura camponesa articulada ao território propõe ações inovadoras envolvendo a sustentabilidade dos ecossistemas onde no qual a mesma está inserida, buscando a partir de estratégias, resgatar os saberes tradicionais a fim de manter a historicidade, bem como resgatar o movimento de resistência no Campo.

No que tange a historicidade dos camponeses de SFA, no dia 28/05/19, no 4º distrito Beluno, e no dia 21/07/19, na comunidade da Picada do Padre, 1º distrito, o STR e a EMATER na tentativa de incentivar e propagar o uso das sementes tradicionais e crioulas promoveram uma festa para troca de sementes nativas; o troca-troca de sementes entre os produtores locais procurou divulgar e relembrar comemorações próprias dos colonizadores italianos daqueles distritos, com intenção de preservar e continuar cultivando as sementes crioulas pelos agricultores locais, conforme a Figura 4.

Figura 4 - (A) Festa da Comunidade e Jogos da Juventude Rural no 4º distrito Beluno (B), troca-troca de sementes na Comunidade da Picada do Padre, 1º distrito (C-D)



Fonte: Pesquisa de Campo. Registrado pela autora, 2019.

Além de aproveitar o potencial de qualidade e nutrientes que essas sementes crioulas contêm, para os agricultores camponeses, isso significa também, não ficar atrelados às demandas das grandes empresas; e por assim entender, perpetuam e preservam os saberes e culturas tradicionais.

As sementes tradicionais representam, a partir de relatos encontrados a campo, maior autonomia de produção aos agricultores, já que podem produzir de modo mais sustentável. Contudo, ressaltam sobre a dificuldade em manter esse tipo de produção, já que boa parte das propriedades hoje, servem a produção em larga escala, em especial a soja, obrigando aos sujeitos do campo diminuir sua produção, e nesse processo percebe-se também a diminuição da identidade do camponês, enquanto o território da agricultura capitalista, ou território do agronegócio está em constante avanço.

O dinamismo da modernização/mecanização/informação foi instalando o agronegócio no município, a inserção da soja foi tão intensa, que foi responsável pelo abandono das culturas tradicionais neste meio.

No capítulo a seguir, veremos como o campo de SFA gradativamente começou a sua mudança.

3. TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO

O fechamento das escolas e a saída dos agricultores do campo foram mais um dos fatores que ajudaram o tempo a redesenhar o território de São Francisco de Assis e o cenário do Pampa¹⁸, “[...] caracterizado por uma vegetação bem variada, onde predominam campos nativos, mas onde também há presença de matas ciliares, matas de encosta, matas de pau-ferro, formações arbustivas, butiazais, banhados, afloramentos rochosos” (O QUE..., 2014b, s./p.).

A pecuária, as lavouras de milho, trigo e arroz, no município, deixaram de ser as principais atividades. Na fala do Presidente do STR, ele traduz uma preocupação de um tempo que fez parte de sua vida:

Os animais eram criados no próprio terreiro, tinha carne variada, galinha, porco, pato, peru, vacas para tirar leite, fazer doces, hoje os colonos vêm comprar na cidade: a coxa de galinha, o sabão, o óleo, o pão, a carne industrializada. Na cidade vinham buscar apenas o que faltava, tudo era produzido na colônia (PRESIDENTE DO STR/SFA, ENTREVISTADO, 2019).

Essa forma de vida e trabalho, com o decorrer dos anos, foi perdendo espaço, em razão do aprimoramento tecnológico, a inserção das novas sementes, geneticamente modificadas, necessitava de maior investimento por parte dos produtores para alcançar uma safra satisfatória.

No município, conforme podemos ver nas fotos a seguir (Figura 5), a crescente produção da soja foi transformando o território do Pampa, antes dominado pela pecuária, aos poucos foi dando lugar às lavouras de produção de soja que, igual ao restante do país, estava em pleno crescimento.

Na foto C, os solos arenosos, com erosão na sua maioria, foram sendo corrigidos com as pastagens feitas através do plantio direto, serviam para alimentação do gado bovino e criação de ovelhas, como mostra a foto B.

Com o tempo foi sendo modificada a paisagem¹⁹ típica do Pampa, com a

¹⁸ Pampa: “O termo Pampa, originou-se do vocábulo indígena quéchua pampa, que significa ‘planície’, paisagem que lhe é mais comum, embora não única: lá se encontram de serras a planícies, de morros rupestres a coxilhas [...]” (O QUE..., 2014b, s./p.).

¹⁹ Paisagem: “Essa categoria geográfica consiste em tudo aquilo que é perceptível através de nossos sentidos (visão, olfato, tato e audição), no entanto, a análise da paisagem é mais eficaz através da visão. Nesse sentido, a Geografia moderna, que priorizava os estudos dos lugares e das regiões, utilizou-se da fisionomia dos lugares para atingir êxito em suas abordagens geográficas, observando as transformações no espaço geográfico em decorrência das atividades humanas na natureza” (FRANCISCO, 2019, s./p.).

implementação da silvicultura e das lavouras de soja, foto A.

Figura 2 - As diferentes reorganizações do território de São Francisco de Assis/RS



Fonte: Registrado pela autora. Trabalho de Campo, 2019. A) Plantação de Eucaliptos B) Pastagens naturais antes da soja C) Campo arenoso com erosões.

As mudanças foram visíveis no campo assisense, a paisagem rural, em constante processo de modificação, foi sendo adaptada conforme as atividades humanas, favorecendo a pecuária extensiva e proporcionando a crescente expansão da monocultura da soja sobre os campos nativos.

A agricultura ocupava muita gente, houve uma redução significativa da população do campo, percebendo-se aqui em SFA que a modernização foi mais intensa na parte oeste, na região de planícies e coxilhas, principalmente no 3º distrito Boa Vista e no 5º distrito Vila Kraemer, onde o cultivo da soja foi avançando fortemente a partir dos anos 1990, tendo também aumentado no centro e partes do leste do município,

[...] aumentou, assim, a possibilidade de aproveitamento dos solos menos férteis e de ocupação intensiva de territórios antes desprezados para tal atividade [...] uma vez que são extremamente suscetíveis de aceitação do capital tecnológico, [...] permitindo rápida difusão do capital novo, podendo responder imediatamente aos seus interesses (ELIAS, 2003, p. 62-63).

Essa realidade fica evidente na foto a seguir, em que mostra a territorialização da soja no campo assisense.

Figura 3 - Lavoura de soja no 5º distrito, Passo do Goulart



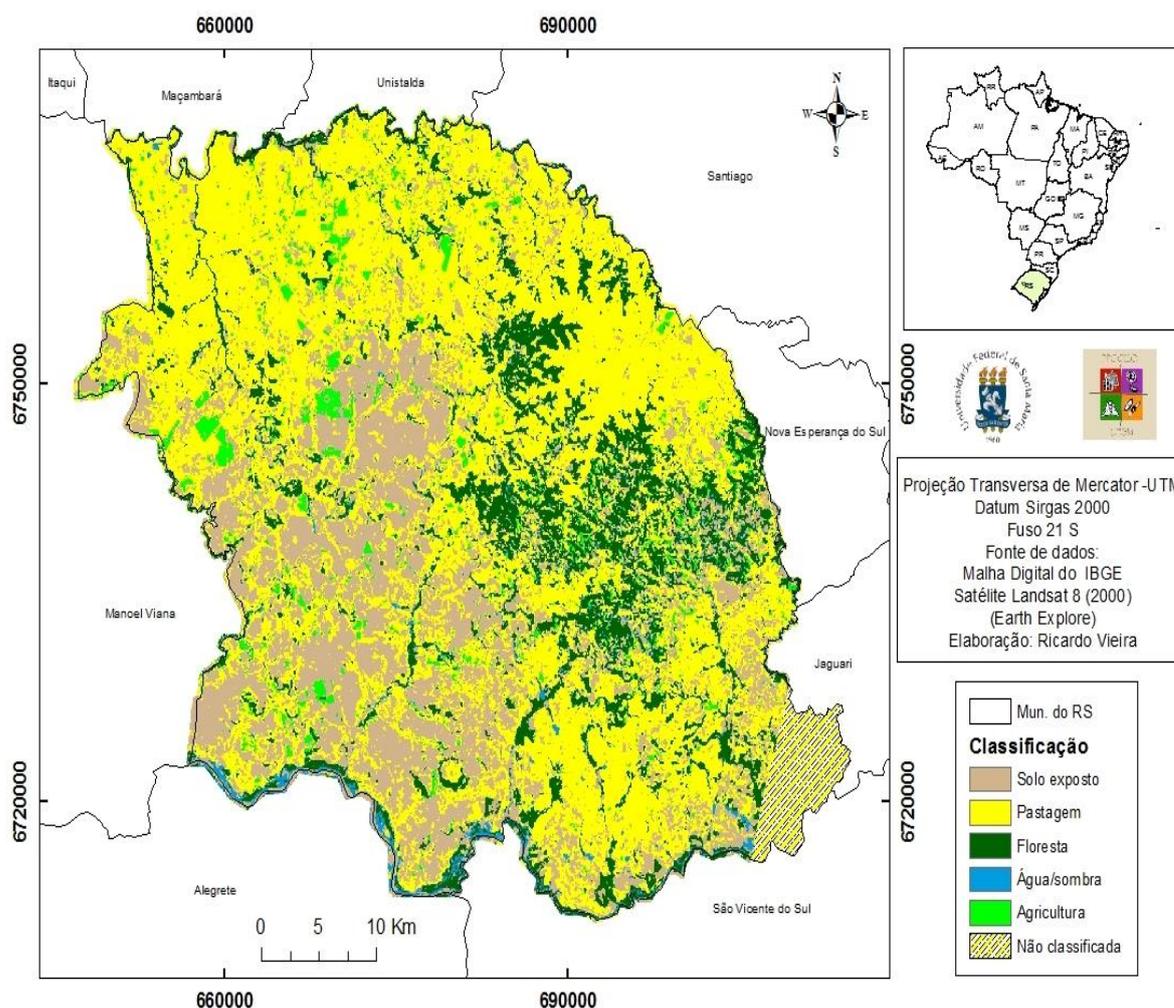
Fonte: Trabalho de campo. Acervo da autora, 2019.

O agronegócio foi ganhando espaço e as transformações passaram a dar uma nova cara ao território. A agricultura camponesa²⁰ passou por uma grande metamorfose, já que a sua reprodução significava a reprodução da sua população, pois, ao utilizar maior número de pessoas, essa população permanecia no campo, ao contrário do que nas relações capitalistas.

Na Figura 7, podemos observar essas mudanças. Expressa na cor verde escura, bastante difundidas, encontram-se as florestas de eucaliptos; a cor amarela indica a grande área de solo exposto e as pastagens que abrigavam o gado bovino de corte, referência em SFA, em especial o Zebu, e a cor verde-clara refere-se às lavouras de soja que já se intensificavam no município.

²⁰ Com base em outro autor, Carvalho e Costa (2012, p. 26) definem agricultura camponesa como “[...] o modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação [...]”.

Figura 4 - Uso do solo do território de São Francisco de Assis em 2000



Fonte: Autora (2020).

Os camponeses, que passaram a ter sérias dificuldades de manutenção no campo, viram-se forçados a vender suas terras ou arrendá-las para os grandes latifundiários. Um efeito adverso para a agricultura familiar/camponesa foi/é a percepção de que os moradores do campo estavam/estão cada vez mais envelhecendo, assim aqueles que ficaram tinham uma cadeia definida, eram aposentados e preferiram viver no território com o qual se identificam.

Souza (2001) entende o território como as relações sociais de poder mediadas pelo espaço, incluindo a força de poder simbólico, não apenas o material; a ação de poder pode configurar apropriação, dominação ou influência. Assim traz a proposição: “[...] quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? E também, quem influencia ou domina quem nesse espaço, e como?” (SOUZA, 2001, p. 79).

Assim, produtores existentes (e resistentes) no campo de SFA não possuíam recursos para produzirem na mesma proporção que os grandes; mesmo conseguindo acessar maquinários e tecnologias, conforme a agricultura moderna exigia, ainda colocavam sua terra em risco, porque ao usar os financiamentos bancários na compra de materiais e insumos para a produção e colheita, os camponeses em contrapartida, ofereciam a propriedade rural como garantia.

Em SFA, as condições estratégicas das lavouras de soja no território e o capital concentrado no município contribuíram para que os camponeses fossem distanciando-se do processo de modernização, os que possuíam economia estável continuaram a plantar para o autoconsumo e os outros *desistiram*. Porém, esse desistir não representa uma opção, mas um processo construído historicamente e, espacialmente, envolvendo aspectos objetivos e subjetivos sem que, ao “desistir”, o camponês consiga explicitar para si e suas relações a profundidade da escolha. Daí o questionamento, inclusive, se estaria ele fazendo uma “escolha” efetivamente? “Entre aceitação dócil ou reticente, entre imposição brutal ou dissimulada, a escolha é, entretanto, inevitável” (SANTOS, 2006, p. 123).

Ainda para o autor,

Mas esses imperativos da vida urbana estão cada vez mais invadindo o campo modernizado, onde as consequências da globalização impõem práticas estritamente ritmadas. A racionalidade que estamos testemunhando no mundo atual não é apenas social e econômica, ela reside, também, no território (SANTOS, 2006, p. 122).

Nesse raciocínio, pondera um agricultor: “De sete a oito homens, talvez fique um na lida do campo, a sucessão não atrai os jovens, eles procuram mais informação, são mais espertos, vivem melhor na cidade. O trabalho no campo é puxado!” (J. L. S., ENTREVISTADO, 2019).

O que se reflete no território nacional, estadual e assisense é um considerável crescimento urbano, associado a diversas causas, como as econômicas, políticas, sociais e espaciais, que tanto podem ser motivo de desenvolvimento quanto de inibição das transformações mundiais e locais, já que relega aos que viviam no campo uma vida menos produtiva e mais

urbanizada.

3.2. AMPLIAÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL E A DIMINUIÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA

Para a produção da soja ser lucrativa, depende de amplas extensões de terras, porém aparecem os impactos negativos que estão relacionados com as questões ambientais, relacionadas ao uso massivo de agrotóxicos, sementes transgênicas, insumos e maquinários pesados que degradam o meio ambiente; e sociais que acabam expulsando as pessoas de seus territórios, acirrando os conflitos e a violência no campo, gerando pobreza e insegurança ao violar os direitos dos povos ao trabalho e a uma vida digna.

Nessa direção, Fernandes, Welch e Gonçalves (2014, p. 21) declaram que, “[...] o agronegócio fica com a maior parte da riqueza produzida, inclusive a parte da riqueza produzida pelo campesinato, através da renda capitalizada da terra”. Isso se dá porque o agronegócio comercializa a maioria da produção camponesa. O autor também questiona: “O campesinato é parte do agronegócio, portanto um único território, ou é outro território?” (FERNANDES, 2006, p. 38).

A agricultura camponesa contrapõe-se ao agronegócio, que se firma como projeto e modelo absoluto, procurando anular e negar qualquer outro modo de produção. O agronegócio, aqui representado pelas lavouras de soja, interessa ao sistema bancário e aos grandes investidores, destacando-se as linhas de crédito.

O Técnico em Agropecuária conveniado ao banco da PLATEC declara uma preocupação:

As linhas de crédito são para o pequeno, o médio e o grande. O governo não libera as lavouras se não tiver seguro; nos governos anteriores era liberado 70% do crédito e hoje tá em torno de 60%, os 40% saem do bolso do produtor. 1/5% a 02% irão falir. Não tem seguro prá todo mundo, os últimos a financiar pagam 100% ou não vão financiar. Os financiamentos impactam no capital. O Banco do Brasil nivela por cliente: Cliente A e B – penhor do grão; Cliente C – garantia de avalista (J. A. A., ENTREVISTADO, 2019).

Os menores produtores vão ter menor crédito, por conseguinte os maiores produtores acessarão melhores créditos bancários, a grosso modo, terão a maior fatia do bolo.

Isso denota o quanto o agronegócio é revelador de uma agricultura

desigual, enquanto os mais ricos recebem incentivos e empréstimos, os pobres (a maioria) aguentam as dificuldades impostas por um sistema excludente e seletivo.

No RS, diminuiu consideravelmente a plantação das culturas tradicionais, ficando ainda mais notória a implantação de novas técnicas e/ou informações que favoreceu a modernização do plantio e o aumento da ocupação dos territórios, com as lavouras de soja. Em SFA, em virtude das terras com menor carga de rugosidades, o aumento do agronegócio favoreceu a produtividade e o preço das terras ficaram ainda mais relevantes.

Com isso, o dinamismo da atividade agrícola na região atraiu importantes grupos empresariais para investir no setor. A expansão do capitalismo, no campo de SFA, propiciou o surgimento de outros setores industriais. Merecendo destaque duas indústrias beneficiadoras de grãos, a Nova Veneza Comércio de Cereais e a BC Cereais, tais empresas estão no comando da difusão do agronegócio.

Juntas, essas firmas controlam centenas de hectares nos distritos do município e na região onde estão localizadas suas unidades produtivas agrícolas e onde se localizam seus fornecedores; compram, vendem e intermedeiam para os agricultores os negócios dessa produção, além de fornecer bens intermediários para a agricultura, como transporte da safra, máquinas, equipamentos, armazenamento nos Silos Bag, fertilizantes, adubos, sementes, defensivos agrícolas, rações, produtos veterinários, materiais de utensílios domésticos, farmacêuticos, etc, realizando também o processamento industrial de seus produtos.

A foto a seguir (Figura 8) ilustra as falas anteriores, ao trazer uma das grandes lavouras do município, já em período de colheita, essa foto foi tirada em 2018, período de grande safra em SFA.

Figura 8 - Lavoura de soja na Localidade do Pinheiro Bonito, 4º distrito Beluno de SFA



Fonte: Trabalho de campo. Foto cedida por Revelart Palmor, 2018.

No território de São Francisco de Assis, a soja tornou-se a grande impulsionadora de capital e transformadora do território, modificando o meio ambiente. Com o plantio em alta, muitas espécies da fauna e da flora, encontrados no Bioma Pampa, estão modificando-se ou desaparecendo, a exemplo dos insetos, onde, no 5º distrito Vila Kraemer, morreram mais de 50 caixas de abelhas. A hipótese mais provável é que as mortes foram causadas pela aplicação dos defensivos agrícolas usados para as pragas da soja, que acabam por contaminar as nascentes e os rios, destruir plantações lindeiras²¹ e atrofiar o crescimento dos pomares.

Neste sentido aparece o relato de outra professora:

Nós fizemos um pomar na escola²², os alunos e pais plantaram mudas frutíferas e ornamentais, queria que visse como estão! as folhas enrugaram todinha, parecem queimadas. Pensamos que é efeito dos venenos que usam nas lavouras de soja. A escola tá no meio das lavouras (R. C. G., PROFESSORA, ENTREVISTADA, 2019).

Um dos grandes desafios neste processo está em fazer com que a sociedade compreenda a relação/contradição que existe entre produzir e adquirir cada vez mais capital e, ao mesmo tempo, não reconhecer que as formas de produção capitalistas estão afastando o homem do campo, prejudicando a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras rurais com o tipo de alimentos disponibilizados para a população.

O Presidente do STR exemplifica:

²¹ Lindeiro - que está na divisa, confrontante.

²² Instrução Normativa SEAPDR Nº 9 DE 28/08/2019 que: “Regulamenta a venda orientada dos agrotóxicos hormonais no Estado do Rio Grande do Sul” (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

O charque apodrece, o que tem nesta carne? O gado já nasce na agulha! A coloração da gema do ovo é diferente; as frutas não resistem e caem antes do amadurecimento; o mel não é orgânico, as frutas não são orgânicas; o milho sem transgenia tem outro sabor. Nós estamos comendo muito veneno! (A. P. P., ENTREVISTADO, 2019).

Além disso, fatores como o desequilíbrio da cadeia alimentar dos animais fica prejudicada por causa da destruição dos insetos e predadores, comprometendo a soberania alimentar da humanidade, uma professora da Escola no campo relata: “Os javalis, à procura de alimento, no 5º distrito Vila Kraemer, estão rasgando os Silos Bags²³, porque escasseou a comida nos arredores das plantações. A soja, que não era comida para esses animais, agora é um banquete!” (S. C. B., PROFESSORA, ENTREVISTADA, 2019).

Os plantadores dessa leguminosa sentem-se satisfeitos com o enriquecimento proporcionado, sem perceber que, a um curto/médio prazo, terão um preço a pagar.

O acesso às formas de financiamento, o uso de tecnologias, o plantio direto, a facilidade de plantar com trator com piloto automático, GPS, lavouras com alta precisão, tornam acessível o plantio de soja.

A paisagem das lavouras demonstra essa realidade no campo de SFA, conforme a Figura 9.

²³ Silos Bags: “O **silobolsa** é um tubo flexível de polietileno desenvolvido como uma metodologia alternativa aos sistemas tradicionais de ensilagem [...] O processo de ensilagem ou armazenamento é realizado todo por operação mecânica utilizando-se a tomada de força de um trator ligado a uma embudadora adequada para o tipo de material e o tamanho da bolsa” (SILO..., 2019).

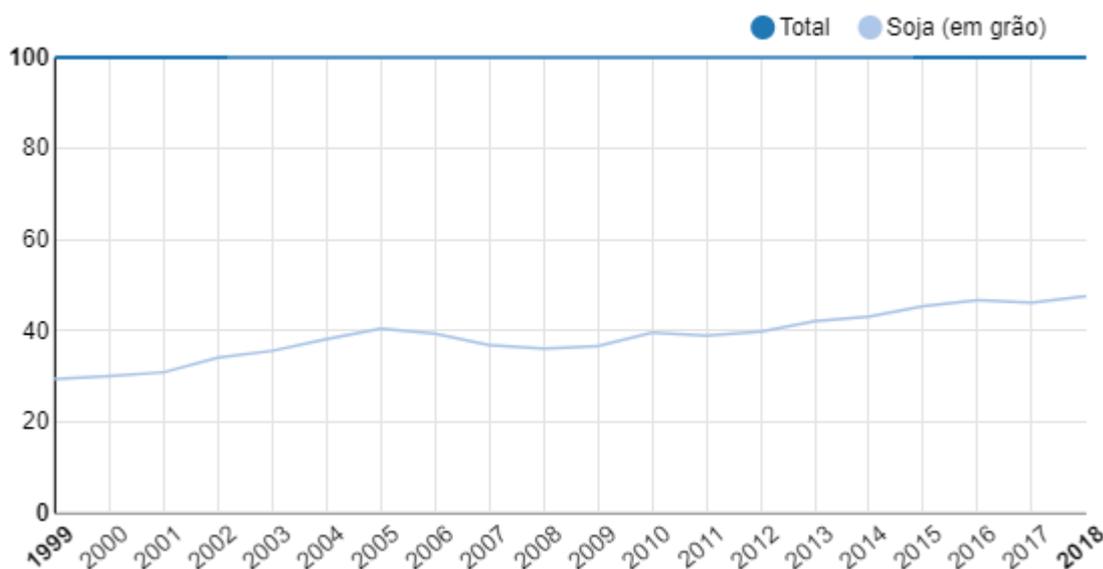
Figura 5 - Lavoura de soja no 4º distrito, Pinheiro Bonito de SFA



Fonte: Trabalho de campo. Foto cedida por Revelart Palmor, 2018.

Os gráficos a seguir (1, 2 e 3) mostram a evolução da quantidade relativa (%) da soja plantada (linha escura) em relação às lavouras temporárias (linha clara).

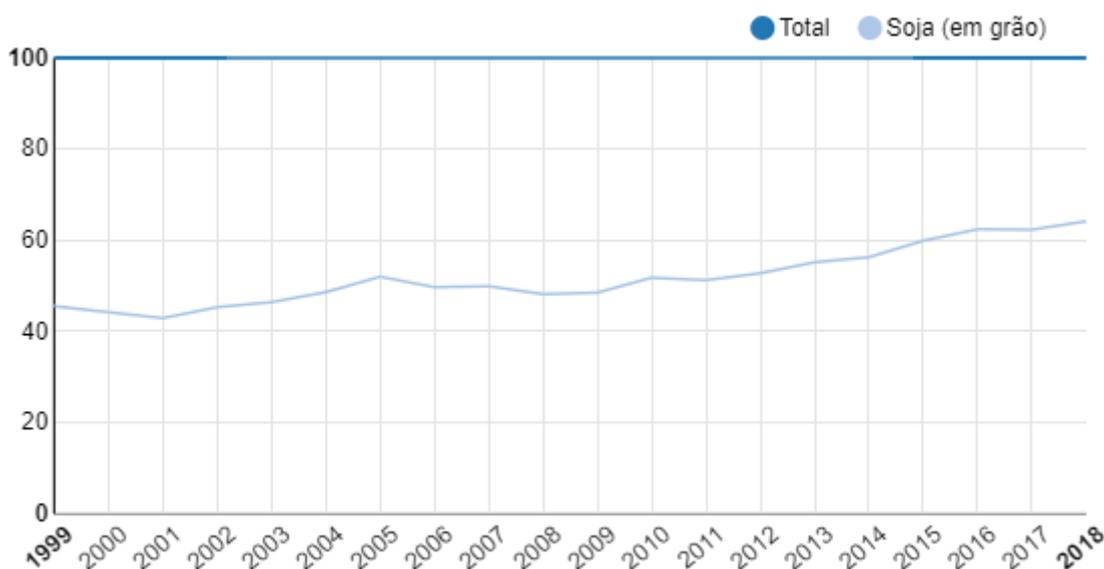
Gráfico 1 - Representação das lavouras temporárias de soja no Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) Adaptação a autora (2020)

Em 19 anos, a produção de soja, no Brasil, teve um aumento de 18,16%, passou de 29,4% para 47,56%. São Francisco de Assis ocupa a 189ª posição em produção de soja no ranking nacional.

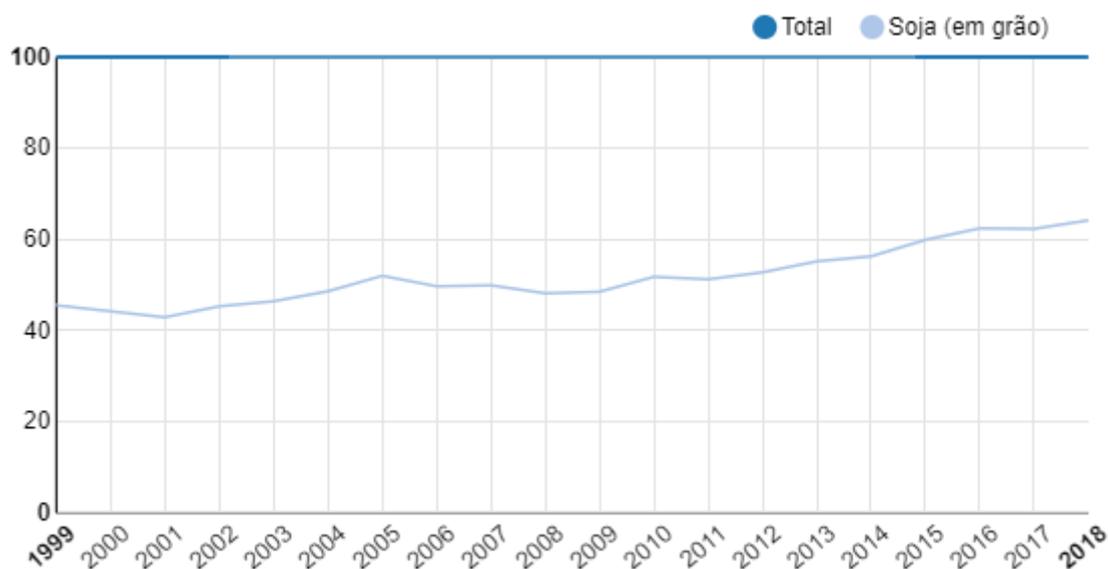
Gráfico 2 - Representação das lavouras temporárias de soja no RS



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) Adaptação da autora (2020)

No RS, em quase duas décadas, a produção de soja teve um aumento de 18,58%, passou de 45,5% para 64,08%, acompanhando a média nacional. São Francisco de Assis ocupa a 31ª posição em produção de soja no ranking estadual.

Gráfico 3 - Representação das lavouras temporárias de soja em SFA



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) Adaptação a autora (2020)

Em 19 anos a produção de soja no município, teve um aumento de 48,76%, passando de 32,28% para 81,04%, ultrapassando a média nacional e estadual.

A tabela, a seguir, exemplifica em números os gráficos acima, de quanto essas lavouras expandiram-se nos territórios.

Tabela 3 - Área plantada das lavouras temporárias em São Francisco de Assis-RS

ÁREA PLANTADA DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
PRODUTO DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS - SOJA (EM GRÃO)										
BRASIL, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO	Ano x Variável									
	1999		2004		2009		2014		2018	
	Área plantada (Ha)	%								
BRASIL	13069793	29,4	21601340	38,12	21761782	36,62	30308231	43,05	34831743	47,56
RIO GRANDE DO SUL	3054603	45,5	3984337	48,52	3823246	48,44	4990042	56,25	5709084	64,08
SÃO FRANCISCO DE ASSIS (RS)	7000	32,28	25000	61,58	17000	56,07	35000	73,24	45000	81,04

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

O crescimento da plantação de soja no Brasil, num período de 19 anos, foi

equivalente a um percentual de aumento de 18,16%. No mesmo período no RS a elevação foi 18,58%, aproximando-se do resultado obtido a nível nacional. Já, em SFA, de 32,28% produzido inicialmente em 1999, passa, na mesma escala de tempo para uma produção de 81,04%, o que revela um efervescente aumento de 48,76%. Dessa forma, nos últimos 20 anos, enquanto a produção total de soja no país e no estado não chegou a dobrar, em SFA se multiplicou quase três vezes mais, evidenciando um crescimento muito superior em relação ao restante do país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

Representa que, ao longo dos anos, cada vez mais se plantou de soja em relação às outras lavouras e, mesmo a área plantada aumentando, o papel dela é cada vez mais marcante, sendo que em 2018, a soja é mais de 80% do que tem plantado no território do campo de SFA e são tendências também no Brasil e no Rio Grande do Sul.

E os impactos sociais que afetam o território do campo?

Ao abandonar a sua cultura, deixam para trás legados de gerações que não serão lembradas e nem perpetuadas. Já não acontecem mais os encontros das famílias, as escolas estão fechando, os vizinhos se separando, as casas caindo, virando taperas. As crianças nem conhecem as ferramentas que os avós usavam, as danças, as comidas tradicionais, as rezas, as festas na comunidade, os jogos (PRESIDENTE DO STR/SFA, ENTREVISTADO, 2019).

O uso do território não é o mesmo para o agronegócio e os camponeses. Os mesmos sistemas de plantação e/ou tecnologias são utilizados diferentemente e seletivamente. A força de mercado não é a mesma para a produção resultante desses territórios distintos, sendo diferente também a dimensão espacial dada a cada um.

Cada território usa sua terra segundo sua força, servindo essa força como forma de regulação do processo produtivo, assegurando a realização do capital. Criam-se, desse modo, territórios distintos de identidade, cooperação, vivência e produção.

Percebe-se que, nos distritos de SFA, nos quais a agricultura camponesa é mais forte, a população está mais coesa. Já nos territórios do agronegócio, a população continua diminuindo. Essa diminuição também é notada na Sede do município, como o sistema industrial é incipiente e lento, o comércio local é reduzido, os assisenses reterritorializam-se em outros municípios com maior

acesso a empregos, como a capital Porto Alegre e municípios da Serra Gaúcha.

Um dos fenômenos mais frequentes ligados à desterritorialização é a crescente mobilidade das pessoas. Segundo Haesbaert (2004, p. 252-253):

[...] enquanto antes “territorializar-se” envolvia definir fronteiras e controlar espaços contínuos, bem delimitados, agora estas delimitações e fixações podem representar mais “desterritorialização” do que territorialização. Nossos territórios são construídos mais no movimento e na descontinuidade do que na fixação e na continuidade. Quem não participa dos movimentos “globais” e se situa numa condição mais “imóvel” – ou numa mobilidade insegura e “sem controle” – pode estar mais vulnerável à desterritorialização.

No interior do município há propriedades em que, há décadas atrás, as famílias começaram o processo de saída do território, indo territorializar-se em centros urbanos maiores. “O processo desigual e combinado de desenvolvimento capitalista gerou muitas desigualdades sociais e espaciais no Brasil, sendo um fator catalisador de movimentos migratórios ocorridos em todo o país” (ELIAS, 2003, p. 266).

Para Santos (1985b, p. 30) as migrações,

[...] aparecem, em primeiro lugar, como uma reação de defesa dos grupos cujo espaço original é ou foi invadido por técnicas que eles só parcialmente assimilaram, ou não assimilaram de todo. As migrações também podem ser vistas como portadoras dessas novas técnicas.

Assim, as migrações foram uma resposta ao desequilíbrio da economia e dos espaços da modernização que foram ocupando cada vez mais os territórios camponeses. A desterritorialização deu-se pelo movimento do abandono e construção de um novo território, rompendo com o que aqui existia.

Toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização e não acontece sozinha, acontece no e pelo movimento, na mobilidade da população; formando uma identificação com o novo, muitas destas famílias nunca mais voltaram ao território natal.

As múltiplas dimensões da desterritorialização têm sua base sólida no capitalismo, num sentido amplo, vista como Globalização econômica. A espécie humana está sempre numa ação de desterritorialização/territorialização, num movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle.

Assim, a territorialidade é múltipla e simbólica, na dispersão, com ou no

movimento, articulada em rede pode fazer circular a memória, dependendo daqueles que saem do seu território e estão em constante mudança, constitui-se em uma multiterritorialidade, assim entendida, antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou “pós-moderna”, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização e deste modo:

A existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica numa interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2004, p. 344).

A multiterritorialidade, segundo Haesbaert (2004), neste sentido, é vista como descontinuidade e pela fragmentação que possibilita a passagem constante de um território ao outro, nas palavras do autor se configura pela:

[...] possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar através de uma “mobilidade concreta”, no sentido de um deslocamento físico, quanto “virtual”, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico [...] como no ciberespaço (HAESBAERT, 2004, p. 344).

E como esse modelo capitalista se manifesta na multiterritorialidade em SFA?

Ao sair de seu território, os sujeitos/atores não deixam de exercer funções relativas à agricultura e pecuária, deslocam-se para ajudar os vizinhos, trabalham como diaristas ao ser contratados para o plantio e colheita, vão para outras cidades trabalhar com tarefas próprias da agricultura, como colheita da maçã, cortar arroz, fazer estufas, cuidar de animais, trabalhar nos matadouros.

A produção capitalista não estabelece vínculo com a terra, quando a produção não é mais satisfatória, abandona-se o território e vai-se para outro que ofereça maior rentabilidade, isso fica bem claro quanto aos arrendamentos. Em solo fértil extrai-se o máximo, do contrário, ele é deixado à procura de outro melhor.

No contexto atual de disputa pela posse e pelas formas de uso da terra, é essencial compreender que as lutas não dependem apenas das questões locais e, muito menos, dos esforços isolados de trabalhadores

e trabalhadoras rurais preocupados em resistir nos espaços totalmente dominados pelo capital nacional e internacional. [...] É imprescindível reconhecer que sem uma organização ampla, forte e sem articulação com outras forças sociais, torna-se quase impossível fazer o enfrentamento a estes setores dominantes [...] (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2017, p. 58).

Enquanto no agronegócio há uma disputa pelas melhores terras e por uma maior produção, para os camponeses

[...] por mais vantajoso que possa parecer um determinado investimento em que o uso do capital resulte em aumento de ganhos, isso não representa, necessariamente, um estímulo para o camponês. Ele não trabalha com o princípio capitalista de valorização do capital e, sim, com uma análise do balanço trabalho-consumo que é subjetiva porque baseada nas necessidades da família (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 36).

Portanto, o papel da terra é completamente diferente para os camponeses, a satisfação da família acontece quando alcança o equilíbrio trabalho/consumo, o produto de trabalho não aumenta de maneira tão marcante, ocorre com menor dispêndio da força de trabalho; ao contrário, o capitalista investe na produção mais lucrativa, prevendo um lucro extraordinário, obtendo o máximo de retorno possível do território.

E com a saída do agricultor do campo, o Prefeito do município questiona: “Quem vai produzir no espaço rural”? E aponta algumas previsões quando diz que a prefeitura está em constante negociação para trazer recursos para o município como:

- Produção de mandioca com venda garantida aos chineses;
- Investimentos em uma laticínio, com investidores de fora, que estão vindo morar em SFA;
- Compra de um trator, a ser gerenciado pela Secretaria da Agricultura para fazer silagem;
- Contratação de um médico veterinário para fiscalização e orientação das agroindústrias, assinando os produtos da Merenda Escolar, produzidos pela Agricultura Familiar, a fim de vender em outros municípios;
- Criação de um projeto pioneiro de ovinocultura no 1º distrito para também vender aos chineses;

- Criação de um laboratório de análise de carrapatos²⁴, para ver que tipo de medicação precisa para o controle desta praga;
- Maiores investimentos na produção de melancia, já que o município é o maior produtor dessa fruta na região;
- Unir-se ao município de Santiago para a implantação de uma fábrica de ração. O capital estrangeiro quer acesso às estradas, aeroporto, segurança, potencial de energia;
- Aumentar cada vez mais o uso dos produtos da Agricultura Familiar na Merenda Escolar;
- Oferecer condições de tecnologia aos jovens no campo, como sinal de telefone e internet, para ajudar a fixá-los no meio rural;
- Os municípios vão bancar um consórcio com garantia dos financiamentos do governo estadual e federal com investimentos a fundo perdido, retomando em Jaguari, uma Escola que se fundamenta na Pedagogia da Alternância, denominada Casa Familiar Rural Vale do Jaguari (CFRVJ)²⁵, e teve como princípio:

As Casas Familiares Rurais se construíram a partir da luta camponesa por educação e desenvolvimento do meio. Alicerçada na Pedagogia da Alternância e na auto-gestão, pela Associação de Agricultores Familiares, essa perspectiva educacional tem promovido a transformação dos jovens, das famílias e da comunidade, incentivando-os a criar e desenvolver alternativas para suas moradias/propriedades, fortalecer vínculos com seu lugar e dar continuidade à história de vida de seus antecessores (ZIMMERMANN, 2014, p. 26).

A base das Casas Familiares Rurais, no Brasil, é articular educação e trabalho camponês, em tempos, espaços e saberes alternados, envolvendo o tempo escola e tempo comunidade. A partir da interação com diversos segmentos e instituições sociais, essa proposta e seu coletivo têm o objetivo comum de proporcionar uma formação integral ao jovem, de modo que possa escolher entre ficar e sair do campo (ZIMMERMANN, 2014). Tais experiências alternativas de educação abrem a possibilidade de territorialização dos sujeitos do campo no município.

²⁴ Carrapato: “Aracnídeo acariano que vive no corpo de alguns animais, sugando-lhes o sangue, e que se distribui em várias espécies” (CARRAPATO..., 2019, s./p.).

²⁵ Casa Familiar Rural Vale do Jaguari, a qual teve a participação ativa e direta para sua implementação da servidora da UFSM Angelita Zimmermann e serviu de objeto de estudo na pesquisa de mestrado desenvolvida no PPGGEO/UFSM, em 2014 (ZIMMERMANN, 2014).

A permanência no campo passa pelas melhorias de garantia de sobrevivência, saúde, condições de vida sustentável e pela Educação, é necessário criar condições de enfrentamento para vencer as dificuldades e proporcionar maior acesso à vida sustentável, bem como uma educação do campo que garanta a territorialização do jovem rural frente às transformações do território.

3.3. SÃO FRANCISCO DE ASSIS E A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DA SOJA

No cenário da agricultura, o Estado brasileiro, em seus sucessivos governos, tem primado por implantar um modelo que propõe um tipo de desenvolvimento para o campo que mostra as feições que o país tem hoje, um modelo de desenvolvimento excludente e concentrador de terra, bens e renda, intensificando-se, a partir da década de 1970, com a Revolução Verde²⁶, que foi implementada visando ao fortalecimento do agronegócio (FERNANDES, 2012a).

Objetivando amplificar a modernização da agricultura, implantaram-se alterações no campo, como a inserção de máquinas e insumos agrícolas mais caros e modernos, colocando a agricultura a serviço da indústria. “Por modernização entende-se a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente” (ELIAS, 2003, p. 36).

Esse modelo transferiu para a agricultura camponesa o peso da exploração por esse processo de produção, não dialogando com as necessidades próprias dos agricultores que percebiam a terra como ambiente de produção e reprodução da vida, havendo expressiva parte de famílias integradas a tal sistema produtivo.

Através do trabalho de campo e estudo de alguns documentos, pôde-se observar que o espaço rural de SFA, desde sua criação (1884), até o momento atual, passou por reestruturações /transformações tanto no seu espaço e território, quanto na reorganização/adaptação das propriedades e das terras.

²⁶ Segundo Zimmermann (2014, p. 25) alguns autores “[...] referem-se ao período dito ‘Revolução Verde’ como o da ‘Modernização da Agricultura’ que se constitui no conjunto de políticas públicas, intensificadas nos anos 60, com o propósito de transformar o campo em consumidor de insumos e de bens industriais, e produtor em grande escala (soja, milho, carne bovina, aves e suína), o que acarretou a exclusão de uma grande parcela de camponeses”.

Os motivos da reorganização territorial foram diversos. Considera-se, dentre muitos fatores, desde a expansão dos estabelecimentos através da compra de áreas pelo capital estrangeiro, para a produção de eucaliptos, a vinda de agricultores de outros lugares do estado, a exemplo da região celeiro no noroeste rio-grandense onde não há mais terras disponíveis ou são muito caras, a sedução das cidades, a falta de escolas e sucessores para o campo, bem como a estabilização econômica que a produção da soja proporcionou. Denise Elias (2003, p. 63) escreve:

A paisagem bucólica muito frequentemente associada à vida no campo não é mais do que mera lembrança, enquanto os meios natural e técnico vêm sendo rapidamente substituídos pelo meio técnico-científico-informacional, aumentando a proporção da natureza social sobre a natural.

Em SFA, a ascensão da agricultura capitalista mudou os conceitos de unidade de produção, que foi cada vez mais aumentando. Conforme observação *in loco*, o enfoque das unidades de produção de cereais deixou de ser para o autoconsumo do grupo familiar e voltou-se à geração de riquezas, deixando de lado as propriedades de menor área, ou com topografia inadequada à mecanização.

Por manter vínculo com esse território rural, nas viagens e passeios pode-se ver que, atualmente, derrubaram-se matos, deslocaram-se pedras e a soja se instalou com maestria até na serra, no 2º distrito Toroquá e no 4º distrito Beluno, onde as lavouras, outrora, eram destinadas ao plantio de outras culturas.

Como alternativa, os pequenos produtores que, ainda na região serrana, plantavam fumo, viram na soja uma possibilidade de maior geração de renda, pois a agricultura capitalista também precisa dos camponeses, ela não produz sozinha e esses também se associam ao capital, quando inserem sua mercadoria para o mercado.

As condições favoráveis do relevo, da fertilidade do solo, do clima, da implementação e utilização de insumos e mecanização diversas fizeram com que as lavouras de soja despontassem como as que mais cresceram em relação às outras, evidenciando ser aquela de maior exportação e produção no território nacional, estadual, destacando-se também em SFA, “[...] permitindo rápida difusão do capital novo, podendo responder imediatamente aos seus interesses”

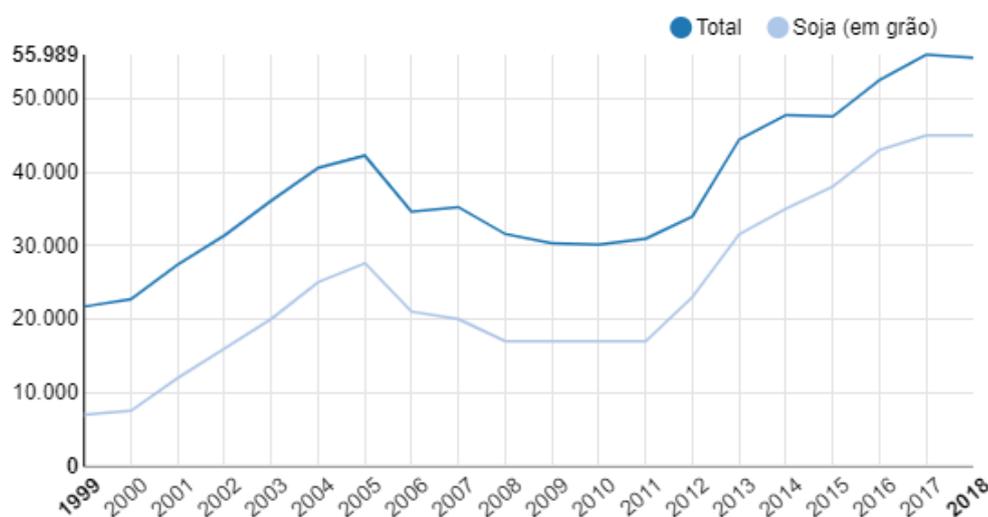
(ELIAS, 2003, p. 63), proporcionando que o retorno de capital viesse corresponder às expectativas dos agricultores.

E conforme um entrevistado, “[...] a lavoura de soja, dá menos serviço, é muito mais fácil e lucrativa, porque desde o plantio, a manutenção e a colheita é feita tudo com máquina” (I. C., ENTREVISTADO, 2018).

Em hectares, no Brasil, o crescimento foi de 130.697.93 de ha em 1999, para 348.317.43 ha em 2018; um aumento relevante de 21.761.950 ha. No RS, o crescimento foi de 3.054.603 de ha em 1999, para 5.709.084 ha em 2018; um aumento relevante de 2.654.481 ha.

Podemos verificar, no gráfico 4, que houve uma reorganização territorial em função da expansão da soja em São Francisco de Assis e o crescimento dessas lavouras aumenta cada vez mais.

Gráfico 4 - Evolução da área plantada Lavoura de Soja 1999-2018 em SFA-RS



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) Adaptação da autora (2020)

Em São Francisco de Assis, o crescimento foi de 38.000 ha em 1999, para 45.000 ha em 2018; um aumento significativo de 7.000 ha. Pode-se afirmar, que a organização territorial de SFA fomenta o agronegócio como principal dinamizador da economia no município.

O vasto território agricultável do município foi um dos fatores favoráveis às metamorfoses que aconteceram no setor agrícola em SFA, no qual a produção da soja, cada vez mais, direcionou-se a atender a demanda do mercado de exportação.

Os técnicos da EMATER, de São Francisco de Assis, enfatizaram que este é um dos mercados mais crescentes no mundo:

No mundo, a soja, é a fonte de proteína mais barata, produzida para o consumo, tanto na alimentação humana como: óleo, leite, sucos, suplementos, comidas... bem como para o consumo animal, na produção de ração e forragens. No solo assisense hoje, numa área agricultável, de 250.000 hectares do município, estima-se que 20% do território é dominado por essa monocultura e, a tendência é aumentar (R. V.; F. R., ENTREVISTADOS, 2019).

O fenômeno da soja acentuou a modernização e acelerou a desterritorialização dos moradores com frações pequenas de terras, ao deixar o lugar onde viviam, onde criaram a família, onde tinham costumes, práticas sociais, escolas, associações, igrejas, levando a uma maior concentração e acumulação de capital aos grandes produtores.

Neste sentido,

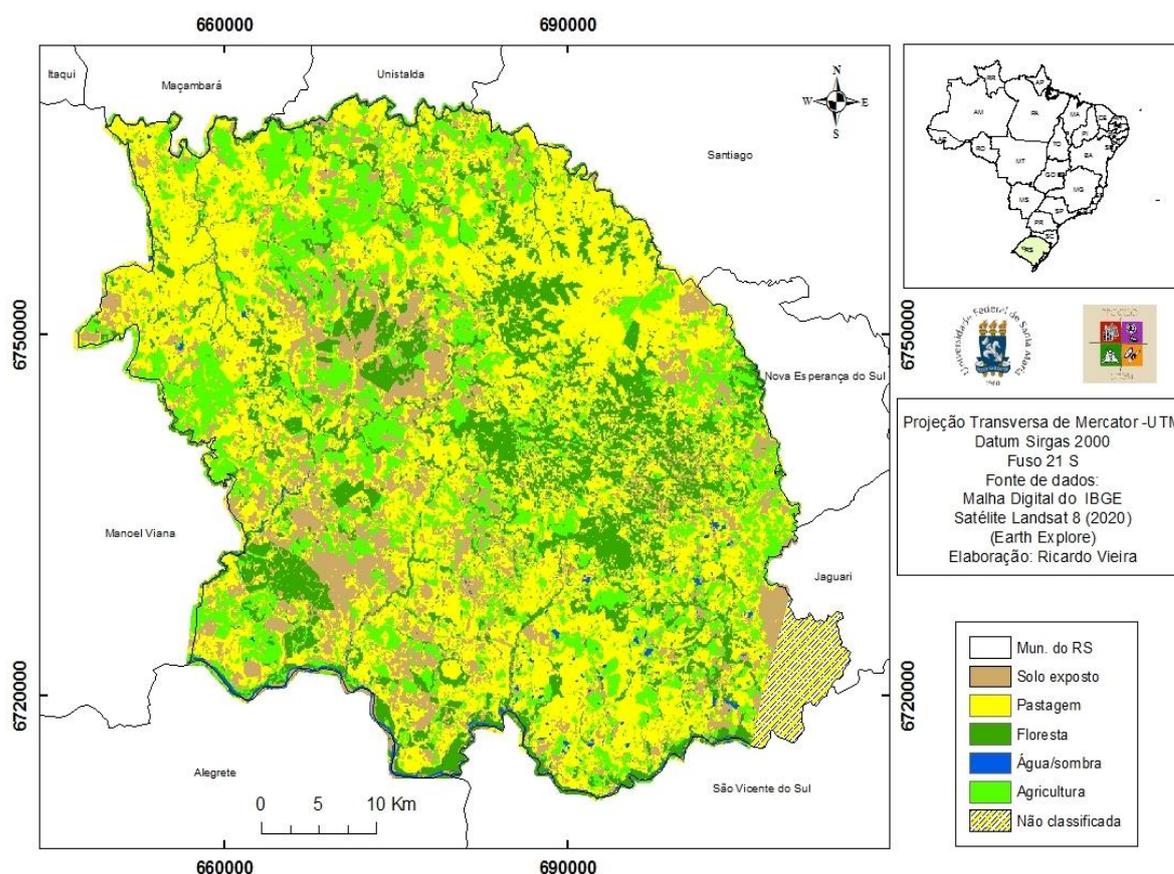
Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares, no sentido de que o arranjo que os elementos componentes do território têm em determinado lugar não será encontrado em nenhum outro. Assim, a própria globalização acaba por produzir a fragmentação (ELIAS, 2002, p. 139).

Em decorrência disso, o jogo dialético se apresenta quando revela a contradição entre a desigualdade social x o desemprego, o êxodo rural x a pobreza, a desterritorialização das escolas x a territorialização do agronegócio, a agricultura capitalista x agricultura camponesa, o pequeno agricultor x o latifúndio, a natureza x o agrotóxico, elementos econômico-políticos presentes em todo o território, confirmando a estruturação de um modelo de produção que não considera a sustentabilidade do planeta, acentua a forma predatória da ação humana sobre o meio ambiente, redirecionando práticas e atitudes, tanto no modo de produção como no modo de vida das pessoas.

A etapa de maior desenvolvimento socio-econômica em SFA, com a expansão da soja, deu-se definitivamente a partir da década de 2000. A partir de então, o município investiu em recursos técnicos e financeiros, aumentando a tecnologia empregada nas lavouras de seu território, transformando-se numa das principais marcas de modernização agropecuária do estado.

As maiores extensões de lavouras de soja encontram-se no 3º distrito Boa Vista e 5º distrito Vila Kraemer, mesmo assim, acontece um largo crescimento em todo o território do município, inclusive no 4º distrito Beluno e nos arredores da zona urbana, conforme observado na Figura 10:

Figura 10 - Uso do solo do território de São Francisco de Assis em 2020



Fonte: autora (2020)

Comparado ao mapa de 2010, em 2020 as áreas de lavouras aumentaram, por conseguinte diminuíram as pastagens e as florestas. Cabe dizer que o crescimento das lavouras não fica aqui identificado como maior ou menor, o que aconteceu foi a diferenciação desse crescimento, levando-se em conta as condições físicas, como a topografia do território, a forma de ocupação e pela diferença de emprego tecnológico utilizado de acordo com o tipo de lavoura existente.

Para os capitalistas se expandirem, eles necessitam destruir o território camponês. “A territorialização do agronegócio significa necessariamente a desterritorialização do campesinato. Este processo tem se manifestado de

diferentes formas: êxodo rural, miséria, fechamento das escolas do campo” (FERNANDES, 2012b, p. 16).

A inexistência ou insuficiência de informações, de técnicas apropriadas, de subsídios para a agricultura camponesa faz com que se acentue essa desigualdade no campo. O fortalecimento do plantio da monocultura da soja no território, sobre forte influência do capital, foi determinante para que os pequenos agricultores/camponeses continuassem a arrendar suas terras.

Essa diáspora²⁷ dos povos do campo está fortemente ligada à migração, pois, para fugir da pobreza, da opressão ou da falta de oportunidades, as pessoas são forçadas a migrar para outros territórios.

Com a expropriação dos camponeses, o território deixa de ser do proprietário e passa para o domínio do arrendatário, configura-se assim uma saída da população do campo para o espaço urbano, onde passam a residir e a viver dos recursos advindos desses aluguéis.

Os arrendatários devolvem a propriedade aos seus donos com a pastagem feita, no inverno, para que eles façam a engorda do gado bovino, o que nem sempre favorece ao proprietário, pois os animais em pouco tempo têm que sair e não conseguem ser vendidos pelo preço justo. O período da planta chega e nas áreas mal remanejadas para o plantio direto, a pastagem rasteira, pouca palha que sobrou na lavoura e as plantas daninhas são motivos de “estresse” para a terra” (R. V., TÉCNICO DA EMATER, ENTREVISTADO, 2018).

Embora a desterritorialização do campo seja um fator de grande preocupação, o Gerente Comercial da NVCC considera que: “O arrendamento dá muito bem, em alguns casos o proprietário ganha em média 6 a 8 sacas, chegando a 13 sacas, ou seja, tecnicamente ele tira mais que o produtor” (A. E. V. B., ENTREVISTADO, 2019).

Nas localidades onde antes havia população considerável, hoje restam ruínas de taperas; famílias com muitos filhos, hoje dão lugar a 2 ou 3 pessoas. O dono ou arrendatário da propriedade faz seu trabalho de longe, nomeia um capataz na fazenda para controlar os negócios e acompanha todo o movimento pela internet ou telefone.

²⁷ “‘Diáspora’ começou por ser um conceito conotado com aqueles que eram literalmente arrancados da sua terra natal e deportados para uma outra, sendo por isso associada à dispersão, [...] Hoje, o conceito está associado à emigração, independentemente das causas que lhe estão subjacentes, e o seu significado tem outro lastro, por via do fenómeno da globalização” (SOUSA, 2014, p. 515).

Assim, considera Haesbaert (2004, p. 262):

O que importa aí é quem delimita ou controla o espaço de quem, e as consequências deste processo. Neste caso, deter o controle seria territorializar(se). Perder o controle seria desterritorializar(se). Quando somos nós que definimos o território dos outros de forma imposta, eles não estão de fato se territorializando, pois ser “territorializado” por outros, especialmente quando completamente contra nossa vontade e sem opção, significa desterritorializar-se. Assim, “reterritorialização” implica um movimento de resistência – à desterritorialização imposta pelo movimento de territorialização comandado por outros. Ou seja, eu posso “delimitar” meu território simplesmente através da delimitação do território do outro. Neste sentido, mesmo com uma “territorialização” (física) aparentemente bem definida, o outro está de fato desterritorializado, pois não exerce efetivo domínio e apropriação sobre seu território.

Assim, a crescente ocupação do agronegócio no território, pela produção da soja, acentuou a desterritorialização nos espaços de vida dos camponeses e a reterritorialização dessas famílias em áreas urbanas do município, como empregados de latifúndios, ou prestando outros serviços à sociedade. Quando o território não provê suas necessidades reprodutivas básicas, eles passam a plantar e produzir em outro território.

Com a produção de outras culturas diminuindo, torna-se necessário, pelos gestores, fazer linhas de enfrentamento a fim de que os agricultores continuem no campo.

O setor agropecuário familiar exerce papel fundamental na absorção de emprego e na produção de alimentos especialmente voltada para o autoconsumo. Ele também contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário local/regional, mas do próprio país. Ressalta-se que nas últimas décadas, a agricultura familiar vem sendo objeto de atenção das políticas públicas (SACCOL, 2018, p. 34).

Ao manter-se a ocupação e manutenção da integridade do território e a preservação e conservação de recursos naturais, tomou-se como opção política estimular a agricultura camponesa. Essa postura foi ressaltada pelo Prefeito de São Francisco de Assis, quando afirmou: “Onde dá mais lucro é na Agricultura Familiar, os produtores tiram a guia e arrecadação fica no município, compram no comércio local, participam das festas da comunidade, arrecadam para o Sindicato, vivem do que é daqui” (P. S., PREFEITO MUNICIPAL, ENTREVISTADO, 2019).

As considerações feitas pelo prefeito revelaram que a produção da

agricultura camponesa consegue manter a família, seus gastos e investimentos, ao mesmo tempo que produz alimentos com sementes crioulas, sem agrotóxicos, em menor quantidade, também é capaz de alcançar produção significativa para o sustento das populações. Eles estão garantindo a cultura, o pertencimento à terra e a identidade, fortalecendo com isso a manutenção e a permanência do jovem no campo.

A seguir, teremos a compreensão de quem são e como vivem os sujeitos no território do campo em São Francisco de Assis.

3.4. QUEM SÃO OS SUJEITOS DO CAMPO ASSISENSE

Nas entrevistas da presente pesquisa, revelou-se, como perfil dos produtores, a maioria das vezes homens, na faixa etária entre 30 a 60 anos, ficando evidente a masculinização do campo. Com o aumento da produtividade e diminuição dos ajudantes familiares, faz-se necessário, em algumas propriedades, a contratação de dois ou três peões fixos, no comentário de um produtor, ele argumenta:

O lucro é pouco, não sai para pagar empregados. E o salário não vale nada, vira em encargos. O patrão é sempre o errado e o empregado gostaria de ganhar mais (J. L. S., ENTREVISTADO, 2019).

Percebeu-se, especialmente no terceiro distrito Boa Vista e quinto distrito Vila Kraemer que as casas são poucas, as famílias foram diminuindo, a média é de duas pessoas por propriedade. As taperas sucumbem ao mar verde da soja, há pouquíssimos moradores e, os que ficam, estão destinados ao trabalho dia e noite.

A composição uniforme e geométrica da monocultura é caracterizada pela pouca presença de gente no território, porque sua área está ocupada pela mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a marca do território do agronegócio (FERNANDES, 2006, p. 29).

A configuração rural mudou consideravelmente, as lavouras são administradas por homens, que são autônomos, arrendatários ou donos; levam vida estável, possuem bons carros, casas muito boas ou luxuosas, têm acesso à internet, piscinas e benfeitorias. São eles que controlam os negócios. Os filhos

mais velhos já estão estudando na cidade, nos Institutos Federais ou Universidades da região.

Observa-se, nas falas, que os filhos homens, ao saírem do meio rural, dificilmente voltarão para assumir a propriedade. Os jovens não mostram interesse em tocar os negócios. “Quando terminar os mais antigos eu não sei o que vai ser do campo!?” diz um empregado que está numa propriedade rural há 12 anos (V. G., ENTREVISTADO, 2019).

Segundo dados censitários do IBGE, na tabela 4, compreenderemos em números reais essa realidade.

Tabela 4 - População residente urbana e rural, no município de SFA – RS – em

Município de São Francisco de Assis	População residente						Área total (Km ²)
	Absoluta						
	Total	Urbana		Rural			
		Total	Na sede municipal	Total	Nos arredores da sede	Na zona rural	2.508,5
19.254	13.495	13.382	5.872	113	5.759		

2010

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), adaptação da autora.

A população total em 2010 era de 19.254 habitantes, na sede e arredores viviam 13.495 desta população. O restante de 5.760 habitantes, residia na zona rural, compreendida entre os distritos e arredores. Isso mostrava, em dados relativos, um percentual de que em SFA, 70,08% da população era urbana e 29,91% residiam na zona rural. Apesar da população do campo estar diminuindo e, a população assisense ser predominantemente urbana, ainda este campo é bastante povoado.

Nas porções Leste e Nordeste do município, onde a maioria é de camponeses, o êxodo rural favoreceu a diminuição de sua população. As pequenas propriedades não apresentavam infraestrutura e tecnologia suficientes

para produção em longa escala, os mesmos acabaram vendendo ou abandonando a propriedade.

Mesmo que, por sua vez, estejam inseridos no mercado ao vender suas mercadorias excedentes, diferenciam-se por manterem vivos sua cultura, seu dialeto, a forma de cultivo e preparação da terra, formando uma ocupação humana mais homogênea dessa porção territorial.

Para Fernandes (2006, p. 29), a paisagem do território do agronegócio é única, enquanto a paisagem do território camponês é diversa, ressaltando ainda a configuração camponesa quando diz,

A diversidade de elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela maior presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que elas constroem suas existências e produzem alimentos. Gente, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem do território camponês.

Por essa razão, entre os sujeitos do território camponês pressupõe-se haver maior respeito e visibilidade coletiva. Há o reconhecimento da terra nas suas dimensões ambientais, culturais, econômicas e políticas, pois são valorizadas a voz e a vez daqueles que foram excluídos, para que alcancem maior autonomia no processo de enfrentamento dos modelos convencionais de desenvolvimento, ao contrário dos territórios do agronegócio.

Conforme a fala de um produtor, a produção da soja, na vida dele, manifestou-se com grande entusiasmo, pois ela apareceu como uma oportunidade de lucro a ser obtido em pouco tempo,

Comecei a criar um gadinho e plantava pouco, arrendava a maioria das terras, que herdei do meu avô. Fiz isso por três anos e vi que os arrendatários estavam colhendo bastante. Então resolvi eu assumir a terra e comecei a plantar cada vez mais. Já se vão 11 anos. Hoje tá perigoso, plantar bastante. Tem que colher bastante para pagar as dívidas. O agricultor tá plantando, pagando dívida e gerando outras dívidas (M. M., ENTREVISTADO, 2019).

Neste sentido, a atração pelo agronegócio intensificou-se à medida que a entrada de capital foi aparecendo. No entanto, no pensamento do mesmo entrevistado, surge uma alerta: “ quando dá uma quebra na produção, se o agricultor não tiver capital de reserva, ele vai à falência, vai ter de vender as terras ou abandonar o plantio” (M.M., ENTREVISTADO, 2019).

Mesmo assim, os sujeitos do território camponês, inseridos no 1º distrito Sede, 2º distrito Toroquá e parte do 4º distrito Beluno estão inserindo-se no modelo de produção capitalista. Há ainda os que resistem, administram e protagonizam, cotidianamente a tarefa de manter a pequena agricultura, possuindo o desafio de coletivamente fazer enfrentamento ao modelo de desenvolvimento dominante.

Neste aspecto, é fundamental compreender que os sujeitos do território do campo estão no centro da discussão pela relação social que os criou.

A relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não; exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades (FERNANDES, 2006, p. 33).

A conflitualidade aparece entre os sujeitos deste campo, quando o território do agronegócio tende a dominar o território camponês, seja com o arrendamento ou a venda da sua propriedade, a exemplo de SFA onde as terras do 3º distrito Boa Vista e do 5º distrito Vila Kraemer foram na sua maioria consumidas pela plantação de soja.

Essa relação dialética é fortemente retratada quando,

A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo. Esse é o movimento do processo geográfico conhecido como TDR, ou territorialização – desterritorialização – reterritorialização (FERNANDES, 2006, p. 35).

Em SFA, um exemplo importante de TDR, foi a empresa multinacional que se instalou no território, desterritorializou propriedades camponesas e passou a comprar grandes extensões de terra para a plantação de eucaliptos.

Suertegaray e Morelli (2010, p. 2-3), pronunciam-se sobre a empresa sueco-finlandesa Stora Enso que tem sua área de atuação na região Sudoeste, “[...] dos dez (10) municípios onde adquiriu terras, nove (9) registram ocorrência de areais e processo de arenização. Entre os que apresentam de forma mais acentuada esse processo, destacam-se Alegrete, Maçambará e São Francisco de Assis”.

E enfatizam:

As propostas de silvicultura associam-se, desde os anos de 1980, particularmente, no Sudoeste do Rio Grande do Sul às áreas com ocorrência do processo de arenização. Este fenômeno está associado à fragilidade da paisagem, porém, foi intensificado em algumas parcelas, devido à expansão da monocultura da soja. Sucessivos governos desde então estimularam esta atividade (SUERTEGARAY; MORELLI, 2010, p. 2).

Essa empresa gerou empregos para o município. Muitos camponeses, preferencialmente homens, foram trabalhar como operários da multinacional, havia necessidade de um grande número de funcionários para o plantio das mudas de eucalipto e pinus.

Após o crescimento adequado da planta, as quais não exigiam mais cuidados, a empresa retirou-se para outras cidades e/ou países, mantendo vínculo com o território apenas pela internet. Em consequência, a paisagem foi totalmente modificada e houve extinção de muitas espécies da flora e da fauna existentes na região.

Vários trabalhadores assisenses continuaram trabalhando com a empresa Stora Enso, a desterritorialização do território de SFA levou-os à territorialização em outros territórios.

Para Lefebvre (1983, p. 102),

O território é uma produção de um movimento combinado, de territorialização/ desterritorialização do espaço, relações de poder, mediadas pelo espaço, consumidas no e pelo espaço no sentido de dominação (concreto) quanto de apropriação (que é mais simbólico).

A compreensão da relação entre esses territórios demonstra que, em busca de terra/território, os homens deslocam-se, vagam pelo mundo, carregando suas territorialidades para novos espaços e, ao contrário do que fazem acreditar os discursos da globalização, o território ganha cada vez mais importância (HAESBAERT, 2004).

Pelo território ser dinâmico, o processo de relações sociais está constantemente sendo reconstruído, não há desterritorialização sem o esforço de reterritorialização em outra parte.

Neste sentido, as modificações e transformações do território vão acontecendo quando os atores sujeitos do campo entendem o movimento

contraditório do sistema capitalista. Ao mesmo tempo em que proporciona aumento de capital, também os envolvem numa teia de complexidades, como os créditos bancários, a baixa do produto quando a safra é satisfatória, a intensificação do uso dos agrotóxicos, a transgenia das sementes, dentre tantos outros aspectos que condicionam a expropriação/ desterritorialização dos camponeses.

Os sujeitos do campo são os atores do processo de transformação e modificação do território, com seu trabalho, dão vida, dão formas a ele, produzem raízes de identidade e sentido afetivo com a terra.

No próximo capítulo, trazemos a discussão sobre a Educação do Campo no território de São Francisco de Assis, corroborando com as discussões das realidades territoriais da Educação do Campo, bem como a relação da mesma com o território.

4 DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO

A Educação do Campo, simbolicamente representada pela escola, assume papel fundamental no território quando se torna um lugar de disputa e de poder, pois carrega, no tempo e no espaço, traços de resistência aos constantes desafios do trabalho de formação, bem como de sua manutenção e continuidade. Este espaço social junta-se a outras lutas sociais e sindicais do espaço rural.

4.1. O TERRITÓRIO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal (Título II – Dos Direitos e garantias Fundamentais, Capítulo III, seção I) – direito de todos e dever do estado (BRASIL, 1988). No entanto, nos últimos anos, milhares de crianças e adolescentes, filhos e filhas de camponeses, estão sendo privados desse direito. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), fica claro o conhecimento sobre a diversidade existente entre as comunidades do campo. Para obtermos uma melhor interpretação das normas da educação no campo, apresenta-se o art. 28 da LDB (BRASIL, 1996).

Na oferta da educação básica para a população que vive no campo, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - Conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - Organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - Adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

No modo de produção que atende o agronegócio, a legislação voltada aos sujeitos do campo deve ser discutida, uma vez que nem sempre considera todas as dimensões que envolvem seus educandos, o território, os lugares de vida e as escolas em questão. “Entende-se deste modo que, a educação do campo deve ser pensada e desenvolvida a partir da realidade do aluno no ambiente onde ele mora” (FERREIRA; FOLMER; ZIMMERMANN, 2017, p. 04).

A escola é um instrumento de resistência do campesinato, visto que reflete os valores, anseios e perspectivas da sociedade que detém o poder (SOUZA, 2013). Usar o cotidiano do aluno para trabalhar nas disciplinas

escolares ofertadas na escola do campo é uma forma de aprendizagem significativa e traz em seu cunho um avanço político-social totalmente real e contextualizado.

Como afirma Caldart (2002, p. 26), a escola deve ser no e do campo:

No: O povo tem direito a ser educado no lugar onde vive;
Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

No que tange aos termos educacionais, sendo o ensino fundamental de responsabilidade do município, é previsto na atual LDB a desvinculação da escola rural dos meios escolares urbanos, o que faz uma exigência ao planejamento interligado à vida do campo quando exige a adequação da proposta pedagógica às peculiaridades do campo, mantendo a carga horária mínima, respeitando os períodos de plantio e colheita (sazonalidade), bem como demais dimensões socioculturais do campo (BRASIL, 1996).

No debate sobre a Educação do Campo, ainda há distorções ao colocar educação rural e educação do campo como sinônimos, concordando com Souza (2008, p. 109):

[...] a concepção de educação do campo valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável.

Para que se alcancem as vantagens de haver uma educação do campo com qualidade, é necessário que o Estado contribua com iniciativas de oferta de educação pública, estruturando para que a escola se articule da melhor forma, a fim de incentivar e proporcionar a formação pessoal e profissional de seus docentes e alunos.

O espaço rural, carregado de significados, às vezes, é “[...] visualizado como lugar de atraso, pois carrega traços de abandono justamente por não haver muitas políticas de desenvolvimento nesta área” (FERREIRA; FOLMER; ZIMMERMANN, 2017, p. 02).

Nesse sentido, encontram-se interseccionadas a agricultura capitalista- educação do campo-agricultura camponesa, territórios de poder-ação-

transformação, ainda com obstáculos que não foram superados. O aprimoramento das atividades primárias, através de capacitação tecnológica, acesso a créditos rurais, assistência técnica e incentivos à formação e permanência dos jovens no campo e valorização do desenvolvimento local são pressupostos indispensáveis para sustentação dessa estrutura.

Neste contexto, tanto os camponeses como a pobreza rural e os conflitos pela terra continuam acontecendo. A este respeito, Fernandes (2000, p. 61) ressalta que,

Um movimento socioterritorial como o MST²⁸ tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho. E os realiza por meio de uma ação denominada ocupação da terra. A ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra.

Se, por um lado, há uma preocupação em garantir o direito à terra aos camponeses, por outro há quem defenda o agronegócio, fazendo da terra território do agronegócio e o Estado entra como garantidor desse processo.

É importante destacar que:

[...] conforme deliberado no 11º CNTTR²⁹, que “o termo agronegócio extrapola a simples tradução de ‘negócios da agricultura’, representado pelo conceito clássico de agronegócio, que incorpora todas as fases do processo produtivo, desde a produção e distribuição de suprimentos até o processamento e distribuição dos produtos agrícolas (sementes, insumos, máquinas, plantio, colheita, industrialização e comercialização) (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2017, p. 15).

Desse modo, como a Educação se articula para contrapor esses processos de desterritorialização dos camponeses e das escolas e do avanço dos processos de produção? Qual é o papel da Educação do Campo frente a isso?

A Educação do Campo [...] é, necessariamente, um projeto de *oposição ao agronegócio*, pois é formado pelos sujeitos da resistência ao modelo de desenvolvimento capitalista no campo que pretende desterritorializar os camponeses. A oposição da Educação do Campo ao agronegócio reflete a luta de classes no campo, bem como a disputa territorial

²⁸ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

²⁹ Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CNTTR).

travada pela classe camponesa com os empresários do agronegócio no espaço rural (CAMACHO, 2019a, p. 70).

A escola deve refletir sobre a realidade do avanço do agronegócio, fazendo com que os sujeitos educativos do campo “[...] sejam capazes de possibilitar aos jovens e familiares desse coletivo um novo olhar e, conseqüentemente, um novo agir sobre a escolha do que, para quem e por que produzir” (ZIMMERMANN, 2014, p. 50).

Por conseguinte, Molina e Sá (2012, p. 330) defendem a função social da escola, explicitando mudanças necessárias,

[...] no padrão de relacionamento das escolas do campo com a produção do conhecimento, e as contribuições que daí podem advir, para melhorar as possibilidades de resistência dos sujeitos do campo aos processos de desterritorialização que lhes têm sido impostos pelo voraz aumento das estratégias de acumulação de capital desenvolvidas pelo agronegócio.

Haesbaert (2004, 2005) enfatiza que o território tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional “poder político”; refere-se tanto ao poder no sentido concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido simbólico, de apropriação. O território para ele é relacional, ligado ao movimento e às conexões e engloba as dimensões biológica/natural, política (das relações de poder), cultural, simbólica e econômica.

Por outro viés, observa-se que nas falas envolvendo o território educativo, num contexto de (re)conhecer as tramas do dominado ou dominante, na apropriação do espaço/território, a visão de quem fica no campo nem sempre está refletida na prática, precisando acontecer uma ação política pedagógica mais real e relacional e isto vai se formando em torno dos sujeitos que se apropriam cultural, econômica e subjetivamente do meio em que vivem.

Neste contexto, o território educativo pode aparecer no sentido de dominância, quando não traz em seu currículo o caráter de educação significativa e pode manifestar-se como apropriação quando manifesta uma pedagogia capaz de coletivamente estar a serviço da transformação deste território.

A educação do campo precisa estar engajada no processo de fortalecimento da territorialização do camponês à agricultura camponesa.

Quando essa instituição não atende às demandas básicas, faz o efeito contrário. Em SFA os alunos não são atraídos a ficar no campo, pelo contrário, são enviados indiretamente para as cidades; sem consciência de classe, são trabalhadores subalternizados ao agronegócio, obrigados a sair em busca de trabalho em outros lugares por falta de condições de reprodução no campo, muitas vezes, sem a ele retornar.

Zimmermann (2014, p. 123), destaca:

Nesta luta, a resistência camponesa se manifesta pelo desejo de uma Educação que lhes forneça condições de apropriação de bens, sejam econômicos, culturais, intelectuais, técnicos, políticos, uma formação desencadeadora de processos de territorialização.

Observa-se, portanto, que o território, dentro de relações de dominação e/ou de apropriação sociedade/espço,

[...] desenvolve uma lógica político-econômica funcional e vai se constituindo em direção à assimilação dos sujeitos que se apropriam subjetiva, cultural e simbolicamente, dessa forma, como sujeitos de transformação, produzem o território e se produzem ao mesmo tempo (ZIMMERMANN, 2014, p. 40).

Para Raffestin (1993, p. 152-156),

O território é o espaço social inscrito dentro de relações de poder. Salienta que o território é um espaço político por excelência, traz a proposição de uma abordagem relacional do território, na qual ele é indissociável do poder e, toda relação de poder, enraizada no trabalho, desempenhada por um sujeito no espaço, produz um território. [...] Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores que produzem o território.

Conforme o autor, o Estado é o ator privilegiado dessa relação, a população, elemento dinâmico, está na origem do poder e tem a capacidade de transformação através da ação, o território é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população ele é apenas uma potencialidade; e os recursos condicionam o alcance da ação. Esses são considerados os trunfos do poder (RAFFESTIN, 1993).

Pergunta-se: a Educação do Campo de São Francisco de Assis está atenta em realizar um trabalho pedagógico e uma formação/escolarização contra-hegemônica, como suporte aos camponeses/pequenos agricultores do

território? Os atores deste campo refletem sobre o poder que a Educação do Campo têm sobre o território? O que tem sido feito em relação à expansão da soja nos lugares de vida de seus educandos?

Pode-se afirmar que o campo está tomando novos rumos e se transformando à medida que novos atores econômicos e sociais aparecem, reestruturam-no e o ressignificam com seu trabalho. Assim também destaca Fernandes (2002, p. 92) ao ressaltar que:

O campo é um lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só lugar de produção agropecuária e agroindustrial...é espaço e território dos camponeses [...] é lugar de vida e sobretudo de educação.

Por isso, à Educação do Campo fica a responsabilidade de refletir com sua comunidade e seus atores a possibilidade de modificar/interpretar tanto as relações com a natureza, bem como as relações sociais que os envolvem, trazendo nos seus conteúdos a reflexão-ação-transformação para este território.

4.2. AS ESCOLAS DO CAMPO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Além das diferenças de distribuição de renda existentes no território, acentuadas pela separação do terceiro distrito Manoel Viana, outro advento muito significativo contribuiu na vinda dos agricultores para o centro urbano. No final de 1980 e meados de 1990, o que assolava o restante do país também atingiu o município, iniciaram-se o fechamento das escolas no campo, que chegou a abrigar mais de 100 escolas, as quais atendiam centenas de alunos.

Em sua dissertação de mestrado “Desterritorialização das Escolas do Campo do Município de Dona Francisca/RS”, Groff (2016, p. 14) traz à tona uma triste realidade, igual à que tivemos em SFA:

Em cada estrada em que se passa pelos campos, veem-se prédios escolares abandonados, fechados, deteriorando-se. Não é mais possível ver crianças, professores, merendeiras, auxiliares atuando nestes lugares como quem ensina e aprende, aprende e ensina, brinca, prepara a merenda, entre tantas outras atividades.

Fatores como logística (distância), sem água, sem luz, professora morando nas casas da comunidade, transporte inexistente ou raro para deslocar-

se até a cidade, falta de confortos modernos, levaram os governos a aderir ao programa do transporte escolar rural.

Para as famílias camponesas, o anúncio do fechamento de uma escola na sua comunidade ou nas redondezas significou relegar seus filhos ao transporte escolar muitas vezes precário, às longas viagens diárias de ida e volta, saindo de madrugada e chegando ao meio da tarde; à perda da convivência familiar, ao abandono da cultura do trabalho do campo e a tantos outros problemas.

Com a demanda dos jovens saindo para morar e estudar fora, a solução para os mais velhos foi residir na sede do município. Muitos agricultores deixaram o campo, por necessidade de acompanhar os filhos que necessitavam prosseguir os seus estudos.

Tal perspectiva faz com que o jovem do campo, segundo Carneiro (1999, p. 03):

Sinta-se cada vez mais atraído pela tecnologia, pela busca de melhores condições de vida, pelo trabalho assalariado e menos cansativo, pois veem sua imagem refletida no espelho da cultura urbana que lhe surge como uma referência para a construção de seus projetos para o futuro, geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo moderno.

A preocupação com o modo de vida e a educação do campo não foram vistas como possibilidade de permanência da juventude rural no campo e como estratégia para dar continuidade à sucessão familiar.

Elias (2003, p. 40) acredita que,

[...] o novo processo civilizatório acaba por esbarrar nas condições econômicas, sociais, culturais e ecológicas de cada área, região ou país, o que torna cada lugar diferente de outro, apresentando um arranjo entre as variáveis modernas e as preexistentes que não será encontrado em outra parte, muito embora existam semelhanças entre várias situações.

Nesse sentido, a escola no campo promovia a permanência das propriedades rurais, fixando os agricultores, principalmente os com predominância da agricultura familiar, que ali produziam, valorizavam os conhecimentos historicamente acumulados, preservavam o meio ambiente e não tinham interesse de sair dali.

Conforme dados da SMEC, nos anos 2000 a mudança foi mais radical no cenário educacional em SFA, dezenas de escolas foram desativadas e, com o

advento dos transportes, foram transformadas em Escolas Núcleos³⁰.

Vieira e Vieira (2017, p. 134) tecem as seguintes considerações sobre a nucleação,

[...] O processo de agrupamento das escolas do campo que foi e continua sendo implantado na maioria dos municípios brasileiros [...], [...] é uma manifestação clara e incontável do processo de adequação que os sistemas de ensino vêm sendo submetidos para garantir a implantação das mudanças educacionais defendidas pelos teóricos neoliberais, e obviamente, pelas elites.

Com o processo de nucleação das escolas do campo, passou-se a fomentar um discurso de que as pequenas escolas existentes não traziam oferta de bom ensino-aprendizagem e, na intenção de oferecer mais qualidade de ensino, intensificou-se o seu fechamento. Sem dúvida havia/há muita coisa boa nas escolas do campo, e a nucleação não foi garantia de avanço, de modo que ainda faltam laboratórios, transportes adequados, recursos humanos, infraestrutura adequada, que instiga a pensar: Como estas escolas mantinham-se? Como as crianças aprendiam? Como a aprendizagem acontecia? E hoje, como estão as referidas escolas?

Assim, em SFA, com a nucleação das escolas do campo, restaram as abaixo constituídas:

- EEEF³¹ Roque Gonzales, no 1º distrito Picada do Padre;
- EEEF Oswaldo Aranha³², no 2º distrito Porteita do Toroquá;
- EEEF Duque de Caxias³³, no 4º distrito Beluno;
- EEEF São Conrado³⁴, no 2º distrito Piquiri;
- EEEF João Octávio Nogueira Leiria, no 2º distrito Toroquá;
- EEEF João Aguiar, no 5º distrito Vila Kraemer.

As duas escolas estaduais que foram municipalizadas estão em pleno funcionamento nos dias atuais.

O agronegócio, em si, proporcionou que o campo fosse esvaziando-se das famílias que compunham o núcleo camponês, pois ele avança sobre os espaços camponeses, deslocando-os para espaços onde não representam sua

³⁰ Escolas Núcleos - processo de agrupamento das escolas do campo.

³¹ Escola Estadual de Ensino Fundamental (EEEF).

³² Em 2007, foi extinta a EEEF Oswaldo Aranha;

³³ Municipalizada em 2006 a escola EEEF Duque de Caxias;

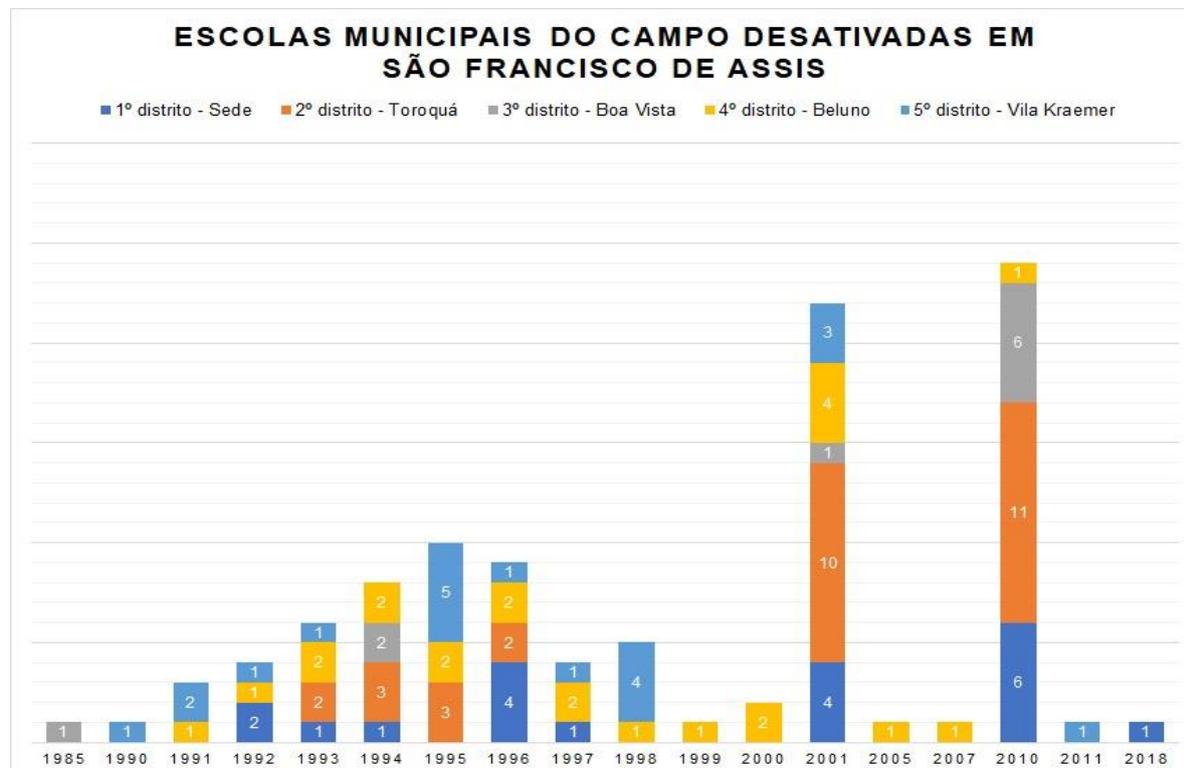
³⁴ Municipalizada em 2009 a escola a EEEF São Conrado.

cultura de vida. Sob essa concepção, “[...] ocorre um acirramento do desenvolvimento desigual e combinado inerente ao capitalismo” (ELIAS, 2003, p. 34) e, “[...] permite pensar a possibilidade de reprodução do campesinato. Obviamente, esta é condição primordial para podermos construir a Educação do Campo: *sem camponeses não há Educação do Campo*” (CAMACHO, 2019b, p. 42).

A saída dos camponeses do campo nem sempre é por vontade de sair do campo, é preciso ter as condições de estar no campo, questões como a renda, a vida econômica, o acesso aos lugares, de ter como se manter, acesso à tecnologia, ao lazer, à Escola do Campo, são dimensões que podem possibilitar e fixar essa juventude camponesa no campo.

Percebe-se que, nos períodos de 1985 a 2020, as escolas municipais do campo, em SFA, desapareceram, segundo dados empíricos, esse fator foi decorrente das condições de vida que são encontradas no campo, evidenciado no gráfico 1.

Gráfico 5 - Escolas do Campo desativadas em São Francisco de Assis- RS de 1985-2018



Fonte: SMEC São Francisco de Assis 2020. Adaptação da autora

Os prédios desativados foram sendo ocupados pelos agricultores para

guardar fumo, outros para Associação dos Moradores e muitas escolas sucumbiram ao descaso e estão sendo destruídas pelos vendavais, o que é retratado nas figuras a seguir, as quais mostram o destino que tomaram alguns dos prédios desativados.

Figura 11 - Escola Estadual Rural Castro Alves, no 3º distrito, Mato Grande



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020. Acervo da autora.

Figura 12 - Escola Municipal Dom Manuel, no 4º distrito, Engenho Velho



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020. Acervo da autora.

Escola Municipal de 1º Grau Incompleto D. Manuel, antigo prédio da escola que hoje serve de moradia e abrigo para uma família de agricultores. Os mesmos trabalham com uma Agroindústria, situada no 4º distrito Engenho Velho, de bolachas, pães e cucas a fim de vender para a Merenda Escolarizada.

Embora haja uma contradição, por serem camponeses, mesmo eles não produzindo inteiramente os produtos que usam para a fabricação desses alimentos, ainda essa renda os ajuda a manter-se no campo.

Percorrendo o interior do município, no trabalho de campo, observa-se que vários prédios ainda continuam em pé (em desuso) e há aqueles que apenas ficaram na história e na memória do que já foi um estabelecimento de ensino.

Apesar da extinção de mais duas escolas estaduais, uma em 2006 e outra em 2007, aumentou a estrutura de funcionamento da EEEF João Octávio Nogueira Leiria e na EEEF João Aguiar, pois passaram a ofertar também o Ensino Médio. Nessas escolas ainda lecionavam docentes ligados ao município que, com o passar dos anos, foram remanejados a vir trabalhar no meio urbano, devido ao governo estadual ter interrompido a cedência dos professores com o município, muitos/as professores/as continuaram morando no campo e vinham lecionar na zona urbana, até concluir seu tempo para aposentadoria, usavam como deslocamento os transportes municipais e estaduais que levavam alunos/as e professores/as. Isto também terminou, hoje os docentes, conforme relato dos professores/as, pagam o transporte para ir até às escolas no campo.

Atualmente ainda existem, em SFA, cinco escolas no campo que são objeto desta pesquisa, ainda resistindo e firmando a territorialidade daquelas que foram desterritorializadas. Todas as outras cessaram suas atividades. A diminuição drástica das escolas no campo tem ligação direta com a diminuição da população rural e o aumento do agronegócio.

Nas indagações feitas com os agricultores sobre o futuro da propriedade e da escola em que estudavam seus filhos, notou-se que a maioria dos sujeitos a reconheciam como instrumento de mudança para uma vida melhor. São proprietários donde moram e gostariam que seus filhos continuassem no campo.

Assim, a Escola é entendida como potencializadora da permanência do jovem no campo, num movimento vibrante dos problemas vividos e sentidos pelos seus atores, no sentido de conservar sua cultura, sua especificidade.

Assim reforça Freire (2005, p. 60) ao dizer que:

[...] em que seus sujeitos se mobilizam e produzem uma dinâmica social e cultural específica, mas, sobretudo, como uma educação que constrói referências para a intervenção dos sujeitos sociais na

realidade, com vistas a uma humanidade plenamente liberta. Uma educação que ajude “o homem a tornar-se homem”.

A fim de colaborar com as discussões acerca da Educação do Campo, a pesquisadora trouxe como contribuição uma parte do trabalho/artigo apresentado no Simpósio Nacional da Geografia Agrária (SINGA), de diagnóstico da realidade das Escolas do Campo em SFA. Num primeiro trabalho de investigação, realizado na segunda metade do mês de outubro de 2016, teve como objetivos conhecer os espaços onde as escolas do campo de SFA estavam inseridas, bem como reconhecer as principais problemáticas encontradas por parte dos educadores em relação aos alunos do campo (FERREIRA; FOLMER; ZIMMERMANN, 2017).

Os espaços investigados foram as três escolas estaduais que ainda, dentre as muitas que já existiram, resistem ao processo de fechamento das escolas do campo e permanecem em funcionamento, conforme mostram as Figuras 13, 14 e 15.

Figura 13 - Escola Estadual de Ensino Fundamental Roque Gonzales (Picada do Padre. 1º distrito)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016. Acervo da autora.

Figura 14 - Escola Estadual de Ensino Médio João Aguiar (Vila Kraemer, 5º distrito).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016. Acervo da autora.

Figura 15 - Escola Estadual de Ensino Médio João Octávio Nogueira Leiria (Toroquá, 2º Distrito)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016. Acervo da autora.

Necessitou-se considerar dois posicionamentos nesta pesquisa. De um lado os educadores/funcionários/gestores, por outro lado os alunos. É interessante ressaltar sobre os alunos que as questões não foram aplicadas de modo individual. Foi uma roda de conversa, onde os pesquisadores levaram o debate até as salas de aula. Foi um trabalho realizado nas escolas-alvo dessa pesquisa, com os alunos dos anos iniciais e anos finais. Desta forma, conduziu-se a discussão trazendo de modo sequencial alguns relatos da análise.

Percebeu-se, nos anos iniciais das referidas escolas, que as turmas eram multisseriadas, sobre isso Dutra e Antunes (2019, p. 144) consideram,

[...] desenvolver um trabalho em uma sala multisseriada sem uma formação específica acaba se tornando uma atividade árdua. Sem essa formação, os profissionais que forem dar aula nas escolas multisseriadas vão se sentir sem saber como desenvolver seu trabalho e expandir suas propostas educacionais que devem atender todas as necessidades da classe; muitos acabam levando o modelo do espaço urbano [...] sem adaptar seus planejamentos.

Dentre os motivos que levam a esse fato, outro aspecto é o pequeno número de alunos no espaço, ou seja, há uma diminuição de crianças, fortalecendo a ideia do envelhecimento do campo, conforme a Figura 16.

Figura 166 - Sala de aula multisseriada, 1º e 2º anos dos anos iniciais



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016. Acervo da autora.

Nos anos iniciais, os alunos mostraram-se conectados com o lugar³⁵ onde vivem. Sem dúvida, todos os alunos afirmaram que o campo era o lugar ideal para viver e que não sairiam dele. Citaram que ajudavam seus pais nas tarefas cotidianas e isso não era feito por obrigação ou necessidade, mas por possuir afinidade e desejarem estar desenvolvendo tais funções. Com isso foi possível identificar a relação que os indivíduos possuíam com seus familiares e o espaço rural que, de acordo com Fernandes, “[...] são os novos sujeitos que lutam para entrar e ficar nos territórios camponeses e, portanto, precisam construir uma

³⁵ “Lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas à tipos de experiências e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes, de segurança” (RELPH, 1979 apud LEITE, 1998, p. 10).

Educação que os veja como sujeitos” (FERNANDES, 2012b, p. 18).

A partir dos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio (Figura 17), conforme a faixa etária se distanciava da infância, os alunos transpareciam desinteresse com este lugar. Falavam da precariedade, da falta de opções, das vontades e desejos de ir para a cidade e da baixa atratividade que o campo lhes oferecia.

Figura 7 - Sala de aula anos finais



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016. Acervo da autora.

Quanto à organização funcional das escolas, percebeu-se que os educadores são todos urbanos. Todos os dias saem da sede do município e direcionam-se para as localidades rurais. Chegam e saem das escolas fretando ônibus. Boa parte desses educadores/educadoras leciona também em outras instituições na cidade (Estaduais e Municipais) no contraturno³⁶.

Na prática e exercício de sua profissão, os educadores se apresentavam desmotivados, visto que passavam/passam pelo descrédito e pela falta de investimentos na educação quando enfrentam transportes pagos (Figura 18), andam quilômetros por estradas precárias e esburacadas, a maneira como são desrespeitados pelos governos, ao terem seus salários parcelados e ainda tendo de resistir à multisseriação das turmas e ao fechamento das escolas.

A Educação do Campo está sempre num constante movimento de resistência!

Figura 18 - Transporte escolar chegando com os/as professores/as na Escola

³⁶ Contraturno - turno oposto ao horário escolar.

Estadual de Ensino Médio João Aguiar, Vila Kraemer, 5º distrito.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016. Acervo da autora.

Na reflexão sobre a profissão docente, os caminhos a serem tomados pela educação e o papel da escola na comunidade, pôde ser sentido nas tensões e conflitualidades que se apresentaram entre o território do campo e o território da escola e como isso reflete na vida dos educandos.

Desenvolver a educação desse território não é tarefa fácil, os docentes, como não conhecem essa realidade diferenciada, nem sempre valorizam o meio em que os educandos vivem, como fazem uso de sua terra e do solo, desqualificando as diferenças de aprendizagem ao adaptar seus conteúdos de maneira que todos possam compreender, mesmo os educandos tendo idades e níveis diferentes de aprendizado. Nessa direção, Ferreira, Folmer e Zimmermann (2017, p. 02) escrevem:

Desconectados da realidade, das necessidades, dos valores e dos princípios que norteiam a educação do campo, as ações dos educadores tornam-se isoladas podendo também tomar rumos diferentes às propostas educacionais para as quais foi direcionada sua formação continuada.

Do mesmo modo, Arroyo (2012, p. 361) afirma que

[...] a formação privilegia a visão urbana, vê os povos-escolas do campo como uma espécie em extinção, e privilegia transportar para as escolas do campo educadores da cidade sem vínculos com a cultura e os saberes do campo. As consequências mais graves são a instabilidade desse corpo de educadores urbanos que vão às escolas do campo, e a não conformação de um corpo de profissionais identificados e formados para a garantia do direito à educação básica

dos povos do campo.

Ao trazer para a escola seus saberes prévios, o professor deve articulá-los com as experiências dos educandos, assim haverá um melhor entendimento e maior reflexão sobre a realidade vivida por eles, com isso tem-se uma reflexão do território necessária para que se concretize a valorização do meio vivido.

Caldart (2010, p. 329) também defende que:

[...] as principais questões que devem ser alteradas na escola do campo, para que possa atuar de acordo com os princípios da Educação do Campo. Antes de mais nada, é preciso compreender que não se pode pensar em transformação da escola sem pensar na questão da transformação das finalidades educativas e na revisão do projeto de formação do ser humano que fundamenta estas finalidades. Qualquer prática educativa se fundamenta numa concepção de ser humano, numa visão de mundo e num modo de pensar os processos de humanização e formação do ser humano.

Valorizar o conhecimento empírico e o cotidiano é uma responsabilidade da escola, isso faz com que se promova uma aprendizagem diferenciada das demais formas de se fazer aulas. A escola deve se articular então, para que se possa fazer a conexão entre as disciplinas planejadas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e o mundo vivido por esses alunos. Um desafio para a escola, segundo Meurer (2010, p. 14-15),

A comunidade na qual a escola encontra-se inserida, no campo, com possibilidades e saberes acumulados por agricultores e agricultoras, aparenta estar desconectada dos conhecimentos apresentados pelos educadores, destoando da comunidade, dos seus ritmos, ritos e cultura. As especificidades de cada comunidade, com suas festas, organização, datas e formas de plantio e colheita, dialetos, entre outros saberes deixam de ser aceitos. O que passa a vigorar é algo que busca desarticular conhecimentos historicamente acumulados.

Assim, como anunciam Molina e Sá (2012, p. 329), no Dicionário da Educação do Campo: “Outro aspecto central a ser transformado na escola do campo é o fato de seus processos de ensino e aprendizagem não se desenvolverem apartados da realidade de seus educandos”.

Com isso, nos processos de estudos e formação quanto à educação do campo, é preciso estar conectados para a formação contínua e humana, para além das escolas conteudistas que se apresentam comumente na nossa realidade rural. No território do campo estudado, apareceu fortemente a imposição dos grandes latifundiários a seduzir e desencantar o pequeno

camponês, que começa a acreditar que não proverá mais da terra o sustento da sua família e que não faz mais sentido que ele continue resistindo.

Na lógica do capital, a terra é vista como dinheiro, como mercadoria, do outro lado, encontram-se os camponeses onde a terra é vista como reprodução da vida.

Ao refletir sobre o território educativo e o território do campo, percebe-se nas falas dos educandos, as concepções distintas entre o tipo de educação que desejam e a educação que lhes é oferecida; a contradição existente nos sujeitos/atores entre o tipo de produção familiar que pretendem manter e o que o capital proporciona por meio do agronegócio.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (2017, p. 15) afirma que: “A concepção atual de agronegócio é resultado de um pacto político voltado ao fortalecimento do capital estrangeiro, preocupados em produzir commodities³⁷”.

Se por um lado o país se beneficia do comércio destas mercadorias, por outro o torna dependente dos preços estabelecidos internacionalmente. Quando há alta demanda internacional, os preços sobem e as empresas produtoras lucram muito. Porém, num quadro de recessão mundial, as commodities se desvalorizam, prejudicando os lucros das empresas e o valor de suas ações negociadas em bolsa de valores (COMMODITIES..., 2019, s./p.).

No campo, a agricultura da soja, que é uma “commodity” agrícola, desponta como a lavoura que mais cresceu em relação às outras, sendo aquela de maior exportação e produção nos territórios gaúchos, destacando-se também em São Francisco de Assis.

Quando interrogados sobre a plantação de soja, os educandos enxergam puramente como mercadoria, é o que mais dá lucro. Ao usar o território para produzir cada vez mais, sem pertencimento, sem sentimento dedicado à terra, os sujeitos revelam intrinsecamente um desconhecimento das consequências advindas de tanta extração produtiva. A escola não tem conseguido fazer a discussão necessária sobre o uso do território, pelo agronegócio, em seu currículo escolar.

³⁷ “[...] podem ser definidas como mercadorias, principalmente minérios e gêneros agrícolas, que são produzidas em larga escala e comercializadas em nível mundial. As commodities são negociadas em bolsas mercadorias, portanto seus preços são definidos em nível global, pelo mercado internacional” (COMMODITIES..., 2019, s./p.).

Nas palavras de Fernandes, a Educação do Campo é constituída na luta pela terra,

[...] onde se realizam as diversas formas de organização do campesinato e também as formas de organização da agricultura capitalista [...]. Enquanto o agronegócio organiza o seu território para a produção de mercadorias [...], o campesinato organiza o seu território para a realização de sua existência, necessitando desenvolver todas as dimensões territoriais (FERNANDES, 2006, p. 29).

Desta forma, ao trazer para dentro da escola o cotidiano, fazendo dela o papel representativo das forças e revitalização das lutas, a Educação do Campo legitima-se, como uma educação que mostra pertencimento para com seus atores de modo a agirem na sociedade, visando um protagonismo libertador, interagindo e fortalecendo o vivido e o sentido, alicerçadas por uma aprendizagem transformadora e significativa.

No reconhecimento e entendimento dos determinantes históricos/ sociais e as dificuldades que o ensino do campo enfrenta, a Educação do Campo deve ser vista como construção de identidades. Ainda existem muitos paradigmas a serem superados na Educação do Campo, a superação é uma marca da Educação do Campo, que é alimentada pela ação, pela consciência, pela identidade que brotam da resistência (FERNANDES, 2012b, p. 18).

Nesse processo, a Educação do Campo se constitui também como um território da vida, do trabalho, da luta, de identidade, de pertencimento. Para que essa educação aconteça, o papel de educar não é só da escola, é necessário que os atores desse campo se reconheçam como sujeitos do seu tempo e da sua história; cabe também à família, enquanto transmissora dessa herança aos jovens, conduzir os valores morais e éticos aos quais são responsáveis; à igreja e aos sindicatos ao trazer a discussão sobre o momento político, sobre ao fortalecimento das lutas no campo, a reflexão do que está impactando o meio ambiente, de como o capital seduz e amarra o agricultor.

Para que se possa manter a esperança e o desejo de ver realizados seus projetos de vida, os sujeitos do campo não podem esmorecer, perder seu entusiasmo de viver e a esperança, para com e no coletivo ver essa esperança frutificar na Educação do Campo. Nas palavras de Freire, esse é um desafio para os que fazem a Educação acontecer, “[...] o que sobretudo me move a ser ético é saber que, sendo a educação, por sua própria natureza, diretiva e

política, eu devo, sem jamais negar meu sonho ou minha utopia aos educandos, respeitá-los” (FREIRE, 2008, p. 78).

Esse respeito aos homens e à natureza, também é uma marca da Educação do Campo.

Num constante movimento, a Educação do Campo não para, de maneira a conduzir a emancipação e autonomia dos sujeitos do campo. A formação de outro ser humano é o desafio maior das escolas do e no campo.

As escolas do campo devem ser valorizadas, podendo desenvolver entre os educandos práticas coletivas, buscando reivindicar condições justas para os jovens manterem-se no campo, para construção de um mundo possível, menos desigual e mais solidário.

“O Movimento de Educação do Campo luta contra o fechamento de escolas no campo, propõe escolas no e do campo” (SILVA, 2020, p. 340), escolas que precisam não estar moldadas no urbano, com professores comprometidos com as especificidades e necessidades dos camponeses, precisam ser inconformadas! “Tudo o que acontece fora do que foi anteriormente pensado é um desvio educativo, algo a ser eliminado. Não é assim, não pode ser assim” (CALDART, 2012, p. 130).

Enquanto o agronegócio se expandiu rapidamente nos últimos anos, não ficando o território de SFA em situação diferente das outras regiões do estado e do país, com a territorialização do capital no campo, foi ocorrendo uma reorganização territorial com o fechamento das escolas do campo, as quais aconteceram em ritmo acelerado.

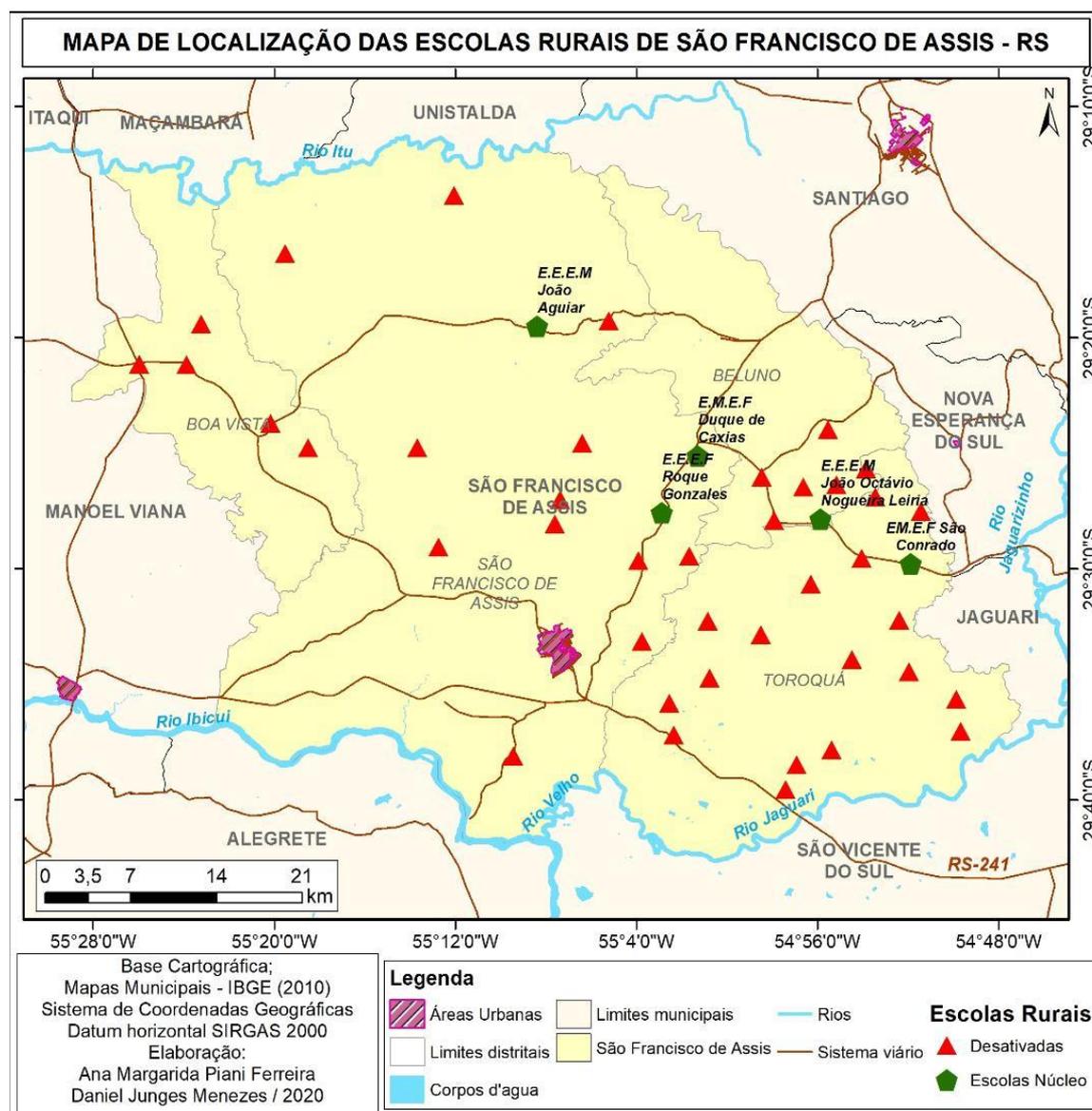
Isso é possível observar no mapa inserido na sequência (Figura 21), que demonstra a distribuição espacial de algumas das principais escolas que existiram no município. Estes dados foram compilados³⁸ com a pesquisa documental feita nos arquivos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de SFA, a qual encontra-se no Anexo C, mapa que deu origem ao inserido a seguir.

Dados do Censo de 2010 concluíram que havia no território do campo de SFA 49 escolas; de lá para cá, 44 foram desativadas (como podem ser vistas nos pontos em vermelho destacados no mapa).

³⁸ A pesquisadora reuniu metodicamente escritos diversos sobre o mesmo assunto, comparando os dados censitários de 2010, com os dados da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de SFA-RS.

Atualmente, encontram-se em atuação apenas cinco escolas (pontos em verde no mapa), resistindo ainda, ao processo de fechamento das escolas do campo, como mostra a figura a seguir.

Figura 19 - Mapa de localização das antigas e atuais escolas do campo de SFA



Fonte: Autora, 2020.

Outro fato marcante a destacar é que, na parte oeste do mapa, onde encontram-se as lavouras latifundiárias, está em atividade apenas uma escola, no 5º distrito Vila Kraemer, comprovando a elevada diminuição da população, na qual também estudam os alunos que residem no 3º distrito Boa Vista.

Na parte leste, no 1º distrito Picada do Padre, no 2º distrito Toroquá e no 4º distrito Beluno, onde predominam a policultura e lavouras de soja de menor

porte, encontram-se mais moradores e 04 escolas estão ativas, confirmando a territorialização dos agricultores/camponeses e a coesão das famílias.

Com esse processo de desterritorialização das escolas do campo, as antigas escolas foram abandonadas, algumas delas tiveram outras funções, como por exemplo a utilização por associações rurais, para guardar fumo, insumos, sementes... ou àquelas que foram totalmente depredadas; não tendo como saber sobre a situação real desses prédios na atualidade. Essas comunidades, onde houve a desativação das escolas, tiveram que se adaptar a uma nova dinâmica, os alunos passaram a fazer uso do transporte escolar, houve então uma territorialização em outros espaços escolares.

“A conquista dos territórios camponeses pode significar a territorialização da Educação do Campo” (CAMACHO, 2019b, p. 51), ou seja, a territorialização camponesa significa, também, a territorialização da juventude no campo, pois esta é uma das dimensões da Educação do Campo. “Todavia, para a existência de territórios camponeses e para a territorialização da Educação do Campo, também, se faz necessário desterritorializar o agronegócio no campo, portanto, a territorialização de um, significa a desterritorialização do outro [...]” (CAMACHO, 2019b, p. 51).

A Educação do Campo carrega em si o significado territorial. Por essa razão, é possível reafirmar o território camponês como modelo diferenciado na relação da produção com a natureza, preocupado com a questão ambiental, com a família, com a sustentabilidade, com o caráter cultural, central para a vida dessa e das próximas gerações, pois entendendo a função real desse território, compreende-se que no paradigma da Questão Agrária, para o camponês, o foco principal não é a visão de mais valia e lucratividade, ele não tem a sua força de trabalho como mercadoria.

Assim, faz-se necessária a compreensão do território camponês para além da produção agrícola, apesar de estar interseccionado ao território capitalista, é importante considerar a preocupação que neste se revela, quando: “O camponês resiste, uma vez que a integração é condição de continuidade e ele não deseja isso, a luta é pela mudança” (PEREIRA; COCA; ORIGUÉLA, 2020, p. 12).

A promoção da valorização da memória, do espaço vivido, da cultura, das práticas coletivas pedagógicas, a formação crítica e autônoma, as construções

dos espaços coletivos de decisão, encontram-se pulsando nas escolas do campo. “É a construção humana como totalidade que cada pessoa tem direito, a cada tempo de sua vida e nos diferentes espaços educativos em que se encontre” (CALDART, 2012, p. 131-132).

E, de outro lado, a luta pela Educação do Campo se torna possível pelo fato de os movimentos socioterritoriais camponeses estarem construindo sua luta pela terra e por outro projeto de desenvolvimento para a sociedade diferente do projeto hegemônico do latifúndio-agronegócio [...] (CAMACHO, 2019b, p. 41).

Por isso, se a mudança não puder ser condição de entrada, que seja a intencionalidade do processo, na resistência vão se moldando os desafios que devem ser encarados para efetivamente haver transformação do território, que se pretende seja menos desigual, mais solidário, sustentável, harmonioso, esperançoso e justo, para todos.

No próximo capítulo trazemos a territorialização da juventude como estratégia de perpetuação do território.

5. ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

É sabido que a difusão do agronegócio contribuiu fortemente com o fechamento das Escolas do Campo, e levou ao desenrolar de uma série de consequências sócio-espaciais e territoriais, porque na decisão de ficar, partir ou retornar ao campo os jovens, fazem escolhas pela realidade que os levou a se desincentivar de permanecer neste território.

5.1. O JOVEM COMO SUJEITO E SUAS PERSPECTIVAS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO CAMPO

Percebe-se, na perspectiva dos jovens do campo, que as políticas públicas não os têm incentivado a continuar em seus lugares de vida. O capital aperta cada vez mais as populações que sempre viveram no/do campo e, com as mudanças políticas instauradas no Brasil, se intensificam cada vez mais as relações conflituosas que envolvem campo e cidade, agricultura camponesa e agronegócio.

As inquietações foram evidenciadas, tanto para os grandes como para os médios e pequenos produtores. No Brasil, é recorrente a reclamação de que a agricultura não tem proteção do governo, os sujeitos do campo passam por uma eterna insegurança.

No argumento de um produtor jovem, ele diz:

Há um isolamento rural, além de ser sofrido no campo, não tem socorro. Não há atrativos, tudo é lavoura, o lazer fica de lado e o risco das perdas são eminentes. O seguro bancário, precisa de mil comprovações, os custos são altíssimos, insumos, sementes, o risco das mudanças climáticas... (D. S. M. L., ENTREVISTADO, 2019).

A falta de oportunidades para socialização e lazer e de conexão com o mundo virtual, a busca por uma vida com mais comodidade, com mais acesso a serviços estimulam a saída dos jovens para os centros urbanos, especialmente as jovens mulheres. Esse raciocínio é refletido na fala de outro agricultor quando pondera,

Não tenho filhos, não há sucessores, meus dois sobrinhos dificilmente assumirão a propriedade, o trabalho é puxado e o jovem sente isso. A sucessão não atrai os jovens, que querem informação tecnológica (internet), são mais espertos, vivem melhor no conforto da cidade (piscinas, clubes, comércio, ar condicionado) (J. L. S.,

ENTREVISTADO, 2019).

Esses processos migratórios contribuem para a falta de sucessão com o consequente envelhecimento e masculinização da população rural. Como consequência da saída do jovem do campo para a cidade, os mais idosos, em função de problemas de saúde e por não conseguir se manter na unidade, deixam suas propriedades e acabam vindo embora para a Sede. O Técnico em Agropecuária conveniado ao banco da PLATEC afirma: “Os filhos dos fazendeiros nem conhecem o que têm. As divisas das terras. Os próprios pais puxam os filhos, mas eles não vão dar conta” (J. A. A., ENTREVISTADO, 2019).

Outro motivo ressaltado pelos entrevistados é a redução da taxa de natalidade, criando incertezas na sucessão da família enquanto unidade produtiva. Outrora nasciam muitos filhos por família, atualmente diminuíram os nascimentos em todos os lares.

Com a presença efetiva dessa ação desterritorializante do jovem no território do campo, este sujeito é impulsionado às possibilidades de assalariamento e migração.

Por conseguinte, de acordo com Follmann e Roos (2000, p. 235):

Diante dos desafios impostos a juventude busca caminhos muitas vezes contraditórios, para garantir sua reprodução socioterritorial. O assalariamento é uma forma de garantir a independência financeira perante o núcleo familiar camponês, mesmo sem abandonar o espaço rural. Já a migração, principalmente exposta para as jovens camponesas, é uma forma de buscar independência, seja ela financeira ou social e reconhecimento familiar. É, também, uma maneira de romper com as desigualdades de gênero vivenciadas pelas mesmas no interior de seu núcleo familiar originário.

A saída da juventude do campo encontra ressonância no acesso limitado da população rural às políticas públicas e direitos sociais a eles permitidos, nas relações de trabalho assalariado, que se caracterizam pela informalidade e baixa remuneração, na renda ou lucro que acabam por ficar na mão de um só administrador da família, geralmente o pai ou os filhos homens mais velhos.

Quando deram sua contribuição na escola, através de relatos orais, as jovens mulheres camponesas disseram ser as mais afetadas pela falta de oportunidades no campo, são as que saem mais cedo de casa, por motivos de estudo, casamento ou trabalho. Também encontram dificuldade de serem

reconhecidas como sucessoras das unidades familiares. Afirmam que, mesmo tendo direitos iguais entre os filhos e filhas, quando partilhados os bens advindos dos pais, a priori é de que os filhos homens sejam os sucessores das propriedades.

Dados mostram que o Brasil está saindo de uma estrutura etária jovem para uma estrutura adulta e caminha para uma estrutura etária composta por pessoas da 3ª idade. Segundo as projeções do IBGE, em médio prazo, a população rural passará dos atuais 14,2% (2014/2015) para 12,6% em 2025, 11,8% em 2035, e 8,1% em 2050 (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2017, p. 19).

Conforme observado nas visitas, os homens estão em maior número. A maioria da população está concentrada na Sede, diminuindo consideravelmente os moradores no território do campo. Além disso, ficou claro na zona rural que há predominância do sexo masculino, o que se inverteu na zona urbana, onde predominam as mulheres. Na tabela 5 subsequente, essas considerações podem ser ratificadas.

Tabela 5 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os municípios e distritos – RS – 2010

Município	População residente								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo	
Homens		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens		Mulheres	
SFA	19254	9493	9761	13495	6417	7078	5759	3076	2683
Sede	15400	7449	7951	13382	6356	7026	2018	1093	925
Beluno	1046	557	489	38	21	17	1008	536	472
Boa Vista	602	313	289	33	20	13	569	293	276
Toroquá	2206	1174	1032	42	20	22	2164	1154	1010

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Adaptado pela autora (2020)

Outro fato que chamou a atenção no território de SFA foi o respeito entre as gerações, os avós estão à frente das decisões com os filhos, orientam sobre

os gastos e aplicações da safra, cuidam dos animais, são responsáveis pela guarda das sementes, perpetuando seu papel de guardiões da família. Esses camponeses evidenciaram a família como principal bem a ser preservado.

Os jovens residentes no campo encontram-se em maior população na região serrana do município, correspondentes ao 2º distrito Toroquá e 4º distrito Beluno, onde o lado cultural é muito forte, frequentam a comunidade desde pequenos e vão tomando lugares representativos nos espaços, como Presidência da Associação dos Moradores, do STR, da Igreja, do Clube ou CTG da localidade.

As fotos a seguir, na Figura 20, revelam que, nos territórios camponeses, a participação é mais efetiva. Os camponeses participam da comunidade, frequentam a missa ou culto, ajudam nas festas da associação ou da igreja local, são solidários, mantêm a simplicidade, fazem mutirões, procuram conservar a amizade, a natureza e a família, seu bem maior.

Figura 8 - Risoto, almoço, churrasco e jogo de baralho na Festa da Soja, Pinheiro Bonito, 4º distrito de São Francisco de Assis



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Foto cedida por Revelart Palmor, SFA.

Mesmo sendo uma Festa da Soja, eram os colonos que estavam à frente de todos os preparativos para que a festa se concretizasse: churrasco, risoto, missa, jogos. De certa maneira, apesar deles não plantarem soja, são

coparticipantes do território capitalista.

Os sujeitos da presente pesquisa vivem do campo porque se reconhecem como agricultores nativos da terra e não se enxergam vivendo na cidade, isso seria como morrer aos poucos sem o ar da liberdade e o cheiro do mato, já visto pelos vários exemplos de quem saiu do campo e para ele nunca mais voltou. Conforme Oliveira (2007, p. 11), o camponês (ou pequeno agricultor), “[...] é um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência, a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem”.

Na migração para outros territórios em busca de alternativas para suas vidas, esses sujeitos agem, organizam-se, em prol da autonomia, mesmo que o agricultor saia do território do campo, se reterritorialize em outro lugar, ele sempre será um agricultor, porque no espaço onde estiver achará uma lavourinha, um pátio, um canteiro para plantar, cuidar e colher os frutos de seu trabalho e, em situações não raras, voltar a territorializar-se de onde foi embora. “A colônia, deixada para trás, durante os processos desterritorializantes, permanece na memória, nas lembranças, nas saudades, nas gentes que ficaram” (CHELOTTI, 2015, p. 138).

Para o mesmo autor,

O processo de reterritorialização não é um processo simples, pois implica a mudança de vida, de lugar, de morada, enfrentar o novo, o desconhecido. A (re)adaptação ao novo lugar tende a ser mais difícil quando trata-se de um lugar totalmente diferente do seu, seja em relação à cultura ou ao ambiente. Mas a reterritorialização não muda apenas a vida das pessoas que estão chegando, muda também o novo lugar, na medida em que novas relações necessitam ser (re)estabelecidas, num constante processo de aprendizagem e descobertas (CHELOTTI, 2015, p. 136).

Assim, no movimento T-D-R, os sujeitos do campo enfrentam estranhezas, dificuldades, necessitando reorganização e resiliência. Adaptar-se ao novo, nem sempre acontece de maneira fácil e rápida, ao mesmo tempo enfrentam um caminho desconhecido, uma vizinhança nem sempre solícita e um território totalmente inexplorado por sua gente. Até que a plantação comece a dar frutos, podem passar por incertezas e precariedade.

Por isso, a agricultura, de importância ímpar para todos os povos, serve não somente para produção de alimentos e garantia da sobrevivência, mas

como manutenção da cultura, da tradição, dos saberes e ensinamentos passados de pai para filho, nos espaços de governança que os jovens possam vir a ocupar no campo, a fim de preservar e defender o seu território.

Se por um lado ainda há uma intensa migração de jovens no sentido campo –cidade, por outro,

Os Censos de 2000 e 2010 registram um leve aumento das taxas de permanência dos(as) jovens nas áreas rurais. Segundo o Ipea, essa elevação se deve ao impacto positivo das políticas públicas, de transferência de renda, previdência social e educação sobre a vida das famílias e da juventude, uma vez que, nos últimos 10 anos, a ampliação dos investimentos nas áreas sociais permitiu o acesso dos trabalhadores e trabalhadoras do campo a essas políticas. [...] A permanência da juventude, no campo, passa pela construção de uma política de educação capaz de valorizar as diversas aptidões, próprias da idade jovem, capaz de possibilitar a escolha de uma atividade, não apenas lucrativa do ponto de vista econômico, mas também do social e até psicológico (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2017, p. 91-93).

Nos enfrentamentos e conflitos do cotidiano, surgem questionamentos, aparecem tensões e conflitualidades da realidade que acompanham estes sujeitos do campo e suscitam a importância de suas atuações sobre o mesmo, de modo a modificá-lo, pois a luta não é só luta pela terra, não é só embate. Na articulação das ações comunitárias, os sujeitos do campo ainda seguem buscando melhorar sua condição de vida.

As políticas de desenvolvimento do campo podem e devem avançar para que esses sujeitos possam na terra produzir e na terra viver com dignidade, sem sentirem-se menos pela atividade que desenvolvem. Um dos fatores que efetivam esses sujeitos a fixarem-se no campo é a proposta de outros modos de vida, a relação harmônica com a natureza, a convivência comunitária e o projeto educativo do Campo estar voltado à educação popular, a fim de “[...] promover novas alternativas de trabalho, novas práxis de fazer/produzir, necessita propor outros modos de viver, conviver, existir no espaço/tempo, o que implica transformações no modo de vida camponês” (SILVA, 2020, p. 340).

5.2. A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO POSSIBILIDADE DE POTENCIALIZAR O TERRITÓRIO CAMPONÊS

O debate sobre juventude camponesa é extremamente importante e

ganha cada vez mais destaque na discussão sobre a reprodução da luta pela terra e como produzem suas relações de pertencimento ao território. Diante das relações e configurações que se engendram entre os camponeses e o agronegócio, nas considerações à cerca da Educação do Campo, Fernandes ressalta que,

Neste sentido a Educação do Campo está contida nos princípios do paradigma da questão agrária, enquanto a Educação Rural está contida nos princípios do paradigma do capitalismo agrário. A Educação do Campo vem sendo construída pelos movimentos camponeses a partir do princípio da autonomia dos territórios materiais e imateriais. A Educação Rural vem sendo construída por diferentes instituições a partir dos princípios do paradigma do capitalismo agrário, em que os camponeses não são protagonistas do processo, mas subalternos aos interesses do capital (FERNANDES, 2006, p. 37).

Portanto, na visão do autor a educação possui sentidos completamente distintos para o agronegócio e para o campesinato. O projeto da educação rural, produzido pelo agronegócio, propõe um discurso de que Educação precisa ser pensada para o seu desenvolvimento. “Compreendendo o Rural como uma relação social do campo, a Educação é pensada como forma de inserção no modelo de desenvolvimento predominante, no caso: o agronegócio” (FERNANDES, 2006, p. 38).

Ao contrário, sendo a Educação do Campo, pensada no e pelos territórios camponeses, provoca inúmeros rebatimentos ao modelo imposto, pois se diferencia quando traz a negação do discurso da educação rural, do agronegócio; “[...] por isso, a educação do campo tem como traços identitários: a experiência educativa de resistência e a observação da realidade camponesa” (SILVA, 2020, p. 339).

Assim, a proposta de um campo exigente, com movimento, com outros modos de vida e existência traz à tona a realidade: “No processo educativo capitalista, a cultura dos povos é massacrada, os saberes são destruídos, tudo na busca de algo, pelo qual os mais interessados, não sabem exatamente o que é, e mesmo sabendo, não sabem se o querem de fato” (WIZNIEWSKY, 2015, p. 80).

Ao promover a compreensão do uso e apropriação desse território pelo capital, os educandos poderão criar ferramentas, a fim de conseguir levantar/alcançar reivindicações que estão postas no território educativo, sendo

protagonistas como sujeitos modificadores dessa realidade. “É a construção humana como totalidade que cada pessoa tem direito, a cada tempo de sua vida e nos diferentes espaços educativos em que se encontre” (CALDART, 2012, p. 131).

E, ainda, de acordo com a autora, “[...] a escola precisa integrar-se a uma totalidade formadora mais ampla, vinculando seus processos de socialização, de apropriação/produção de conhecimento, de formação ética, a outras práticas educativas” (CALDART, 2012, p. 124).

Assim, as problemáticas próprias do campo devem estar pautadas nos currículos escolares e, também, nos Projetos Político Pedagógicos, além da participação efetiva de toda comunidade escolar, pois a escola, sozinha, não tem como vivenciar totalmente a materialidade formadora destas práticas sociais. Dessa forma, a Educação do Campo, embora ultrapasse as cercas da escola, não pode ser pensada fora dos contextos que envolvam o campo.

Os projetos educacionais das escolas do campo avançam progressivamente, um dos aspectos principais a serem considerados são os processos de formação dos educadores, já que eles nem sempre tiveram uma formação adequada para trabalhar com essa dinâmica territorial bastante diversificada, pois, “[...] os professores que não tiveram uma formação nessa área vão acabar encontrando dificuldades na sua prática pedagógica no espaço geograficamente rural” (DUTRA; ANTUNES, 2019, p. 144).

A proposta da Educação do Campo traz consigo um projeto de resistência, de lutas, destacando-se aqui a luta para permanência das conquistas e manutenção das escolas, a luta para formar educadores engajados com esse processo.

Assim, o que se vê é que as instituições que formam os professores (Escolas do Magistério, Institutos Federais, Universidades...), não trazem nos currículos, nos projetos e na formação inicial e continuada a preocupação em trabalhar e discutir a Educação do Campo. Por essa ótica, a Formação Continuada desses educadores não contempla as temáticas relativas ao campo.

Nóvoa (1995, p. 25) argumenta que o processo de formação se dá menos por uma participação em cursos, seminários e palestras e mais por um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas e da “[...] reconstrução permanente de uma identidade pessoal”, e conclui que “[...] por isso é tão importante investir na

pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência”. Entretanto, investir somente em curso e teorias, que por si próprios não têm a força material necessária à concretização de uma prática social como a Educação do Campo exige, mas o que se produz a partir deste projeto formativo, como forma de concretizar a problematização/ação, pode compor o processo de “territorialização” desta prática.

Assim, Caldart (2012, p. 123) também reafirma:

E é este projeto maior que a sociedade não coloca em discussão, quando determina que os profissionais da educação somente se preocupem e se ocupem consciente e coletivamente (quando, por exemplo, se encontram para atividades de formação) de conteúdos e métodos de ensino, e de recorte apenas cognitivo.

A pesquisadora, ao conversar com os docentes das escolas do campo estudadas, levantou de suas falas o diagnóstico de que os docentes não usam em suas práticas estratégias diferenciadas que contemplem a realidade dos alunos destas escolas. Silva alerta que “[...] nelas os educadores não devem estigmatizar as crianças e os jovens camponeses, necessitam colocar-se juntos às comunidades, precisam gerir processos educativos escolares e processos educativos comunitários” (SILVA, 2020, p. 341).

Assim, também, os professores do referido estudo admitiram não reconhecer em seus Projetos Políticos Pedagógicos o modo de vida dos camponeses, havendo também uma despreocupação com isso quando, nos momentos de formação, poucos se mostravam disponíveis e flexíveis a comparecer e a discutir os saberes próprios dos sujeitos do campo.

É fundamental o entrosamento com os gestores e coordenadores para se desenvolver posturas e práticas que oportunizem às comunidades rurais apropriação e ressignificação da educação apresentada aos educandos, tendo em vista seus objetivos locais na construção da identidade de sua formação e projetos pedagógicos escolares. [...] Também é necessário o reconhecimento das peculiaridades da realidade do campo [...] sem transferir para o campo o projeto das escolas das cidades, ignorando as especificidades do contexto rural (FERREIRA; FOLMER; ZIMMERMANN, 2017, p. 03).

Freire (2005, p. 59) afirma que:

As respostas a essas questões não podem ser encontradas “em nível puramente intelectual”, mas na ação, sendo fundamental que esta “não cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de

reflexão, para que seja práxis”.

Ferreira, Folmer e Zimmermann (2017, p. 05) na direção destas discussões afirmam que:

Para que se alcance uma educação do campo com qualidade é necessário que o Estado contribua com iniciativas e políticas de oferta de educação pública, bem como formação para os professores e estrutura para que a escola se articule da melhor forma para colaborar com a formação pessoal e profissional de seus educadores e de seus educandos.

Na formação continuada dos educadores e educadoras encontram-se presentes motivos de resistências aos processos de mudança. Como afirma Nóvoa (1995, p. 16-17) “[...] é verdade que os profissionais do ensino são, por vezes, muito rígidos, manifestando grande dificuldade em abandonar certas práticas, nomeadamente as que foram empregadas com sucesso em momentos difíceis da sua vida profissional”. Como podemos pensar a priori o que vai acontecer com o outro em sua formação?

Na cultura docente, partilhar experiências pedagógicas, geralmente, ocorre no isolamento das salas de aula e lá permanecem intocadas. Por manterem incomunicadas suas experiências, os educadores acabam assumindo que os problemas profissionais que vivenciam são exclusivamente seus e não estão relacionados com os dos outros educadores, com a estrutura das escolas e dos sistemas educativos. A ruptura desse sistema vem possibilitar uma interação e troca entre os atores/protagonistas, fazendo a educação ser mais prazerosa.

Para além do entendimento das práticas pedagógicas, também procuramos entender o profissional que está presente na escola do campo, lançando em especial, um olhar sobre a pessoa do professor, pois como afirma Nóvoa (1995, p. 17) “[...] a maneira como cada um de nós ensina está diretamente dependente daquilo que somos como pessoa quando exercemos o ensino”.

A formação docente deve alicerçar-se no conhecimento empírico/teórico da realidade dos sujeitos que vivem neste espaço, basear-se na pesquisa e na ação/reflexão/ação. O conhecimento geográfico empírico da realidade do que está posto leva à reflexão entre docentes/educandos, sobre suas experiências e

práticas de vida como possibilidade na solução de problemas que não são vistos, nem questionados, nem resolvidos.

O conhecimento teórico faz com que se abram os horizontes do conhecimento empírico, a reflexão sobre sua prática docente e a ação produzida desses conhecimentos leva à condução de deles ocupar-se para ajudar na permanência dos jovens/educandos no campo. Na intencionalidade de concretizar a Educação do Campo, ao promover uma escola ativa, participativa, coletiva, educadores e educandos serão agentes ativos em construção de uma pedagogia constituída pelas experiências e vivências desses sujeitos do campo.

A Escola do campo apresenta-se como lugar de conflitos e encontros, precisa ser contextualizada, acessiva, autônoma e emancipatória. Ao rever suas deficiências na formação pedagógica, os educadores ressignificam sua prática docente, procurando novas formas de ensinar, por isso o coletivo é tão importante, ao acreditarem na integração entre escola/comunidade passam a compreender os saberes que existem em seus sujeitos.

Por esta condição, Caldart (2012, p. 124) destaca “[...] ao trabalhar a escola e a docência, dimensioná-las como partes de uma totalidade mais ampla, que não pode ser menos do que a formação *omnilateral* do ser humano”.

Mas há um grande desafio nesta dinâmica: a busca da omnilateralidade é necessariamente tensa, nunca linear e nem completa, porque a cada período se desenham novas dimensões para o processo, e os tempos permanecem os mesmos; porque o movimento da realidade vai produzindo ênfases, emergentes ou necessárias; porque nem sempre as situações se completam na formação das diferentes dimensões: às vezes até se contradizem. Por isso a perspectiva de totalidade não é um horizonte dado, mas um desafio de cada dia, cada etapa, cada experiência; e não do curso em si mesmo, mas sim de uma totalidade formadora muito mais ampla, que é da práxis social onde os educandos se inserem. Trabalhar com estas tensões e os conflitos que delas emergem no dia a dia de um processo concreto é, sem dúvida, um aprendizado importante na formação do educador (CALDART, 2012, p. 132).

A omnilateralidade pressupõe a compreensão do ser humano em todos os aspectos de sua vida (econômico, social, cultural, educacional, ambiental), além disso deve desenvolver-se também em todas essas dimensões. Isso está diretamente ligado ao projeto da educação e escola do campo.

Compreender o desafio da formação de um novo ser humano nos abre novas possibilidades para pensar. Não podemos negar o que já temos na

Educação do Campo, ela acompanha as diretrizes, não podemos perder o que já é conquista, é preciso fazer isso no sentido de preparar as pessoas para dar conta dos novos desafios que se apresentam cotidianamente, há momentos de conquista, avanço, outros de resistência, de sobrevivência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, certamente, trouxe uma experiência até então desconhecida para a pesquisadora, que passara por outros desafios e formações, a elaboração própria e, por vezes, solitária da escrita, traz uma postura interrogativa/investigativa diante da realidade, em que teoria e prática aliam-se a um método de pensamento e pesquisa, capaz de juntar o empírico com o científico, a fim de desvelar/confirmar/negar as informações do campo pesquisado, as interrogações são, por sua vez, ferramentas fundamentais à conclusão do que se quis pesquisar. As investigações servem para dar respostas do que se propôs revelar dentro do tema analisado.

Quando a pesquisadora fala sobre a escrita solitária, não quis referir-se que não tivera ajuda, quis argumentar que, na elaboração da pesquisa, estamos juntos e sozinhos ao mesmo tempo, não criamos “do nada”, por pura inspiração. O pensamento é livre, mas não é *solo*³⁹. A produção científica passa pelas leituras (muita leitura), pelas análises documentais, pelas entrevistas, pelas imagens, pelas orientações dos professores e dos colegas, pela apropriação de outros conhecimentos e informações já disponíveis (livros, publicações, teses, internet...), sendo poderosos aliados à escrita.

E como escolher o tema, quais as motivações levam a pesquisar sobre um determinado tema em relação a outrem, que objetivos instigam o pesquisador a estudar que metodologia norteará sua pesquisa, que respostas obteve de seu campo, que aprendizados para sua formação pessoal e profissional foram extraídos da pesquisa, como interferir na realidade pesquisada. Essas foram indagações que precisaram ser delimitadas, para poder, no contexto da escrita e campo, serem identificadas e respondidas, ou não.

A pesquisa não ficou restrita à teoria, o trabalho de campo, como ferramenta de apropriação/elaboração científica mostrou sua eficácia ao possibilitar a veracidade/negação das interrogações que a pesquisadora propunha.

Na inquietação da pesquisa, o pesquisador quer respostas, às vezes o campo as revela, ao mesmo tempo pode inquietá-lo cada vez mais. Aí se

³⁹ Expressão italiana que quer dizer - não é só, não é sozinho.

apresenta a dialética, isso é a dialética da pesquisa, não se encontram o fim dos fatos, na dinâmica do campo, podem surgir contradições, indagações e mais contradições do que se quer provar nesta tese/escrita, a fim de compreender/responder a questão principal da pesquisa: Que transformações a expansão da soja trouxe no espaço rural de São Francisco de Assis, na reestruturação produtiva e na Educação do Campo desse território?

As considerações finais dessa pesquisa partem da análise do território da agricultura capitalista e camponesa, enquanto fonte de manutenção da economia, da reprodução dos alimentos, da família, da escola, da vida e, como esses modelos estão fazendo uso da terra, no território de São Francisco de Assis, como a territorialização do agronegócio (com a inserção e expansão da soja no município), usado como fator de desenvolvimento, foi modificando as relações sociais, econômicas, ambientais e educacionais neste território.

Tais fatores se influenciam mutuamente e estão presentes o tempo todo na discussão e, do entrelaçamento de uns e de outros, é que resultam os entraves ou os avanços desse território.

Os objetivos apresentados na introdução desta escrita foram atingidos e, para os quais, foram tecidas as seguintes considerações:

O desenvolvimento, não só no campo de SFA, mas em todo o mundo, trouxe consigo a marca da modernização; assim, é evidente que a modernização e o desenvolvimento não atingiram a todos de forma igualitária. Se, de um lado, a agricultura atingiu um crescimento econômico muito rápido no campo, por outro, aumentou a degradação dos recursos naturais, diminuiu a população do campo, fecharam-se escolas, cresceu a desigualdade e a pobreza entre os povos, e a concentração de renda aconteceu de forma desigual, sustentados pelas relações e interesses que esse contexto sustenta.

Por isso, ataca o projeto camponês, que aposta nas relações de bem-estar entre homem e natureza e trouxe na sua base os movimentos de reforma agrária como mola propulsora do desenvolvimento, com funções totalmente distintas no campo.

A modernização do campo carrega em si o objetivo do capital, que é a exploração da terra, a produção de mercadorias é seu principal agente de crescimento, contudo isso não é garantia de sustentabilidade para os camponeses, visto que a terra não é para ser produzida, ela serve para produzir

os frutos do trabalho humano, contrariando o modelo de desenvolvimento capitalista. O capital precisa ocupar novos espaços para acumulação, daí intensificando-se a expansão da soja nos territórios nacional, estadual e municipal.

É por essa razão que a expansão da soja trouxe transformações que afetaram diretamente as populações do campo, pois quanto mais se divide a terra, menos renda ela tem a ofertar, o que é próprio dos camponeses, em que as divisas se dão em menor proporção, devido à família ser mais numerosa e a renda da terra não trazer tanta riqueza. Quanto menos proprietários, maior a renda a ser obtida, singularidade do latifúndio.

Apesar de distintos, esses territórios se entrecruzam, pois o capitalista depende da produção dos camponeses, quando estes vendem o excedente, fazem contratos da venda da sua produção para as grandes empresas, como fumo, leite, milho, mandioca, melancia, estando, assim, a serviço do capital.

Por meio do trabalho de campo, constatou-se que a agricultura no município de SFA é alavancada pelo agronegócio, a soja está profundamente visível nas lavouras onde predomina o latifúndio, contudo, em todo o território assisense, há a produção dessa leguminosa.

A fruticultura, a produção de massas, pães, doces, sucos, feijão e mel, por exemplo, desempenham um papel secundário, mas não menos importante, nas unidades camponesas, são comercializadas para a merenda escolarizada e vendidas em feiras, ou seja, a produção de todos os tipos de alimentos no município faz com que se configure uma agricultura forte e bem variada.

Pode-se avaliar, quanto a estrutura física, que os territórios camponeses e capitalistas assemelham-se quanto ao aspecto modernidade. Em todos os espaços do campo, muitos dos camponeses já adquiriram maquinários, melhoraram os confortos na residência, estão com veículos melhores, possuem renda estável e estão apostando em melhorias na propriedade. No entanto, há muito o que se alcançar, para ter um campo menos desigual.

A pecuária - que não foi trazida em maior destaque nesta pesquisa - é um agente do agronegócio, é desenvolvida no município com muita relevância, pois as Feiras e Remates trazem um bom retorno financeiro aos cofres municipais e aos criadores de bovinos, ovinos e equinos, que são bastante premiados pelo destaque na genética e na raça.

Nesse contexto, às populações do campo fica a responsabilidade de serem os representantes da comunidade, de darem o suporte para o desenvolvimento das gerações, da formação profissional dos jovens, contribuindo para que ele volte à propriedade, mantendo o homem arraigado à terra.

A Educação do Campo pode/deve representar a retribuição aos sujeitos do campo, de investimentos sobre seu crescimento teórico-intelectual, permitindo, entre outras concepções, que sejam os educandos/educadores/comunidade os protagonistas desse território, como forma de retribuir a sociedade, aos seus investidores, novos direcionamentos e diretrizes que, de maneira mais planejada, responda aos interesses dos sujeitos desse campo, em especial aos camponeses, que tanto carecem dessas iniciativas.

Cabe ressaltar o papel da Educação do Campo, porque a formação ética pode fazer grande diferença no “destino” social destes educadores: para o que vão continuar fazendo consigo mesmos e com aqueles que buscarem educar.

Apesar de todos os enfrentamentos e limitações que o campo enfrenta, foi possível observar avanços reprimindo a migração, o jovem fica no campo, criando condições sustentáveis e saudáveis de vida, modo de vida camponês.

Não se pretendeu, nesta pesquisa, um maior aprofundamento sobre as seguintes considerações, mas são sugestões que podem assegurar o projeto da Educação do Campo, ao suscitar:

- Discussão de projetos de desenvolvimento rural; construção de um novo projeto de sociedade voltado à classe trabalhadora;
- Considerar o currículo, o PPP e os planos de estudos como garantia dos sujeitos como protagonistas, construindo uma educação autônoma e emancipatória;
- O não à educação urbana e o sim à realidade social dos educandos, interlocução da escolarização urbana com a rural, pois elas se interconectam, uma depende da outra, assim como na sociedade;
- Acesso ao conhecimento científico; estímulo à pesquisa;
- Garantia de Formação permanente aos docentes;
- Condições de transporte escolar adequado, de trabalho e infraestrutura das escolas do campo;

- Construção coletiva e participativa do processo de ensino/aprendizagem;
- Implantação de uma Casa Familiar Rural em consórcio com outros municípios;
- Mais incentivo, por parte dos órgãos gestores, às atividades que foram encontradas em SFA, mas não aprofundadas nesta pesquisa, as quais servem à alimentação familiar;
- A construção por uma EC que contribua para construir novos conhecimentos sobre as especificidades dos sujeitos do campo;
- O Estado aparelhar as escolas de laboratórios, educadores (sem rotatividade dos contratos), alimentação, dependências físicas, esporte, equipamentos para pesquisa;
- A garantia de acesso a estradas em boas condições, a fim de garantir o deslocamento seguro, dos alunos e da safra agrícola, pelo interior do município.

Há a necessidade de implementação de novas formas de produção, de preservação ambiental e ecológica, de respeito com a natureza e com os povos tradicionais, comungando dos saberes de sua cultura, podendo melhorar suas condições de permanência e de vida, do jeito próprio de viver do e no campo.

Assim, concorda-se com as ideias dos autores aqui citados na discussão a respeito das diversas abordagens existentes sobre o conceito e delimitação do território.

Nesse sentido, o conceito de território possui diferentes significados, sendo o de principal destaque a “relação de poder” que pode ser percebida por diversos autores e, ao mesmo tempo, sendo descrito em seus respectivos textos, novos significados que desmistificam a hipótese de que território se relacione somente com a ideia de poder.

Partindo das considerações preliminares, vem-se confirmando o acirramento das disputas que permeiam tais territórios (luta pela terra, preservação do meio ambiente, uso dos agrotóxicos, agricultura capitalista x agricultura camponesa, indústrias, comércio, tecnologias, conjunto de sistemas camponeses).

Constata-se que a agricultura no Brasil requer de políticas que atendam a defesa da biodiversidade, do cuidado com as águas e ecossistemas, do controle e uso dos agrotóxicos, um novo ciclo poderá aparecer, assumindo novas formas de resistência, contrariando as formas de privatização das florestas, da água,

fugindo do extrativismo que exporta a natureza, beneficiando o mercado internacional, ficando com os custos enquanto o benefício vai para fora.

A pressão ao acesso dos direitos, aos movimentos socioambientais, as tentativas das comunidades de evitar que sejam desapropriadas novamente fará surgir novos mecanismos de apropriação, escapando, fugindo do extrativismo, transferindo uma luta de classe, por um maior acesso à terra, por uma nova luta territorial.

Ao trazer novos agentes para a mudança revolucionária, na resistência, na descoberta de novos modelos de enfrentamento, poder-se-á, buscando nas cooperativas e no movimento de luta, não só atacar o capital, mas podendo dele também se beneficiar para o desenvolvimento local e comunitário. As reformas poderão acontecer nas lutas, não peito a peito, mas lado a lado.

O presente trabalho trouxe aqui informações sobre a expansão da cultura da soja, das relações capitalistas x camponesas, da Educação do Campo, no território nacional e estadual, destacando o município de São Francisco de Assis.

Por isso, faz-se necessário destacar o caráter diferenciado das relações camponesas, que trazem no seu discurso as lutas pela justiça social, pela distribuição da renda, pela igualdade de condições de produção da terra, por políticas públicas que valorizem a equidade no acesso aos fatores de produção, pela redistribuição da riqueza no mundo, a uma vida digna e pelo respeito à diversidade no seu sentido coletivo: cultural, ambiental, educacional e econômico.

O papel do jovem representa para os que estão no campo o seguimento das lutas da terra como elemento principal, ainda mais para as famílias camponesas que veem na permanência dos mais novos a força para que o campo exerça o papel fundamental que sempre representou em todo o mundo, o uso do território como espaço da família, da morada, da educação, da natureza.

Os sujeitos do campo poderão contribuir para que muitas curas possam ser realizadas, para que as lutas do campo não esmoreçam, para que a natureza não seja esgotada, para que a vida simples seja entendida como um modo de vida que satisfaz muito mais do que a riqueza.

Somos povos sempre à procura de um lugar para morar, sempre o território foi a marca de um pedaço de chão, da propriedade; lá deixamos nossa territorialidade como humanos, como filhos da mãe-terra, como educadores,

como agentes de transformação do espaço, como viajantes que somos na terra.

Uma das consequências em 2020, com o COVID-19 (no entendimento da pesquisadora), que pode significar uma mudança de paradigmas, é o retornar para o campo, concretizando o desejo de muitos que vieram embora para as cidades, é de, agora, retornar para casa.

Todos queremos voltar para casa um dia, que território será encontrado? Quem estará à espera um do outro? Que sentimentos carregaremos conosco, senão as marcas do vivido, do amor e da simplicidade, do aconchego e da acolhida familiar.

Voltar para casa, isso carrega tantos significados, tantas lembranças...

Voltar para casa...talvez esse desejo nunca fosse tão forte!

De todas as pessoas que saíram do campo, como pesquisadora, não encontrei nenhum que tivesse opinião divergente de que prefeririam ficar lá até morrer. O canto dos pássaros ao amanhecer, o cheiro da mata, o pé na terra, a água que rejuvenesce nos banhos de rios, os animais selvagens que chegam até o pátio para comer a ração dos animais domésticos, o alimento que sai direto da terra para a panela, o cheiro do pão, as festas, a religiosidade, a solidariedade e tantas outras coisas que ainda poderiam ser destacadas.

Não foi por acaso que isso aconteceu, talvez para que os mais jovens, principalmente, pudessem ser tocados e reconhecer no campo o lugar em que podem realizar seus sonhos, desenvolver sua família, permanecer em contato com a natureza, ter no ambiente todos os recursos que outrora tiveram nossos ancestrais e lá realizarem-se como humanos, tarefa tão essencial à vida plena, lembrando de que todos nós estamos em processo de evolução neste mundo terreno.

Por outro lado, as relações humanas no campo são as premissas determinantes das mudanças que possam advir nos territórios, longe de qualquer discurso, o que importa é o *humano*, sem ele nenhum território existirá, e para que os territórios existam precisarão os humanos estabelecer relação mais harmônica e menos destruidora entre si e a natureza. A modernização pode trabalhar com o antigo, o pobre pode relacionar-se bem com a riqueza, as culturas da comunidade podem coexistir com as inovações da educação, os camponeses podem ensinar muito aos capitalistas e vice-versa, porém o que nada poderá substituir é a vida, a natureza, o amor.

Ressalto as palavras de Haesbaert (2004), citadas no Prefácio da sua obra, *O Mito da desterritorialização*: “Assim, o sonho para que isso aconteça, parte, da territorialidade mínima, abrigo e aconchego, condição indispensável para estimular a individualidade e promover o convívio solidário das multiplicidades – de todos e de cada um de nós”.

Por fim, numa comparação da pesquisa com a vida em si, a própria pesquisadora identificou-se, na experiência do movimento da desterritorialização (quando saía de sua cidade) e da territorialização (ao permanecer no apartamento cedido pelos colegas no campus da UFSM) e novamente sua reterritorialização quando retornou à casa familiar e soltou-se a escrever.

Em outras palavras a pesquisadora aceitou o desafio de percorrer o percurso do estranhamento de si, do seu território, antes tão acomodado e explicitado. Desnaturalização do cotidiano vivido e reproduzido. Aspectos que reforçaram a necessidade do pesquisar, manter-se sempre aberta para novas tematizações e vigilante para com as relações que estabeleceu com o mundo.

No mesmo sentido, a desterritorialização do campo passa por várias áreas do conhecimento e que poderiam ser estudadas, não só na Geografia, mas pelas ciências sociais, econômicas, psicológicas e educacionais. São pequenos aspectos que conseguimos explicitar e efetivamente pinçar para aprofundar, ou na perspectiva Freiriana, tematizar. Nesse sentido, compreender todos esses aspectos a partir da dialética são movimentos que pressupõem processos nos quais o próprio pesquisador precisa dispor-se a reconstruir suas perspectivas políticas, ideológicas, educacionais, culturais e sociais.

7 REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Formação de educadores do campo. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 361-367.

BONNEMAISON, J.; CAMBRÉZY, L. Le lien territorial: entre frontières et identités. *Géographies et Cultures*. **Le Territoire**, n. 20, 1996.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-norma-pl.html>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

_____. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 06 ago. 2019.

BRUM, A. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Orgs.). **Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas – Caderno 4**. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. p. 25-36.

_____. A Educação do campo e a perspectiva de transformação da forma escolar. In: MUNARIM, A. et al. (Org.). **Educação do Campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010. p. 324-330.

_____. Intencionalidades na formação de Educadores do Campo: reflexões desde a experiência do curso “Pedagogia da Terra da Via Campesina”. In: ANTUNES- ROCHA, M. I.; MARTINS, M. F. A.; MARTINS, A. A. (Orgs.). **Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2012. p. 119-142.

CAMACHO, R. S. O paradigma originário da Educação do Campo e a disputa de territórios materiais/imateriais com o agronegócio. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 22, p. 64-90, set./dez. 2019a. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/5888/5062>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

_____. O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades. **Rev. NERA**, Presidente Prudente v. 22, n. 48, p. 38-57. 2019b. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/6364/4840>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos, sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 63-75, out. 1999. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>>.

Acesso em: 26 jun. 2019.

CARRAPATO. **Dicio**: Dicionário Online de Português. [S.l.], 2019. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/carrapato/>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

CARVALHO, H. M. de; COSTA, F. de A. Agricultura camponesa. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 28-34.

CAVALCANTE, L. V. A territorialidade do capital no campo: agronegócio e uso corporativo do território no Ceará. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 23, n. 53, p. 22-46, maio/ago. 2020. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6016/5563>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

CHELOTTI, M. C. Processos geográficos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR): questões teórico-metodológicas para a geografia agrária. In: DAVID, C.; WIZNIEWSKY, C. R. F. (Orgs.). **Agricultura & Transformações socioespaciais: olhares geográficos e a pesquisa de campo**, Porto Alegre: Evangraf/Jade Editora, 2015. p. 121-144.

COMMODITIES. **Sua Pesquisa.com**. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/o_que_e/commodities.htm>. Acesso em: 05 ago. 2019.

COMO calcular a renda familiar per capita. **Minas Down**, [S.l.], 2020. Disponível em: <<http://www.minasdown.com.br/como-calcular-a-renda-familiar-per-capita/>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Documento Base e Plano de Lutas: 12º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares**. Brasília: CONTAG, 2017. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_462323100_06032017111506.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2019.

DIJKINK, G. Ratzel's "Politische Geographie" and Nineteenth-century German discourse. In: ANTONSICH, M.; KOLOSSOV, V.; PAGNINI, M. (Orgs.). **On the centenary of Ratzel's "Politische Geographie": Europe between Political Geography and Geopolitics**. Roma: Società Geografica Italiana, 2001.

DUTRA, S. B.; ANTUNES, H. S. Concepções da Educação do Campo e os desafios para o currículo das escolas multisseriadas. In: FOLMER, I.; MEURER, A. C. (Orgs.). **Territórios em movimento**. São Leopoldo: Oikos, 2019. p. 141-149.

ELIAS, D. Milton Santos: a construção da geografia cidadã. **Scripta Nova Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona, v. 6, n. 124, p. 131-148, set. 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

_____. **Globalização e Agricultura:** A Região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

EMPRESA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Informativo Conjuntural.** Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2020. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/conjuntural/conj_28052020.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

ENSINO PRIMÁRIO. **Wikipédia**, [S.l.], 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ensino_prim%C3%A1rio>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FERNANDES, B. M. Movimento Social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000. Disponível em: <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/361>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

_____. Diretrizes de uma caminhada. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Orgs.). **Educação do Campo:** identidade e políticas públicas Brasília: Articulação nacional Por uma Educação do Campo, 2002. p. 61-70.

_____. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do Campo e pesquisa:** questões para reflexão. Brasília: MDA, 2006. p. 27-39.

_____. Território Camponês. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012a. p. 746-750.

_____. Territórios da Educação do Campo. In: ANTUNES- ROCHA, M. I.; MARTINS, M. F. A.; MARTINS, A. A. (Orgs.). **Territórios educativos na educação do campo:** escola, comunidade e movimentos sociais. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg. 2012b. p. 15-20.

_____.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil:** debates sobre políticas fundiárias. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica; Unesco, 2014

FERREIRA, A. M. P.; FOLMER, I.; ZIMMERMANN, A. Formação de educadores e educação do campo: um olhar sobre as Escolas Estaduais do Campo no município de São Francisco de Assis/RS. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 2017, Curitiba/PR. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2017. p. 01-14. Disponível em: <https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/qt14_1506710361_arquivo_singa20_17.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2019.

FOLLMANN, J. A. A.; ROOS, D. O processo contraditório de reprodução socioterritorial da juventude camponesa no interior dos territórios de luta pela Reforma Agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguçu/PR. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 53, p. 216-237, maio/ago. 2020. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6653>>. Acesso em: 15 jul.

2020.

FRANCISCO, W. de C. e. Definição de Paisagem. **Brasil Escola**, [S.l.], 2019. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/definicao-de-paisagem.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GROFF, A. **A Desterritorialização das Escolas no Campo do Município de Dona Francisca/RS**. 2016. 167 p. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

HAESBAERT, R. **Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Edulf, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiteritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Da desterritorialização à multiteritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo/SP. **Anais...** São Paulo/SP: Universidade de São Paulo, 2005. p. 6774-6792. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

HESPANHOL, A. N. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA, 4., 2008, São Paulo. **Anais...** Presidente Prudente: UNESP, 2008. Disponível em: <<http://2.fct.unesp.br/nivaldo/Publica%E7%F5es-nivaldo/2008/MODERNIZA%C7AO%20DA%AGRICULTURA%20E%20DESENVOLVIMENTO%20TERRITORIAL.PDF>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Brasília: IBGE. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2018.

LEFEBVRE, H. **Lógica Formal, Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEITE, A. F. O Lugar: Duas Acepções Geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 9-20, 1998. Disponível em: <http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_09_20>. Acesso em: 05 ago. 2019.

KONDER, L. O que é dialética / Leandro Konder. — São Paulo : Brasiliense, 2008. — (Coleção Primeiros Passos: 23).

MACIEL, V. de LIMA. **Pesquisa sobre a História do município de São Francisco de Assis**. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <http://saofranciscodeassis.saofrancisc18.dominiotemporario.com/index.php/contas-publicas/doc_download/709-livro-digital.html>. Acesso em: 15 jul. 2020.

MEURER, A. C. Projeto político-pedagógico escolar: questões a serem refletidas nas escolas do campo. In: MATOS, K. S. A. L. de et al. (Orgs.). **Experiências e diálogos em educação do campo**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p. 13-26.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, Técnica e Arte: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 09-29.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. Escola do campo. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 326-333.

MÓSENA, M. **Agricultura em áreas frágeis: as transformações decorrentes no processo de arenização em São Francisco de Assis/RS**. 2008. 170 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NÓVOA, A. Os professores: um “novo” objecto da investigação educacional? In: NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Lisboa: Porto, 1995. p. 14-17.

O QUE são Ecótonos. **((eco))**, [S.l.], 12 dez. 2014a. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28830-o-que-sao-ecotonos>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

O QUE é o bioma pampa. **((eco))**, [S.l.], 03 set. 2014b. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28609-o-que-e-o-bioma-pampa/>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 465-534.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PENA, R. A. Categorias da Geografia. **Brasil Escola**, [S.l.], 2020a. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/categorias-geografia.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. Estresse hídrico. **Brasil Escola**, [S.l.], 2020b. <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/estresse-hidrico.htm>>.

PEREIRA, L. I.; COCA, E. L. de F.; ORIGUÉLA, C. F. Conflitualidade e questão agrária; os modelos de desenvolvimento para o espaço agrário latino-americano. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 53, p. 09-21, maio/ago. 2020.

Disponível em:

<<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/7553/5545>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

PIRES, R. de B.; BEZZI, M. L. Considerações sobre a geografia do município de São Francisco de Assis-RS. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 17, n. 32, p. 121-131, jun. 2005. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9170/5639>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

PROAGRO. **Banco do Brasil**, Brasília, 2020. Disponível em:

<<https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/Proagro#>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**: São Francisco de Assis. Brasília: PNUD; IPEA; FJP, 2013. Disponível em:

<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-francisco-de-assis_rs>. Acesso em: 15 jul. 2020.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIO GRANDE DO SUL. Instrução Normativa SEAPDR Nº 9 DE 28/08/2019. *Regulamenta a venda orientada dos agrotóxicos hormonais no Estado do Rio Grande do Sul*. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Poder Executivo, Porto Alegre, RS, 28 ago. 2019**. Disponível em:

<<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=381901>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

ROÇA. **Infopédia Dicionários Porto Editora**, [S.I.], 2020. Disponível em:

<<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ro%C3%A7a>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

ROYALTIES. **Portogente**, [S.I.], 01 jan. 2016. Disponível em:

<<https://portogente.com.br/portopedia/76470-royalties>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SACCOL, P. **Agricultura familiar: o espaço rural de Dilermando de Aguiar/RS**. 2018. 154 p. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

SANTOS, M. A Caminho de uma Teoria Substantiva da urbanização. **Revista Orientação**, São Paulo, n. 6, p. 81-84, nov. 1985a.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985b.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SECA no RS: 103 cidades já indicaram problemas com estiagem. **Radar**, [S.I.], 27 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/radar/seca-no-rs-103-cidades-ja-indicaram-problemas-com-estiagem/page/12980/>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL. **Perfil das Cidades Gaúchas – Harmonia**. Porto Alegre: SEBRAE, 2019. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Harmonia.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. p. 23-47. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

SIGNIFICADO de Itinerante. **Dicio**: Dicionário Online de Português. [S.I.], 2019. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/itinerante/>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

SIGNIFICADO de Edáfico. **Dicio**: Dicionário Online de Português. [S.I.], 2020a. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/edafico/>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SIGNIFICADO de Alambique. **Dicio**: Dicionário Online de Português. [S.I.], 2020b. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/alambique/>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SIGNIFICADO de Bucólica. **Dicio**: Dicionário Online de Português. [S.I.], 2020c. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/bucolica/>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SILO Bolsa (silo bag) para armazenamento de grãos e silagem. **Bovitech Negócios Agropecuários**, [S.I.], 2019. Disponível em: <http://bovitech.com.br/produtos/silo_bolsa>. Acesso em: 05 ago. 2019.

SILVA, E. B. Da educação do campo à educação geográfica: concepções e experiências de ensinar e aprender na escola família agrícola de Goiás-2019. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 53, p. 355-360, maio/ago. 2020. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/7050>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SOUSA, V. Qual o significado de “Diáspora” em tempo de globalização? A relação controversa entre Império, lusofonia e “portugalidade”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL EM ESTUDOS CULTURAIS – COLONIALISMOS, PÓS-COLONIALISMOS E LUSOFONIAS, 4., 2014, Braga. **Atas...** Braga: Universidade do Minho; Universidade de Aveiro, 2014. p. 515-522. Disponível em:

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/40813/1/VS_2014_atas_congresso_estudos_culturais.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

_____. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, M. A. de. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1089-1111, dez. 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 ago. 2019.

SUERTEGARAY, D. M.; MORELLI, L. A. Conflitos da silvicultura em áreas em processo de arenização - Sudoeste do Rio Grande do Sul. **Observatorio Geográfico de América Latina**, [S.l.], 2010. Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/69.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

TAPERA. **Significados**. [S.l.], 06 fev. 2015. Disponível em:

<<https://www.significados.com.br/tapera/>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

VIEIRA, J. de A.; VIEIRA, M. M. M. O agrupamento das escolas do campo: nucleação e a melhoria da qualidade do ensino. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 4, n. 9, p. 129-143, set./dez. 2017. Disponível em:

<<http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/2670>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

WIZNIEWSKY, C. R. F. Reflexões acerca do desenvolvimento, agroecologia e educação. In: DAVID, C.; WIZNIEWSKY, C. R. F. (Orgs.). **Agricultura & Transformações socioespaciais: olhares geográficos e a pesquisa de campo**. Porto Alegre: Evangraf/Jade Editora, 2015. p. 80-91.

ZIMMERMANN, A. **Casa Familiar do Vale do Jaguari: Elementos formativos do território**. 2014. 208 p. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

APÊNDICE A - ROTEIROS DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (AOS AGRICULTORES E PRODUTORES DE SOJA)

- Quais plantios há na propriedade?
- Há o cultivo da soja?

- A renda é oriunda só da propriedade?
- Existe outra fonte de renda? Qual?
- Qual é o objetivo principal da propriedade?
- A sua média de idade fica entre:
() 20 a 30 () 30 a 40 () 40 a 50 () mais de 50
- Estado civil: () casado () solteiro () outro
- Filhos: () 01 () 02 () 03 () 04 () mais de 04
- Qual a sua relação com a propriedade:
() dono () arrendatário
- Antes de plantar soja, o que fazia?
- O que o motivou a plantar soja?
- As sementes são guardadas de um ano para outro?
- As sementes são transgênicas? Como são adquiridas?
- Há aplicação de herbicida, fungicida, inseticidas na lavoura?
- Quantas aplicações são feitas desde o plantio até a colheita?
- Na sua opinião, essas aplicações têm impactos no ambiente? Explique.
- Quantos sacos de soja foram colhidos por hectare no ano de 2018?
- E em 2019, quantos sacos serão colhidos por hectare?
- Quais são os enfrentamentos diretos na plantação da soja?
- Que preocupações rondam o plantio da soja?
- Que poderia ajudá-los a melhorar a plantação da soja?
- Como é vista a sucessão do campo pelos jovens?

**APÊNDICE B - ROTEIROS DE ENTREVISTA (AOS DEMAIS
ENTREVISTADOS)**

- Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeito, Secretaria da Agricultura, Engenheiro Agrônomo da EMATER, Técnico em Agropecuária conveniado ao banco, Gerente Comercial
- A partir de que ano a produção da soja no município aumentou?
- Como esse aumento da produção repercute no município?
- Como era o território rural antes deste aumento de produtividade?
- Houve modificação no território?

- Que modificações são percebidas no território com a expansão do cultivo da soja?
- Que saltos qualitativos aconteceram no território?
- Na sua opinião, o que levou os agricultores a voltarem-se para esse plantio?
- O que poderia ser feito para melhorar as condições de plantio e renda dos produtores de soja?
- Quais são os benefícios do plantio da soja para o município?
- Como essa cultura impacta o território assisense?
- Que implicações poderiam ser causadas no território a longo prazo, com o plantio da soja?
- Positivas:
- Negativas:
- Essa cultura traz benefício econômico aos produtores, como?
- Neste ano, de 2019, qual a média de produção por hectare?
- Foi melhor, igual ou pior que em 2018?
- Que fatores influenciaram para que isso acontecesse?
- Em média quanto é o percentual de comprometimento da renda da propriedade com os financiamentos?
- É possível o plantio sem financiamentos?
- Os financiamentos impactam no capital do proprietário? De que forma?
- Como é vista a sucessão do campo pelos jovens?

ANEXO A - TABELA COM AS ESCOLAS MUNICIPAIS DESATIVADAS DE 1985 A 2011

ESCOLA	LOCALIDADE	DISTRITO	DECRETO DESATIVACÃO	ANO DE DESATIVACÃO
E. M. Rui Ramos	Manoel Viana	3º	38/85	1985
E. M. de 1º G. I. Maria Mulazani Gioda	Taquari	5º	-	1990
E. M. Monteiro Lobato	Calvário	4º	37/96	1991
E. M. de 1º G. I. Afonso Martins	Santa Rosa	5º	-	1991
E. M. de 1º G. I. Dom Predro II	Santa Rosa	5º	-	1991
E. M. Adroaldo Funck	Paredão	1º	41/92	1992
E. M. Joana D'Arc	Espinilho	1º	41/92	1992
E. M. de 1º G. I. José Batista Bem	Santa Rosa	4º	-	1992
E. M. de 1º G. I. Lídia Dorneles Soares	Passo do Goularte	5º	-	1992
E. M. de 1º G. I. Fernando Pilar	Inhandijú	2º	-	1993
E. M. de 1º G. I. Martinho Cáceres	Vassoura	2º	-	1993
E. M. de 1º G. I. Nossa Senhora das Dores	Parada Ramos	1º	-	1993
E. M. de Manuel	Engenho Velho	4º	-	1993
E. M. Santa Rosa	Rincão dos Luzes	4º	-	1993
E. M. São Judas Tadeu	Santa Rosa	5º	-	1993
E. M. de 1º G. I. Antonio Pinheiro Rocha	Buricaci	2º	-	1994
E. M. de 1º G. I. Cândido Marques	Banhados	2º	-	1994
E. M. de 1º G. I. José Lanes de Souza	Inhandijú	2º	-	1994
E. M. de 1º G. I. Nossa Senhora da Conceição	Passinho	3º	-	1994
E. M. de 1º G. I. Pedro Alvares Cabral	Linha Severiano	4º	-	1994
E. M. de 1º G. I. Princesa Isabel	Boa Vista	3º	-	1994
E. M. José Pereira Viana	Caraipasso	1º	-	1994
E. M. José Pastorini	Rincão dos Luzes	4º	-	1994
E. M. de 1º G. I. Cristóvão Colombo	Passo da Cruz	2º	-	1995
E. M. de 1º G. I. Francisco Telles Tourem	Buricaci	2º	-	1995
E. M. de 1º G. I. Nossa Senhora Aparecida	Rincão do Santa Rosa	5º	-	1995
E. M. São Sebastião	Inhandijú	2º	-	1995
E. M. de 1º G. I. São José	Serrinho dos Canários	5º	-	1995
E. M. Atanásio Benedeti	Passo do Goularte	5º	-	1995
E. M. de 1º G. I. Pedro Savaris	Rincão dos Savaris	4º	-	1995
E. M. de 1º G. I. Rui Barbosa	Rincão dos Luzes	4º	-	1995
E. M. Felícia Dorneles	Serrinha do Butiá	5º	-	1995

E. M. São Patrício	Esquina do Farinheiro	5º	-	1995
E. M. de 1º G. I. Luiz Lançanova	Espinilho	1º	41/92	1996
E. M. Evaristo da Veiga	Cinamomo	1º	37/96	1996
E. M. Joaquim Nabuco	Rincão dos Cogos	4º	37/96	1996
E. M. Julião Rodrigues Paz	Monte Alegre	5º	37/96	1996
E. M. Osvaldo Cruz	Rincão dos Olhos D'água	1º	-	1996
E. M. Prudência Leitão	Passo do Leão	2º	-	1996
E. M. Santo Antônio	Caraipasso	1º	-	1996
E. M. Santo Inácio	Rincão dos Dorneles	2º	-	1996
E. M. de 1º G. I. D. Pedro I	Rincão dos Luzes	4º	-	1996
E. M. de 1º G. I. Delfino Maier	Pinheiro Bonito	4º	-	1997
E. M. de 1º G. I. Tomé de Souza	Cerro do Marco	1º	-	1997
E. M. de 1º G. I. Evangelista Moreira	Vista Alegre	5º	-	1997
E. M. Libindo do Prado Corrêa	Pinheiro Bonito	4º	-	1997
E. M. São Luis	Pinheiro Bonito	4º	-	1998
E. M. Casemiro de Abreu	Sanga do Feijó	5º	-	1998
E. M. de 1º G. I. 7 de Setembro	Santa Rosa	5º	-	1998
E. M. de 1º G. I. Santo Angelo	Santa Rosa	5º	-	1998
E. M. Egídio Brum	Vila Kraemer	5º	-	1998
E. M. de G. I. São Miguel Arcanjo	Limoeiro	4º	-	1999
E. M. de 1º G. I. Pero Vaz de Caminha	Rincão dos Vieros	4º	-	2000
E. M. de 1º G. I. São Jorge	Rincão dos Lamberti	4º	-	2000
E. M. de 1º G. I. 13 de Maio	Taquari	1º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. Afonso Pena	Jaguari Grande	2º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. Carlos Gomes	Engenho Velho	4º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. D. Pedro II	Santa Rosa	5º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. Dom Manuel	Potreiro do Toroquá	4º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. Felícia Dorneles	Cerrinha	5º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. Fidelis Gindri	Pitangueira	2º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. Francisco Manoel da Silva	Passo dos Veados	2º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. José Pastorini	Rincão dos Luzes	4º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. José Pereira Viana	Caraipasso	1º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. Machado de Assis	Mocambo	2º	47/2001	2001

E. M. de 1º G. I. Manoel Barradas	Picada São Bernardo	2º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. Osvaldo Cruz	Picada dos Olhos D'água	1º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. Pedro Witt	Rincão do Américo	3º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. Rio Branco	Mocambo	2º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. Salgado Filho	Cinamomo	1º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. Santa Rosa	Santa Rosa	5º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. Santiago Gindri	Encruzilhada	2º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. Santo Inácio	Rincão dos Dorneles	2º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. São Luiz	Timbaúva	2º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. Vasco Leiria	Sanga Funda	2º	47/2001	2001
E. M. de 1º G. I. São Bernardo	Picada dos Bernardo	4º	47/2001	2001
E. M. de Ensino Fundamental D. Felipe de Nadal	Rincão dos Benachios	4º	-	2005
E. M. de Ensino Fundamental Campos Sales	Rincão dos Bem	4º	-	2007
E. M. de Ensino Fundamental Marechal Castelo Branco	Cerro dos Telles	3º	371/2010	2010
E. M. Ensino Fundamental Marechal	Cerro dos Telles	3º	371/2010	2010
E. M. 1º G. I. Emilia Leiria	Quilombo	2º	341/2010	2010
E. M. 1º G. I. 15 de Novembro	Rincão dos Correia	2º	341/2010	2010
E. M. 1º G. I. Antonio Pinheiro Machado	Buricaci	2º	341/2010	2010
E. M. 1º G. I. Cristo Rei	Piquiri	2º	341/2010	2010
E. M. 1º G. I. Dr. João Souza Fraga	Vassoura	2º	341/2010	2010
E. M. 1º G. I. Nossa Senhora da Conceição	Passinho	3º	341/2010	2010
E. M. 1º G. I. Olavo Bilac	Sanga da Areia	1º	341/2010	2010
E. M. 1º G. I. Padre Anchieta	Inhandijú	2º	341/2010	2010
E. M. 1º G. I. Padre Réus	Picada do Padre	1º	341/2010	2010
E. M. 1º G. I. Santo Onofre	Rincão dos Lançanova	4º	341/2010	2010
E. M. 1º G. I. São Francisco de Assis	Santa Tereza	3º	341/2010	2010
E. M. 1º G. I. Tiradentes	Inhandijú	2º	341/2010	2010
E. M. 1º G. I. Vasco da Gama	Inhandijú	2º	341/2010	2010
E. M. 1º Grau I. João Pacheco Sobrosa	Timbaúva	2º	341/2010	2010
E. M. Bento Gonçalves	Cerro da Vigia	1º	341/2010	2010
E. M. de 1º G. I. João Boff Putin	Itajuru	1º	341/2010	2010
E. M. Ensino Fundamental Fausto Leitão	Perseverança	2º	341/2010	2010
E. M. Ensino Fundamental Piratini	Paredão	3º	341/2010	2010

E. M. General Osório	Sítio	2º	341/2010	2010
E. M. Laerte Jobim	Taquari	3º	341/2010	2010
E. M. Santa Terezinha	Costa do inhacundá	1º	341/2010	2010
E. M. São Tomé	Paredão	1º	341/2010	2010
E. M. Nossa Senhora de Lurdes	Passo do Goularte	5º	-	2011



ANEXO B - TABELA COM AS ÁREAS DE SOJA PLANTADAS NO MUNICÍPIO DE SFA



SOJA - ÁREA PLANTADA (ha)

Municípios	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Santa Maria do Herval (RS)	-	-	-	-	3	2	2	12	8	12
Santa Margarida do Sul (RS)	18.000	22.000	18.000	22.000	25.000	25.000	33.000	35.000	36.000	36.000
Santana da Boa Vista (RS)	7.000	7.000	8.500	9.000	10.000	18.000	22.000	32.000	34.000	32.000
Sant'Ana do Livramento (RS)	12.000	12.000	12.000	18.000	29.100	35.000	40.000	35.000	45.000	45.000
Santa Rosa (RS)	20.000	20.400	18.000	18.000	18.000	18.000	18.600	18.600	18.700	19.500
Santa Tereza (RS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Vitória do Palmar (RS)	255	1.000	757	3.000	12.326	23.000	20.547	20.850	18.637	20.850
Santiago (RS)	15.000	15.000	27.000	28.000	30.180	34.180	37.200	40.480	45.480	45.480
Santo Ângelo (RS)	35.000	36.000	36.300	35.800	36.760	36.760	37.200	38.400	38.500	39.900
Santo Antônio do Palma (RS)	3.000	3.300	3.300	3.300	3.300	3.300	5.000	3.500	3.500	3.500
Santo Antônio da Patrulha (RS)	350	350	350	1.207	2.400	3.550	3.450	3.800	5.000	3.800
Santo Antônio das Missões (RS)	30.000	26.000	26.000	28.000	30.890	34.000	35.000	35.000	43.600	44.000
Santo Antônio do Planalto (RS)	10.800	11.600	10.800	10.500	12.100	13.000	13.000	13.700	14.000	14.550
Santo Augusto (RS)	31.000	33.000	34.000	33.000	33.000	34.800	35.000	37.000	36.000	33.500
Santo Cristo (RS)	9.500	9.500	9.800	9.800	9.800	9.800	9.800	10.113	10.100	10.110
Santo Expedito do Sul (RS)	4.700	4.900	4.950	4.700	5.000	6.000	6.200	6.400	6.100	6.400
São Borja (RS)	13.000	35.000	35.000	45.000	51.000	55.000	55.000	60.000	60.000	60.000
São Domingos do Sul (RS)	400	500	500	300	500	700	1.700	1.700	1.700	1.700
São Francisco de Assis (RS)	17.000	17.000	17.000	23.000	31.500	35.000	38.000	43.000	45.000	45.000
São Francisco de Paula (RS)	-	-	-	-	-	-	1.500	1.500	3.000	6.200
São Gabriel (RS)	28.000	40.000	40.000	48.000	60.000	65.000	97.000	95.000	99.000	101.000
São Jerônimo (RS)	500	503	712	1.100	2.000	2.300	2.900	3.500	3.000	4.000
São João da Urtiga (RS)	4.000	5.000	5.000	4.750	5.000	6.000	7.000	6.336	5.860	6.163
São João do Polêsine (RS)	350	350	350	350	350	450	400	400	400	450
São Jorge (RS)	2.200	2.400	2.600	2.400	2.450	2.500	2.500	2.500	2.400	2.400
São José das Missões (RS)	2.520	3.420	3.250	3.050	3.050	3.050	3.400	3.700	3.600	3.900
São José do Herval (RS)	200	200	200	200	240	240	240	240	240	240
São José do Hortêncio (RS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: IBGE - PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Página 14 de 18

ANEXO C - MAPA COM DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESCOLAS ESTADUAIS

